



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 26550/2024/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.006448/2023-19**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 07/08/2024, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11768239** código CRC **D0DF0A66**

**Referência:** Processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11768239



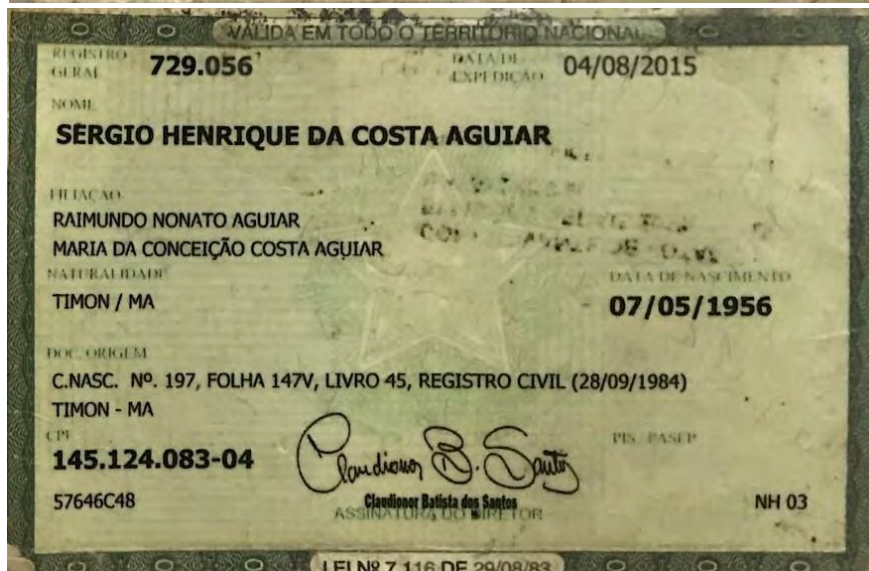
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Ofício 26550 (11768239)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 1

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

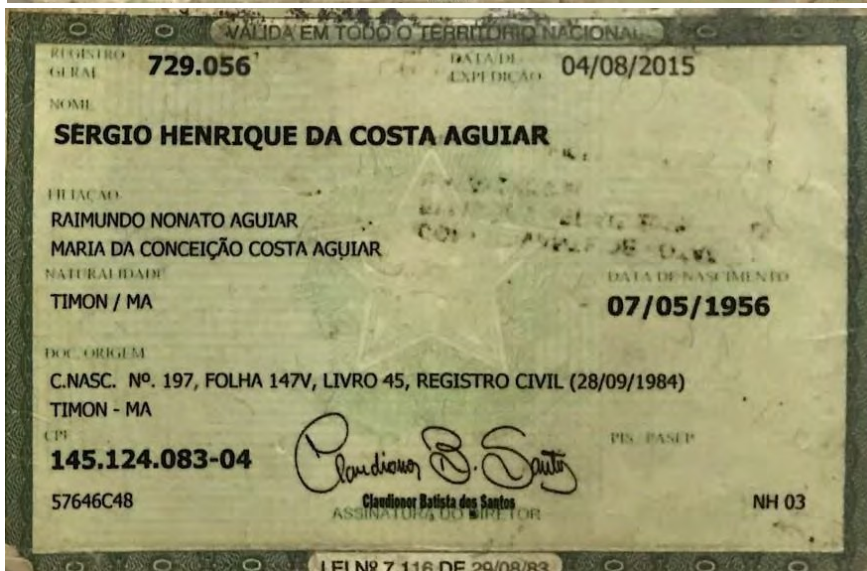


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 2023/09 ppg.11

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

DocId:3531330064922023199

pgg 22

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

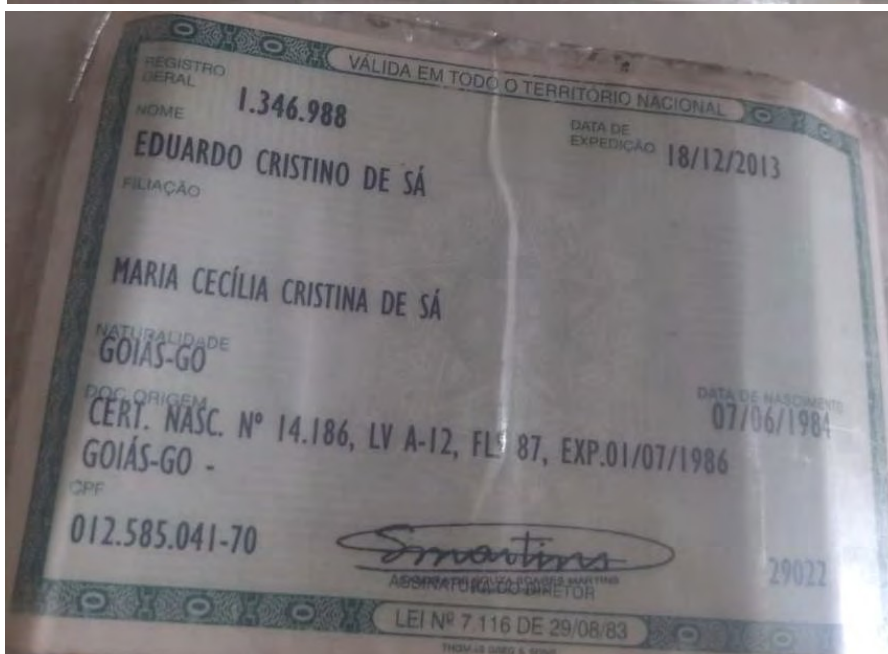
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Documento assinado em 07/06/2023

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7 ppg.44

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



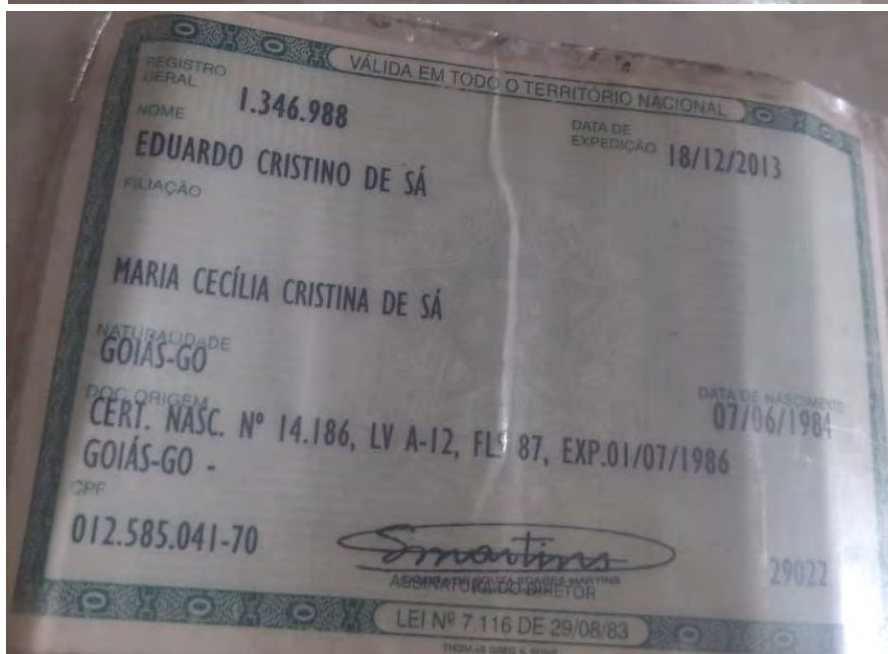


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/20223199/pgg55>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

DocId:3531330064922023199 ppg66

DocId:3531330064922023199 ppg66

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU

### ESTATUTO SOCIAL

#### I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º A **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU** doravante denominada **ACCU**, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Uruaçu, Estado do Goiás, com sede, na Avenida Coronel Gaspar, nº. 11, Setor Casego - CEP 76400-00, Uruaçu-GO.

Parágrafo Único – A **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU** utilizará como denominação fantasia de **ACCU** e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

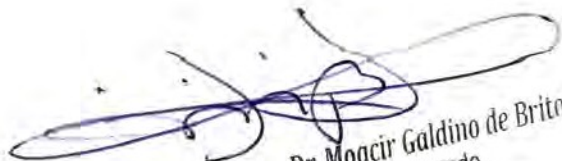
Art. 2º - A **ACCU** tem por objetivo **executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária**, visando:

I - Beneficiar a comunidade para:

- a) dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

  
Dr. Moacir Galdino de Brito  
Advogado  
OAB/GO 56.168



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Documenta Social (1074126030) SER 301133034062532023 pg. 7

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º - A receita da **ACCU** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

## II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A **ACCU** será composta pelas seguintes categorias de associados:

I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.

II – Contribuintes ou Efetivos.

III – Honorários.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

  
Dr. Moacir Galdino de Brito  
Advogado  
OAB/GO 56.168







- a) o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12;
- b) manter sua contribuição em dia , conforme estipulado pela Assembleia Geral.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

### III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da ACCU:


- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário.

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ACCU, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 03 do mês de maio para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 03 ano(s) para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§1º - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ACCU, na emissora, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta

  
Dr. Moacir Galdino de Brito  
Advogado  
OAB/GO 56.168







minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§4º - A Assembléia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art. 12 - A Diretoria da ACCU, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 03 anos, permitida a reeleição.

§1º - A Diretoria da ACCU poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a ACCU em atos públicos ou internos;
- d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da ACCU;
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- h) Criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral.

II) De cada dirigente:

- a) Ao Presidente compete: representar a ACCU, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa467e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Dr. Moacir Galvão de Brito  
Advogado  
OAB GO 56.168

Oa467e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;

b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da **ACCU**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;

c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, quatro pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

#### IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo , um décimo de associados aptos a votar.

Dr. Moacir Galdino de Brito  
Advogado  
OAB/GO 56.168







§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembleia Geral.

## V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

## VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da ACCU será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

## VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19 - A dissolução da ACCU ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembleia Geral.



*Dr. Moacir Galdino de Brito*  
Advogado  
OAB/GO 56.168

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





## VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral de 03 de maio de 2021 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.



Uruaçu-GO, 03 de maio de 2021.

*Sergio Henrique da Costa Aguiar*  
Sergio Henrique da Costa Aguiar

CPF. 145.124.083-04

Diretor Presidente



*Dr. Moacir Galdino de Brito*  
Dr. Moacir Galdino de Brito  
Advogado  
OAB/GO 56.168



01.493.642/0001-32  
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS  
Rua José do Patrocínio  
Nº 44 - Centro  
CEP 76400-000 - Uruaçu-GO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

Documenta Surab (100493280030) SEI 3311330030000232023 pg 1pg. 13

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





## **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU**

Aos três dias de maio do ano dois mil e vinte e um, às 20:00horas, na Avenida Coronel Gaspar nº. 11, Setor Casego, Uruaçu-GO, reuniram-se, em Assembleia Geral de constituição, eleição e posse, todos os instituidores adiante nomeados, com a finalidade de deliberarem a respeito dos atos preliminares constitutivos da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU**. Aberto os trabalhos, o Sr. Sérgio Henrique da Costa Aguiar, declarou que todos os presentes já tinham conhecimento dos objetivos da Assembleia Geral, quais sejam: a)- Tratar da constituição da Associação de fins comunitários, com atuação na cidade de Uruaçu-GO, procurando oferecer oportunidade a difusão de idéias, de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; estimular a integração social, o lazer, e o convívio social da comunidade; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil e nas campanhas pela melhoria da qualidade de vida sempre que necessário; implantação, organização, manutenção e supervisão do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com fins exclusivamente educativos, culturais e sociais; b)- Apresentar e discutir o projeto do Estatuto que regerá a Associação, com fins de aprová-los; c)- Eleger os membros componentes de sua administração, bem como autoriza-los a praticarem todos os atos necessários à constituição definitiva da Associação; d)- Posse dos Membros eleitos e os indicados. Após apresentada a pauta aos presentes, foram consultados se estavam de acordo com a constituição da Associação e por unanimidade foi resolvida que a partir desta, estaria constituída a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU**. Em seguida deu-se a discussão e apreciação do Estatuto da Associação, decidindo sobre a sua denominação, finalidades dos membros (sócios), da organização da Associação e das disposições Gerais. Após apreciado o Estatuto, foi o mesmo submetido à votação que recebeu os votos de todos os presentes, ficando por tanto, aprovado na íntegra o Estatuto da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU**. Sendo aprovado o Estatuto, na qualidade de Instituidores: **SÉRGIO HENRIQUE DA COSTA AGUIAR**, brasileiro, solteiro, gestor técnico, residente e domiciliado à Avenida Coronel Gaspar, Quadra 08, Lote 10, nº. 134, Setor Casego, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 729.056 SSP/DF e do CPF: 145.124.083-04; **ANTONIO ALVES NETO**, brasileiro, casado, corretor, residente e domiciliado à Rua 200, PC 7696, Bairro Setor Sul I, Quadra 14, Lote 16, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 1.617.593 SSP/GO e do CPF: 084.029.491-34; **EDUARDO CRISTIANO DE SÁ**, brasileiro, solteiro, aposentado, residente e domiciliado à Rua Paraíba, nº 14, Bairro São Vicente, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 1.346.988 SSP/TO e do CPF: 012.585.041-70; **NEWTON JOSE DA SILVA**, brasileiro, solteiro, vendedor, residente e domiciliado à Rua 5, Quadra 12, Lote 07 nº 04, Bairro São Sebastião, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 198.658 SSP/GO e do CPF: 082.104.701-91; **EDMILSON PARREIRA COSTA**, brasileiro, solteiro, motorista, residente e domiciliado à Rua L, nº 07, Bairro Vila Nossa Senhora da Abadia, Município - Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 3.722.949 SSP/GO e do CPF: 812.253.261-68; **JOSEANO SILVA OLIVEIRA**, brasileiro, Solteiro, vendedor autônomo, residente e domiciliado à Rua 200, PC7696, Setor Sul I, Quadra 14, Lote 16, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 1.077.847 SSP/GO e do CPF: 443.741.271-09; **LUZIA LIMA DE**

  
Dr. Moacir Galdino de Brito  
Advogado  
OAB/GO 56.168

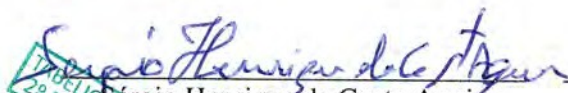





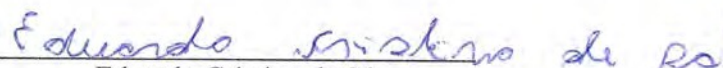


**SOUZA DA LUZ**, brasileira, casada, aposentada, residente e domiciliada à Rua Centro Oeste, Quadra 17A, Lote 09, Bairro São Vicente, Município - Uruaçu-GO, portadora da Cédula de Identidade RG . 4.149.356 SSP/GO e do CPF: 573.900.881-68. Pediu-se aos presentes que apresentassem nomes para compor a Diretoria. Vários nomes foram apontados e foi feita a votação por escrutínio secreto, ficando a Diretoria Executiva assim constituída: **DIRETOR PRESIDENTE**: Sérgio Henrique da Costa Aguiar; **DIRETOR ADMINISTRATIVO**: Antônio Alves Neto; **DIRETOR DE OPERAÇÕES**: Eduardo Cristiano de Sá; **CONSELHO COMUNITÁRIO**: Newton José da Silva; Edmilson Parreira Costa; Joseano Silva Oliveira e Luzia Lima de Souza da Luz, a presente Diretoria terá o mandato de 03 (três) anos, iniciando em 03 de maio de 2021. Como nada mais havia a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Diretoria eleita. Uruaçu-GO, 03 de maio de 2021.

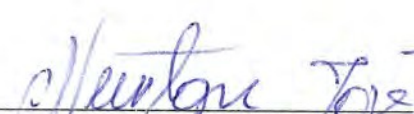
**DIRETORIA:**

  
Sérgio Henrique da Costa Aguiar  
Diretor Presidente

  
Antônio Alves Neto  
Diretor Administrativo

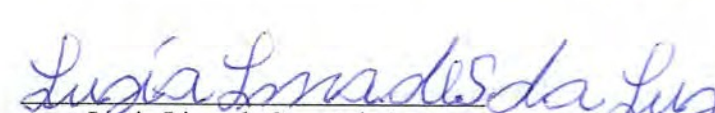
  
Eduardo Cristiano de Sá  
Diretor de Operações

**CONSELHO COMUNITÁRIO:**

  
Newton José da Silva

  
Edmilson Parreira Costa

  
Joseano Silva Oliveira

  
Luzia Lima de Souza da Luz



  
Dr. Moacir Galdino de Brito  
Advogado  
OAB/GO 56.100



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874a16ad7

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874a16ad7



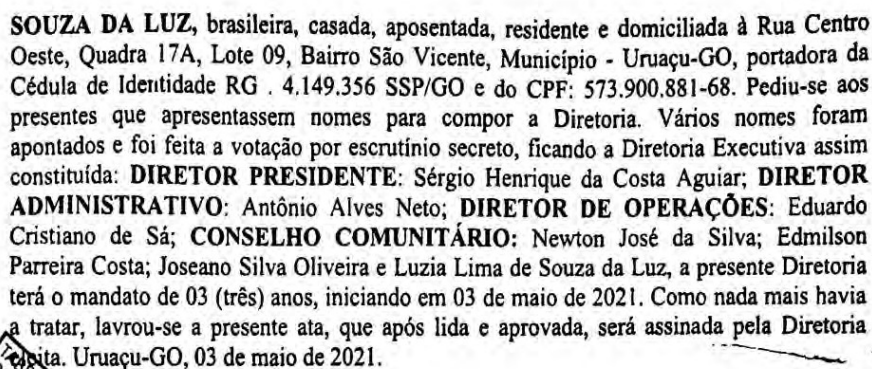
**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU**

Aos três dias de maio do ano dois mil e vinte e um, às 20:00horas, na Avenida Coronel Gaspar nº. 11, Setor Casego, Uruaçu-GO, reuniram-se, em Assembleia Geral de constituição, eleição e posse, todos os instituidores adiante nomeados, com a finalidade de deliberarem a respeito dos atos preliminares constitutivos da **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU**. Aberto os trabalhos, o Sr. Sérgio Henrique da Costa Aguiar, declarou que todos os presentes já tinham conhecimento dos objetivos da Assembleia Geral, quais sejam: a)- Tratar da constituição da Associação de fins comunitários, com atuação na cidade de Uruaçu-GO, procurando oferecer oportunidade a difusão de idéias, de cultura tradições e hábitos sociais da comunidade; estimular a integração social, o lazer, e o convívio social da comunidade; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil e nas campanhas pela melhoria da qualidade de vida sempre que necessário; implantação, organização, manutenção e supervisão do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com fins exclusivamente educativos, culturais e sociais; b)- Apresentar e discutir o projeto do Estatuto que regerá a Associação, com fins de aprová-los; c)- Eleger os membros componentes de sua administração, bem como autoriza-los a praticarem todos os atos necessários à constituição definitiva da Associação; d)- Posse dos Membros eleitos e os indicados. Após apresentada a pauta aos presentes, foram consultados se estavam de acordo com a constituição da Associação e por unanimidade foi resolvida que a partir desta, estaria constituída a **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU**. Em seguida deu-se a discussão e apreciação do Estatuto da Associação, decidindo sobre a sua denominação, finalidades dos membros (sócios), da organização da Associação e das disposições Gerais. Após apreciado o Estatuto, foi o mesmo submetido à votação que recebeu os votos de todos os presentes, ficando por tanto, aprovado na íntegra o Estatuto da **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU**. Sendo aprovado o Estatuto, na qualidade de Instituidores: **SÉRGIO HENRIQUE DA COSTA AGUIAR**, brasileiro, solteiro, gestor técnico, residente e domiciliado à Avenida Coronel Gaspar, Quadra 08, Lote 10, nº. 134, Setor Casego, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 729.056 SSP/DF e do CPF: 145.124.083-04; **ANTONIO ALVES NETO**, brasileiro, casado, corretor, residente e domiciliado à Rua 200, PC 7696, Bairro Setor Sul I, Quadra 14, Lote 16, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 1.617.593 SSP/GO e do CPF: 084.029.491-34; **EDUARDO CRISTIANO DE SÁ**, brasileiro, solteiro, aposentado, residente e domiciliado à Rua Paraíba, nº 14, Bairro São Vicente, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 1.346.988 SSP/TO e do CPF: 012.585.041-70; **NEWTON JOSE DA SILVA**, brasileiro, solteiro, vendedor, residente e domiciliado à Rua 5, Quadra 12, Lote 07 nº 04, Bairro São Sebastião, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 198.658 SSP/GO e do CPF: 082.104.701-91; **EDMILSON PARREIRA COSTA**, brasileiro, solteiro, motorista, residente e domiciliado à Rua L, nº 07, Bairro Vila Nossa Senhora da Abadia, Município - Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 3.722.949 SSP/GO e do CPF: 812.253.261-68; **JOSEANO SILVA OLIVEIRA**, brasileiro, Solteiro, vendedor autônomo, residente e domiciliado à Rua 200, PC7696, Setor Sul I, Quadra 14, Lote 16, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 1.077.847 SSP/GO e do CPF: 443.741.271-09; **LUZIA LIMA DE**


  
Dr. Moacir Galdino de Brito  
Advogado  
OAB/GO 56.188







**DIRETORIA:**

  
Sergio Henrique da Costa Aguiar  
Diretor Presidente

Antônio Alves Neto  
Diretor Administrativo

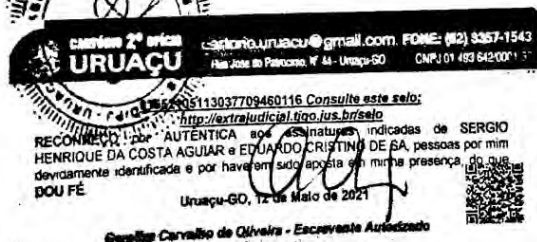
Eduardo Cristino de Sá  
Eduardo Cristino de Sá  
Diretor de Operações

**CONSELHO COMUNITÁRIO:**

Newton José da Silva, Edmilson Parreira Costa

  
Joseano Silva Oliveira

*Luzia Lima de Souza da Luz*  
Luzia Lima de Souza da Luz



Dr. Moacir Galdino de Brito  
Advogado  
OAB/GO 56.168

01.493.642/0004-32  
CARTORIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS  
Rua Jose do Patrocinio  
Nº 44 - Centro  
CEP 76400-000 - Uruaçu-GO








## ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU

Aos três dias de maio do ano dois mil e vinte e um, às 20:00 horas, na Avenida Coronel Gaspar nº. 11, Setor Casego, Uruaçu-GO, reuniram-se, em Assembleia Geral de constituição, eleição e posse, todos os instituidores adiante nomeados, com a finalidade de deliberarem a respeito dos atos preliminares constitutivos da **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU**. Aberto os trabalhos, o Sr. Sérgio Henrique da Costa Aguiar, declarou que todos os presentes já tinham conhecimento dos objetivos da Assembleia Geral, quais sejam: a)- Tratar da constituição da Associação de fins comunitários, com atuação na cidade de Uruaçu-GO, procurando oferecer oportunidade a difusão de idéias, de cultura tradições e hábitos sociais da comunidade; estimular a integração social, o lazer, e o convívio social da comunidade; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil e nas campanhas pela melhoria da qualidade de vida sempre que necessário; implantação, organização, manutenção e supervisão do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com fins exclusivamente educativos, culturais e sociais; b)- Apresentar e discutir o projeto do Estatuto que regerá a Associação, com fins de aprová-los; c)- Eleger os membros componentes de sua administração, bem como autoriza-los a praticarem todos os atos necessários à constituição definitiva da Associação; d)- Posse dos Membros eleitos e os indicados. Após apresentada a pauta aos presentes, foram consultados se estavam de acordo com a constituição da Associação e por unanimidade foi resolvida que a partir desta, estaria constituída a **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU**. Em seguida deu-se a discussão e apreciação do Estatuto da Associação, decidindo sobre a sua denominação, finalidades dos membros (sócios), da organização da Associação e das disposições Gerais. Após apreciado o Estatuto, foi o mesmo submetido à votação que recebeu os votos de todos os presentes, ficando por tanto, aprovado na íntegra o Estatuto da **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU**. Sendo aprovado o Estatuto, na qualidade de Instituidores: **SÉRGIO HENRIQUE DA COSTA AGUIAR**, brasileiro, solteiro, gestor técnico, residente e domiciliado à Avenida Coronel Gaspar, Quadra 08, Lote 10, nº. 134, Setor Casego, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 729.056 SSP/DF e do CPF: 145.124.083-04; **ANTONIO ALVES NETO**, brasileiro, casado, corretor, residente e domiciliado à Rua 200, PC 7696, Bairro Setor Sul I, Quadra 14, Lote 16, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 1.617.593 SSP/GO e do CPF: 084.029.491-34; **EDUARDO CRISTIANO DE SÁ**, brasileiro, solteiro, aposentado, residente e domiciliado à Rua Paraíba, nº 14, Bairro São Vicente, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 1.346.988 SSP/TO e do CPF: 012.585.041-70; **NEWTON JOSE DA SILVA**, brasileiro, solteiro, vendedor, residente e domiciliado à Rua 5, Quadra 12, Lote 07 nº 04, Bairro São Sebastião, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 198.658 SSP/GO e do CPF: 082.104.701-91; **EDMILSON PARREIRA COSTA**, brasileiro, solteiro, motorista, residente e domiciliado à Rua L, nº 07, Bairro Vila Nossa Senhora da Abadia, Município - Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 3.722.949 SSP/GO e do CPF: 812.253.261-68; **JOSEANO SILVA OLIVEIRA**, brasileiro, Solteiro, vendedor autônomo, residente e domiciliado à Rua 200, PC7696, Setor Sul I, Quadra 14, Lote 16, Município – Uruaçu-GO, portador da Cédula de Identidade RG. 1.077.847 SSP/GO e do CPF: 443.741.271-09; **LUZIA LIMA DE**

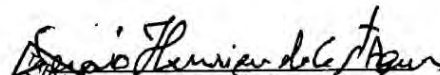
  
Dr. Moacir Galdino de Brito  
Advogado  
OAB/GO 56.188



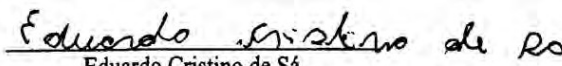


SOUZA DA LUZ, brasileira, casada, aposentada, residente e domiciliada à Rua Centro Oeste, Quadra 17A, Lote 09, Bairro São Vicente, Município - Uruaçu-GO, portadora da Cédula de Identidade RG . 4.149.356 SSP/GO e do CPF: 573.900.881-68. Pediu-se aos presentes que apresentassem nomes para compor a Diretoria. Vários nomes foram apontados e foi feita a votação por escrutínio secreto, ficando a Diretoria Executiva assim constituída: **DIRETOR PRESIDENTE:** Sérgio Henrique da Costa Aguiar; **DIRETOR ADMINISTRATIVO:** Antônio Alves Neto; **DIRETOR DE OPERAÇÕES:** Eduardo Cristiano de Sá; **CONSELHO COMUNITÁRIO:** Newton José da Silva; Edmilson Parreira Costa; Joseano Silva Oliveira e Luzia Lima de Souza da Luz, a presente Diretoria terá o mandato de 03 (três) anos, iniciando em 03 de maio de 2021. Como nada mais havia a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Diretoria desta. Uruaçu-GO, 03 de maio de 2021.

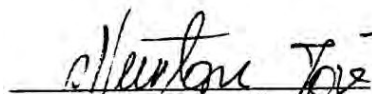
**DIRETORIA:**

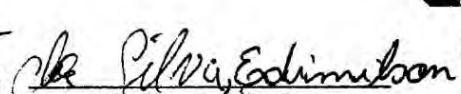
  
Sérgio Henrique da Costa Aguiar  
Diretor Presidente

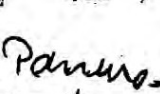
  
Antônio Alves Neto  
Diretor Administrativo

  
Eduardo Cristiano de Sá  
Diretor de Operações

**CONSELHO COMUNITÁRIO:**

  
Newton José da Silva

  
Edmilson Parreira Costa

  
Joseano Silva Oliveira

  
Joseano Silva Oliveira

  
Luzia Lima de Souza da Luz



**Cartório 2ª Ofício**  
**URUAÇU**  
CARTÓRIO DE PROTESTO DE Uruaçu - GO  
Rua José do Patrocínio, nº 44 - Uruaçu-GO  
CNPJ 01.493.642/0001-32  
Consulte este site: <http://extrajudicial.tpo.us.br/uracu>  
RECONHECIMENTO: por AUTENTICAÇÃO das assinaturas indicadas de SÉRGIO HENRIQUE DA COSTA AGUIAR e EDUARDO CRISTINO DE SÁ, pessoas por mim devidamente identificadas e por haverem sido apostas em minha presença, do que DOU FÉ.  
Uruaçu-GO, 12 de Maio de 2021  
Gerciliza Carvalho de Oliveira - Escrevente Autorizada

  
Dr. Moacir Galdino de Brito  
Advogado  
OAB/GO 56.168

**01.493.642/0001-32**  
**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS**  
Rua José do Patrocínio  
Nº 44 - Centro  
[CEP 76400-000 - Uruaçu-GO]



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
10/03/2023 - AUTO-ATENDIMENTO - 14.46.32  
8615008615

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: EMANUEL J ZUCARINI \*  
AGENCIA: 8615-0 CONTA: 111.844-7

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO  
Codigo de Barras 89970000001-1 00000001010-3  
95523161882-9 20491823445-5  
Data do pagamento 10/03/2023  
NRO de Referencia 410003  
Competencia MM/AAAA 03/2023  
Data de Vencimento 10/03/2023  
CNPJ 42150051/0001-40  
Valor Principal 100,00  
Valor em Dinheiro 100,00  
Valor em Cheque 0,00  
Valor Total 100,00

DOCUMENTO: 031007  
AUTENTICACAO SISBB:  
F.701.8D1.6B7.762.DDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Código de pagamento (1600026) - 03/03/2023 14:46:32 - 03/03/2023 14:46:32

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	Márcia Luzimar Anjos dos Santos				
Endereço:	Rua 13 de maio Centro				
Município:	Umuarama	UF:	GO	CEP:	76400000
RG:	164940	Órgão Emissor:	SEJSPT	CPF:	008450741-13

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

MÁRCIA LUZIMAR ANJOS DOS SANTOS  
Assinatura do(a) apoiador(a)

Umuarama 15/07/2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DE ESTADO  
DA JUSTIÇA E SEGURANÇA



POLEGAR DIREITO



*Maria Luzim*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Detran/TO - 15/06/2016 (10780938)

SEI 53153-2016-023197/p.22



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

164.940  
MARIA LUZIMAR ANJOS DOS

Joaquim dos Anjos Sob  
Martinha Rita dos

Arraias-TO.

054 Fl. 252 Lv. A

05-03-86.

INSTRUMENTO

Documento 125 (10780938)

SE 53115



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



22


DENATRAN

CAMARA

enel

CELSA Distribuição S.A. - CELSD  
 Rua E. Cel. A. M. N.º 505 - Jardim Europa - Curitiba - PR - CEP: 71.805-183  
 CNPJ nº 04.543.888/0001-91 - INSC. EST. nº 109.549.426

DOCUMENTO MÚLTIPLO DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELÉTRICA

TIPO DE CONTRATO		TIPO DE
BI RESIDENCIAL NORMAL CONVENCIONAL		MO
MÁQUINA DE SOUZA CPF/CNPJ 824 XXX XXX 49		64
RUA 103, Q. 21, L. 9, SÃO VILA PRIMAVERA   CEP 76400000		1
URUAQUO		
VALIDADEZ	VALIDADEZ	VALOR
4/2022	07/05/2022	R\$ 1
UNIDADE DE CUSTO		
 <p>Utilize o QR CODE a seguir para acessar sua Nota Fiscal          pelo site portal srs pr gov br/nf3e/consulta          com a chave de acesso          527304015430330001048600009983688205848</p>		

Documento eletrônico (10780938)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg 24

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	Eduardo da Silva Fidalgo				
Endereço:	Rua 103 Qd 21 2A 10 Vila Primavera II				
Município:	Uruaçu	UF:	GO	CEP:	76400-000
RG:	5565560	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	056.580.811.73

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Eduardo da Silva Fidalgo  
Assinatura do(a) apoiador(a)

07 de julho de 2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

2263555700

NOME  
**EDUARDA DA SILVA CABRAL**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
5565560 SSP GO

CPF  
056.580.811-73

DATA NASCIMENTO  
25/03/1998

FILIAÇÃO  
BALTAZAR BATISTA CABRAL  
EDNA LAURINDO DA SILVA CABRAL

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
06807676645

VALIDADE  
05/11/2031

1ª HABILITACAO  
09/03/2017

OBSERVAÇÕES

Assinatura do Portador: *Eduarda da Silva Cabral*

LOCAL  
GOIANIA, GO

DATA EMISSAO  
12/11/2021

Assinatura do Emissor: *Marcos Roberto Silva*  
Marcos Roberto Silva - Presidente do DETRAN-GO

99550212834  
GO153316080

GOIÁS

DENATRAN

PROIBIDO PLASTIFICAR

2263555700

enel

CELG Distribuição S.A. - CELGD  
Rua 2, Cid. A-37, Nº 505 - Jardim Goiás - Goiânia-GO - CEP: 74.805-180  
CNPJ: 01.543.032/0001-04 - IE: 100.648.420

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
B1 RESIDENCIAL NORMAL CONVENCIONAL

MARIA ABADIA DE SOUZA CPF/CNPJ: 824 XXX XXX-49  
RUA 103, Q 21, L 0, S/N VILA PRIMAVERA I CEP 76400000  
URUACU GO

TIPO DE FORNECIMENTO  
MONOFASICO

INSTALAÇÃO / UNID. CONSUMIDORA

640067580

Nº DO CLIENTE

1095861

MESIANO DE REFERENCIA

4/2022

VENCIMENTO

07/05/2022

TOTAL A PAGAR

R\$ 159,40

INFORMAÇÕES FISCAIS

Utilize o QR CODE a lado para acessar sua Nota fiscal ou acesse o site:  
<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/inf3e/consulta>  
com a chave de acesso  
52220401543032000104660000099638882056482405

NOTA FISCAL Nº 99638882056482405 - SÉRIE 0  
Emissão: 25/04/2022 10:45:50

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	Eduardo Costa Silva				
Endereço:	Rua 01 Ad. 4 Lt. 3 S/N Boa Vista II				
Município:	Uruaçu	UF:	GO	CEP:	76400.000
RG:	3357005	Órgão Emissor:	DGP/GO	CPF:	778466051-00

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Eduardo Costa Silva  
Assinatura do(a) apoiador(a)

Uruaçu 28 de Junho 2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA GERAL DA POLICIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO



Edmondo E. A.

ASSINATURA

CARTEIRA DE IDENTIFICACAO

Documento nº 125 (10780938)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg 28

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





EDUARDO COSTA SILVA

JOSE ANGELO DA SILVA

FLORIAN GOMES DA SILVA

UACU-GO

ATUALIDADE

C.NAS. 14727 FLS. 164V L. 63  
EM 24/02/1987

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 2008

Documento eletrônico (10780938)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg 29



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



SANEAGO

# Saneamento de Goiás S.A.

CNPJ: 01.616.928/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-6  
AV. TRANSBRASILIANA NR. 0 QD. 143 LT.  
CENTRO I CEP: 76400-000

WILSON COSTA DA SILVA

RUA 1 PC 12215 BOA VISTA II Q 4 L 3  
URUACU CEP: 76400-000

Quantidade de unidades atendidas:

Serviço	Social	Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial
Água		001			
Esgoto					

Descrição dos serviços:

Valor (R\$)

Documento de Identificação (10780938)

SEI 53115.006448/2023-19 / p. 30

TIPO EIV



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	JOSÉ CLEY ADÃO MENDES				
Endereço:	Rua 119 Qd. 13 Lt. 04 Vila Primavera II				
Município:	Uruguaçu	UF:	GO	CEP:	76.400-000
RG:	4453739	Órgão Emissor:	DGPC/GO	CPF:	986.675.211-91

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

José Cley Adão Mendes  
Assinatura do(a) apoiador(a)  
Uruguaçu 25/06/2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 2023-19 / pg. 31

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



NOME  
**JOSISCLEY ADAO MENDES**



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
**4453739 DGPC GO**

CPF  
**986.675.211-91**

DATA NASCIMENTO  
**18/09/1982**

FILIAÇÃO  
**JOSEMI ADAO AMARO**

**CLEONICE CAROLINA  
MENDES AMARO**

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

**AD**

Nº REGISTRO  
**02643579793**

VALIDADE  
**23/11/2023**

1ª HABILITAÇÃO  
**06/12/2002**

OBSERVAÇÕES

**A  
EAR**

*Josiscley Adão Mendes*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
**GOIANIA, GO**

DATA EMISSÃO  
**30/11/2018**



PRIMEIRO-SITIO DO FUNDADO DO ESTADO DE GOIAS - PRINCIPAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

ASSINATURA DO EMISSOR

**51406884291  
GO133194256**

**GOIÁS**

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
**1799239530**

PODEMO PLASTIFICAR  
**1799239530**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 2023-19 / pg. 32

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**enel**

ENEL Distribuição S.A. - CEST 0.0  
Rua 2, OE A-37, Nº 505 - Jardim Goiás - Goiânia-GO - CEP: 74.819-190  
CNPJ 21.543.832/0001-04 - IE 102.648.429

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA

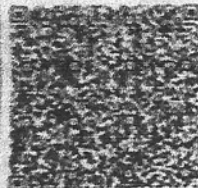
CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA	TIPO DE FORNECIMENTO
B1 RESIDENCIAL NORMAL CONVENCIONAL	MONOFASICO

ATILBALA RINDADA SILVA CPF/CNPJ 261.XXX.XXX-04  
RUA 119 D-13 L 4 N 0 VILA PRIMAVERA CEP 76400000  
LRAQUIGO

640081666

1093248

PERÍODO DE REFERÊNCIA	DATA DE EMISSÃO	VALOR A PAGAR
5/2022	07/06/2022	R\$ 232,11



Utilize o QR CODE ao lado para acessar sua Nota fiscal ou acesse o site:  
<https://nfe-portal.sns.rs.gov.br/nfe/consulta>  
com a chave de acesso  
52220501543032000104680000135023112043478119  
NOTA FISCAL N 13502311 - SÉRIE 0  
DATA DE EMISSÃO: 23/05/2022 09:31:13  
EMITIDO EM CONTINGÊNCIA: Falha de comunicação  
CFOP 5258 - Venda de energia elétrica para não contribuinte

Bandeira(s) tarifaria(s) aplicada(s) no mês: VERDE. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)  
ESTA UC NÃO POSSUI DÉBITOS RELATIVOS AOS ANOS DE 2021 E ANTERIORES. ESTA DECLARAÇÃO É  
COMPROVANTE DE PAGAMENTO, EXCETO QUANTO À DÍVIDA ANCIANA APURADA ATÉ ESTA DATA OU SUB  
JUDICE, LEI 12.007/2009  
PERÍODO DE REFERÊNCIA DA APURAÇÃO DOS INDICADORES DE CONTINUIDADE = 3/2022 VRC = R\$  
42.82698  
A ANEEL DEFINIU QUE PARTIR DE 16/04/22 A BANDEIRA TARIFÁRIA SERÁ A VERDE, SEM CUSTOS  
ADICIONAIS NA FATURA. HAVERÁ COBRANÇA DA BANDEIRA ESCASSEZ HODRICA DE FORMA PROPORCIONAL  
AOS DIAS DE CONSUMO ANTERIORES A ESSA DATA. SAIBA MAIS EM [WWW.ANEEL.GOV.BR](http://WWW.ANEEL.GOV.BR)

DATA DE EMISSÃO	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	QUANTIDADE	GRUPO
25/04/2022	23/05/2022	28	23/06/2022	

Item da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.(R\$) contribuinte	Valor (R\$)	Por consumo	Base Calc. ICMS (R\$)	Alíquota (%)	ICMS (R\$)	Tarifa unif. (R\$)
----------------	-------	--------	----------------------------------	----------------	----------------	--------------------------	-----------------	---------------	-----------------------



Autenticar

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16a17>

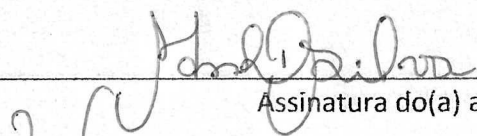
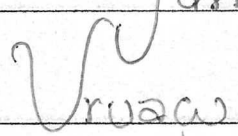
0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16a17

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	Maria das Neves Laurindo da Silva				
Endereço:	Rua 119 Quad. 13 2T. 04 Vila Primavera II				
Município:	Uruaçu	UF:	GO	CEP:	76.400-000
RG:	4363600	Órgão Emissor:	SSP/GO	CPF:	965.746.661-04

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

  
Assinatura do(a) apoiador(a)  
 25/06/2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 25/06/2023-19 / pg. 34

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

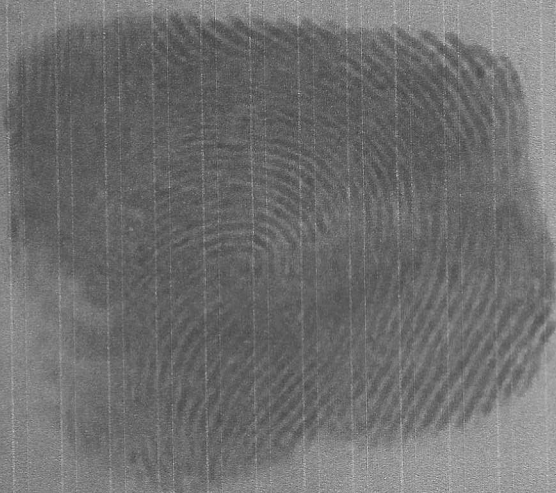


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



*Johny Pereira*  
Assinatura do titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Documento nº 125 (10780938)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 35



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

4363600

2.A VIA

DATA DE  
EXPEDICÃO

NOME

MARIA DAS NEVES LAURINDA  
SILVA

FILIAÇÃO

ATALIBA LAURINDO DA SILVA  
ANA MENDES DA SILVA

HIDROLINA-GO

NATURALIDADE

DOC. ORIGEM

C.NAS. 1594 FLS. 108 L. A7 HIDROLINA-GO  
EM 04/10/2001

CPF 965746661-04

6798348

LEI Nº 116 DE 2008/13

Documento eletrônico 125 (10780938)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 36



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**enel**

CELG Distribuição S.A. - CELG D  
Rua D. Oct. R-37, Nº 505 - Jurema Oeste - Belo Horizonte - CEP: 31.805-100  
CNPJ: 01.843.032/0001-04 - IE: 100.548.420

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA	TIPO DE FORNECIMENTO
B1 RESIDENCIAL NORMAL CONVENCIONAL	MONOFÁSICO

ATALIBA LAURINDA DA SILVA CPF/CNPJ 261.XXX.XXX-04  
RUA 119 Q. 13 L. 4 N. 0 VILA PRIMAVERA II CEP 76400000  
URUAÇU GO

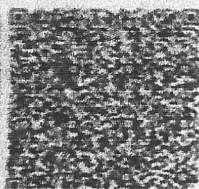
640081666

1093248

5/2022

07/06/2022

R\$ 232,11



Utilize o QR CODE ao lado para acessar sua Nota fiscal ou acesse o site:  
<https://dfe-portal.ens.rs.gov.br/inf3ei/consulta>  
com a chave de acesso  
522205071543032000104880000135023112043476119  
NOTA FISCAL N. 13502311 - SÉRIE 0  
DATA DE EMISSÃO: 23/05/2022 09:31:13  
EMITIDO EM CONTINGÊNCIA: Falha de comunicação  
CFOP 5258 - Venda de energia elétrica para não contribuinte

Bandeira(s) tarifaria(s) aplicadas no mês: VERDE. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)  
ESTA UC NÃO POSSUI FEITOS RELATIVOS AOS ANOS DE 2021 E ANTERIORES. ESTA DECLARAÇÃO É  
COMPROVANTE DE PAGAMENTO, EXCETO QUANTO A DÍVIDA ANDA NÃO APURADA ATÉ ESTA DATA OU SUB  
JUDICE. LEI 12.007/2009  
PERÍODO DE REFERÊNCIA DA APURAÇÃO DOS INDICADORES DE CONTINUIDADE = 3/2022 VRC = R\$  
42.92888  
A ANEEL DEFINIU QUE PARTIR DE 18/04/22 A BANDEIRA TARIFÁRIA SERÁ A VERDE, SEM CUSTOS  
ADICIONAIS NA FATURA. HAVERÁ COBRANÇA DA BANDEIRA ESCASSEZ HODRICA DE FORMA PROPORCIONAL  
AOS DIAS DE CONSUMO ANTERIORES A ESSA DATA. SAIBA MAIS EM [WWW.ANEEL.GOV.BR](http://WWW.ANEEL.GOV.BR)

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	DATA DE PAGAMENTO	DATA DE RECEBIMENTO
25/04/2022	23/05/2022	28	23/06/2022

Item de fatura	Unid.	Quant.	Preço unit (R\$)	Valor (R\$)	RS contribuinte	Bases Calc. (ICMS (R\$))	Alíquota (R\$)	ICMS (R\$)	Tarifa unit (R\$)
----------------	-------	--------	------------------	-------------	-----------------	--------------------------	----------------	------------	-------------------

Documento eletrônico 25 (10780998)

SF 53115.006448-2023-19 / pg. 37



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

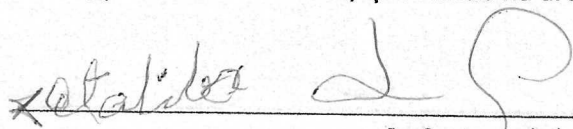
0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Gtaliaza Laurindo da Silva			
Endereço:	Rua, 119 Qd. 13 21.04 Vila Primavera II			
Município:	URUAÇU	UF:	GO	CEP: 76400-000
RG:	1.197.987	Órgão Emissor:	SSP/DF	CPF: 261.369.291-04

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

  
Assinatura do(a) apoiador(a)

Urucu 06/07/2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 2023-19 / pg. 38

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



*Ataliba Lacerindo*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Documento eletrônico (10780938)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 39

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

REGISTRO  
GERAL

1 197 987

DATA DE  
EMISSÃO

NOME

ATALIBA LAURINDO DA SILVA

FILIAÇÃO

Benedita Candida de Oliveira

NATURALIDADE

Londrina-PR

DOC ORDEM

Cert. Casam. nº 177, fls.

12, Uruaçu-GO

CNPJ

261 369 291-04

ASSINATURA

ASSINATURA DO EMISSOR

LE Nº 16 DE 09/08/83





**enel**

CELIS Distribuidora S.A. - CDE GO  
Rua 2, Qd. A-37, N° 505 - Jardim Goiás - Goiânia-GO - CEP: 74.505-100  
CNPJ: 07.643.032/0001-04 - IE: 100.548.420

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA

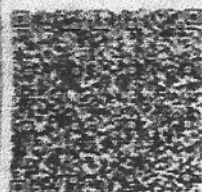
CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA	TIPO DE FORNECIMENTO
B1 RESIDENCIAL NORMAL CONVENCIONAL	MONOFASICO

ATALIBA LAURINDA DA SILVA CPF/CNPJ 261.XXX.XXX-04  
RUA 119, Q. 13 L. 4 N. O VILA PRIMAVERA II CEP 76400000  
URUAÇU GO

640081666

1093248

PERÍODO DE REFERÊNCIA	DATA DE EMISSÃO	TOTAL A PAGAR
5/2022	07/06/2022	R\$ 232,11



Utilize o QR CODE ao lado para acessar sua Nota fiscal ou acesse o site:  
<https://efe-portal.sns.rs.gov.br/nf3a/consulta>  
com a chave de acesso  
52225501543002000104680000135023112043478119  
NOTA FISCAL N 13502311 - SERIE 0  
DATA DE EMISSÃO: 23/05/2022 09:31:13  
EMITIDO EM CONTINGÊNCIA: Falha de comunicação  
CFOP 5258 - Venda de energia elétrica para não contribuinte

Bandeira(s) tarifária(s) aplicável(is) no mês: VERDE. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)  
ESTA UC NÃO POSSUI DÉBITOS RELATIVOS AOS ANOS DE 2021 E ANTERIORES. ESTA DECLARAÇÃO É  
COMPROVANTE DE PAGAMENTO, EXCETO QUANTO A DÍVIDA ANCIADA APURADA ATÉ ESTA DATA OU SUB  
JUDICE, LEI 12.087/2009  
PERÍODO DE REFERÊNCIA À APURAÇÃO DOS INDICADORES DE CONTINUIDADE = 3/2022 VRC = R\$  
42.92666  
A ANEEL DEFINIU QUE PARTIR DE 16/04/22 A BANDEIRA TARIFÁRIA SERÁ A VERDE, SEM CUSTOS  
ADICIONAIS NA FATURA. HAVERÁ COBRANÇA DA BANDEIRA ESCASSEZ HÍDRICA DE FORMA PROPORCIONAL  
AOS DIAS DE CONSUMO ANTERIORES A ESSA DATA. SAIBA MAIS EM [WWW.ANEEL.GOV.BR](http://WWW.ANEEL.GOV.BR)

DATA DE LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	DESCRIÇÃO DO FATORAMENTO
25/04/2022	23/05/2022	28	23/06/2022

Item de fatura	Unid.	Quant.	Preço unit (R\$) e contributos	Valor (R\$)	Por consumo (m3)	Base Calc. ICMS (R\$)	Alíqta ICMS (%)	ICMS (R\$)	Tarifa m3 (R\$)
----------------	-------	--------	-----------------------------------	----------------	---------------------	--------------------------	--------------------	---------------	--------------------



Autenticar

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0806720-7424-4070-8885-1125-000048/2023-19/pg.41>

8885-d2874aa16a07

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Osmar Moreira da Silva Junior			
Endereço:	Rua 113 Ed. 112T. 02A Vila Primavera II			
Município:	Urubaçu	UF:	GO	CEP: 76.400-000
RG:	5567189	Órgão Emissor:	PC/GO	CPF: 058.941.461-74

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Osmar Moreira da Silva Junior  
Assinatura do(a) apoiador(a)  
Urubaçu 06/07/2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 06/07/2023-19 / pg. 42

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

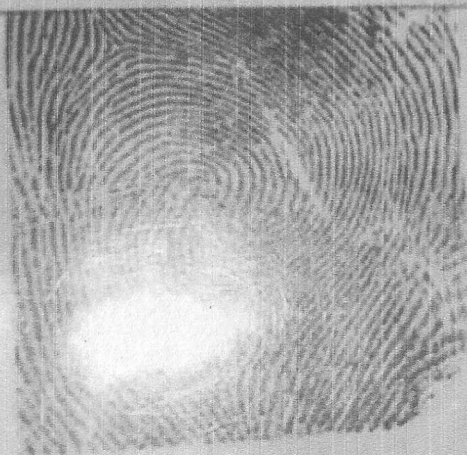


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Polegar Direito



Ormar m. da S. Junior

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Documento nº 0780938

SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 43

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>



CELG Distribuição S.A. - CELG D

Rua 2, Qd. A-37, N° 505 - Jardim Goiás - G. 3 - Jd. GO - CEP: 74.805-

CNPJ: 01.543.032/0001-04 - IE: 100.549.420

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA

B1 RESIDENCIAL NORMAL CONVENCIONAL

LUCIMAR LAURINDO DA SILVA CPF/CNPJ. 602.XXX.XXX-87

RUA 113, Q. 11, L. 02-A, S/N VILA PRIMAVERA II CEP 76400000

URBIAZUÍGO

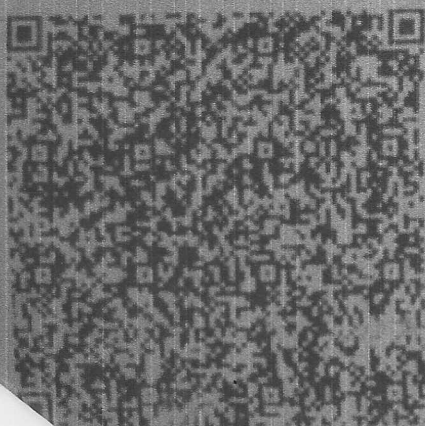
MES/ANO DE REFERÊNCIA

4/2022

VENCIMENTO

05/05/2022

INFORMAÇÕES FISCAIS



Utilize o QR Code ao lado para acessar sua Nota Fiscal  
<https://dfe-portais.irs.rs.gov.br/mfe/consulta>  
com a chave de acesso

522204615430320001046600000970017220

NOTA FISCAL N 9700172 - SERIE 0

DATA DE EMISSÃO 22/04/2022 13:30

EMITIDO EM OBTENÇÃO DA NOTA FISCAL de

CEP 52.561 Venda de energia elétrica por

Documento em PDF (10780938)

SEI 53115.006448/2023-19/pa



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Ricardo Arantes Pinto			
Endereço:	52 12 L 7 N 4 São Sebastião			
Município:	URUAÇU - GO	UF:	AC	CEP: 76400000
RG:	01035676	Órgão Emissor:	SSP	CPF: 014.987.86219

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Ricardo Arantes Pinto  
Assinatura do(a) apoiador(a)

06 05 2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 06/05/2023 14:48:18/2023-19 / pg. 45

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
RICARDO ARANTES PINTO



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
11035676 SSP AC

CPF  
014.987.862-19

DATA NASCIMENTO  
28/12/1989

FILIAÇÃO  
HERIL DE FREITAS PINTO  
MARIA DAS DORES MONTEIRO  
ARANTES PASSOS

PERMISSÃO  
PERMISSÃO

ACC  
[REDACTED]

CAT. HAB.  
A2

Nº REGISTRO  
05474726992

VALIDADE  
23/04/2013

Nº HABILITAÇÃO  
23/04/2012

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
477517444

OBSERVAÇÕES

*Ricardo Arantes Pinto*

LOCAL  
RIO BRANCO - ACRE

DATA EMISSÃO  
24/04/2012

*[Signature]*  
Sawana Leite de Sá P. Carvalho  
Diretora Geral  
ALTO GRUPO NACIONAL

58587451456,  
AC403390974

DETRAN - AC (ACRE)

PROIBIDO PLASTIFICAR

477517444



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0806760-7424-4070-8885-11287006448/2023-19/pg.46

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



encl

THE CRIME

Nº DO CLIENTE 1087624

5. 6. 12. 1. 7. N. 4 BAO SEBASTIAN CEP. 76430-08 UPIACU GO

Subgrupo B1

TOTAL 4

## VALIA BEMO A TARIFA SUBSIDIADA

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	VALDIVINO ANTONIO MOURA				
Endereço:	RUA 801 e/802 SETOR SUL II QUADRA 1311				
Município:	URUAÇU GO	UF:		CEP:	76400000
RG: 2892.029	Órgão Emissor:		CPF:	665515091-34	

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Valdivino A. Moura.

Assinatura do(a) apoiador(a)

10-05-2022

Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

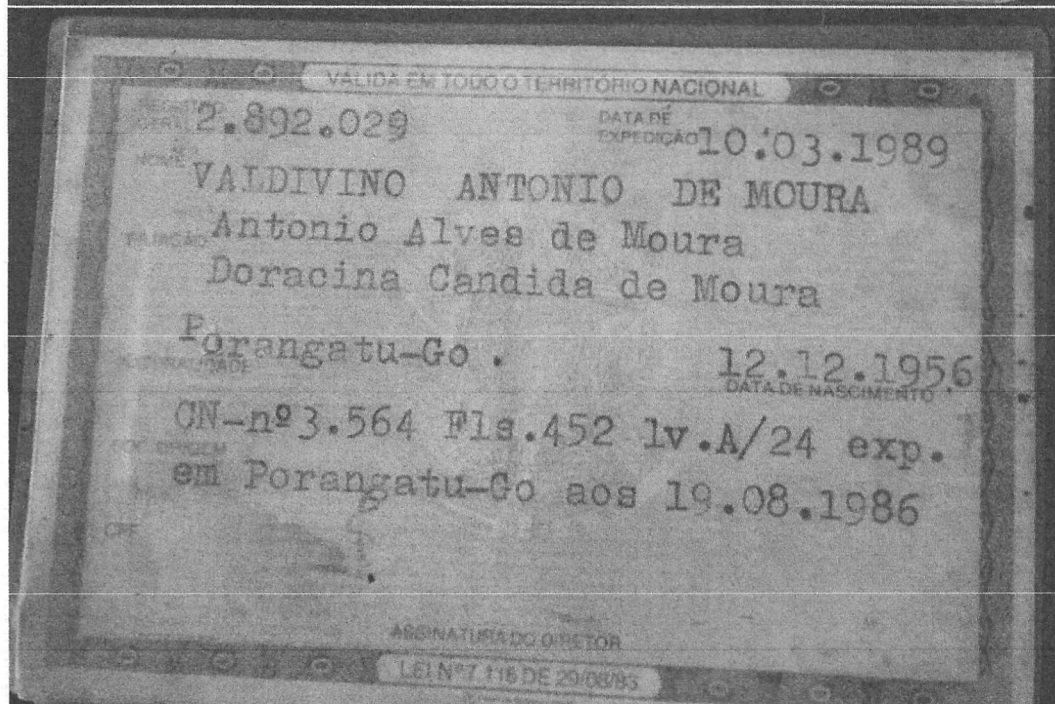


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> LEI Nº 7.116 DE 20/08/83 02/05/2023-19 / pg. 49

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

Fatura de água, esgoto e serviços

SANEAGO



Saneamento de Goiás S.A.

CNPJ: 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.352-6  
AV. TRANSBRASILIANA NR. 0 QD. 143 LT. 38  
CENTRO I CEP: 76400-000

VALDIVINO DIAS FURTADO  
RUA 801 C/802 SETOR SUL II Q U-22 L 34  
URUACU CEP: 76400-000

Fatura de água  
e serviços

Número da conta  
0565451-3

Número da fatura  
2166125489

Data de emissão  
13/04/2022

Mês de referência  
ABR/2022

Vencimento  
30/04/2022

Valor (R\$):  
114,10

Quantidade de unidades atendidas:

Serviço	Social	Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial	Pública
Água		001				
Esgoto						

Descrição dos serviços:

	Valor (R\$)	Tributação
CUSTO MINIMO FIXO	14,64	10,43
TARIFA ÁGUA - RESIDENCIAL	48,40	
COLETA/AFASTAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	38,70	
TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	9,70	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,16	
MULTA ATRASO PAGAMENTO	2,50	

Faturas não  
vencimentadas  
multa e  
diária (10%)  
regulada  
09/2014



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg- Documentos PDF em PDF (10780958) 7424-4 SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 50

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Flavimor R. Pacheco.			
Endereço:	Rua RS 54 19 64 LT 06A			
Município:	Urucuri	UF:	GO	CEP: 764000-
RG:	400452-	Órgão Emissor:	GO	CPF: 930 11.03.341-15

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Flavimor R. Pacheco

Assinatura do(a) apoiador(a)

05 / 05 / 2022

Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

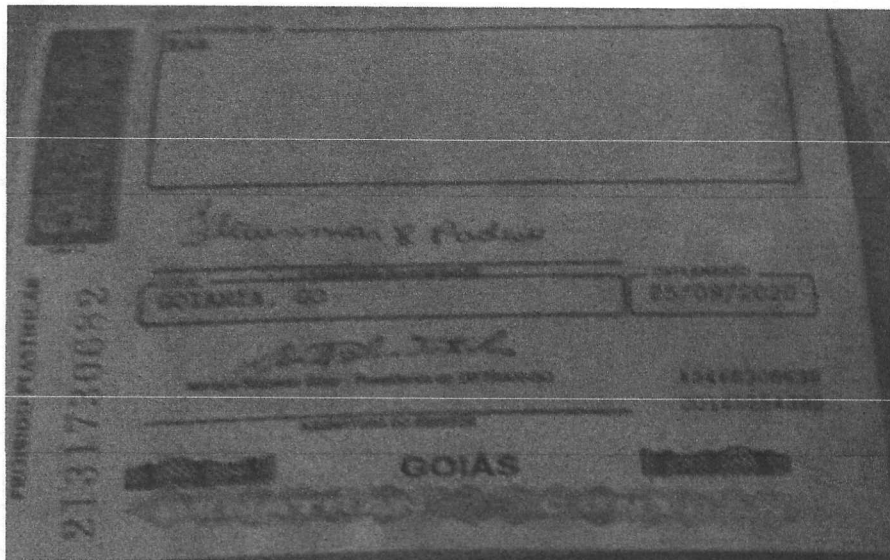
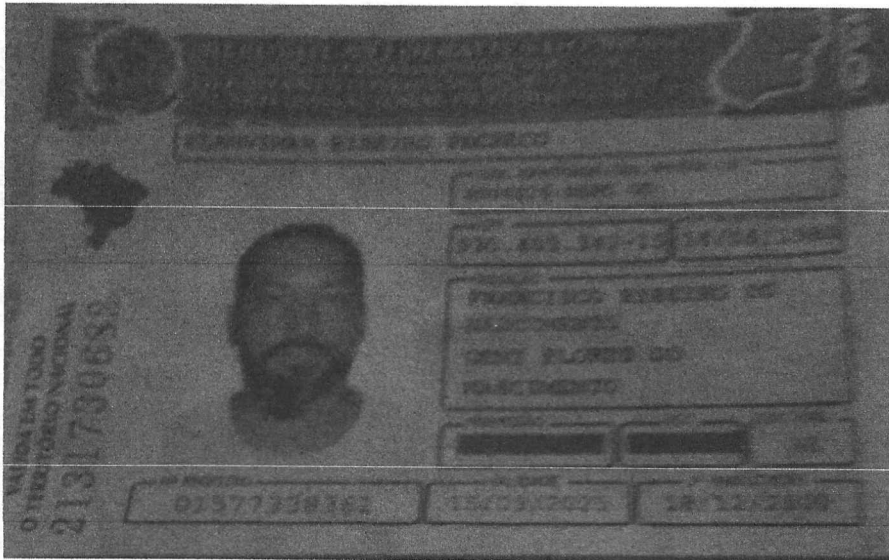
- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





## Saneamento de Goiás S.A.

CNPJ 09.066.528/0001-02 - INSC EST 1003357-8  
AV. TRANSBRASILEIRANA NR. 000, 143 LT. 38  
CENTRO I CEP: 76400-000

FLAUVIMAR RIBEIRO PACHECO  
RUA RS 5-A RECANTO DA SERRA Q 8-9 L 6  
BRUACO CEP: 76400-000

Fatura de água, esgoto  
e serviços

Número da conta:

1518583-3

Número da fatura:

2156151180

Data de emissão:

15/12/2021

Mês de referência:

DEZ/2021

Vencimento:

02/01/2022

Valor (R\$):

40,10

Quantidade de unidades atendidas:

Serviço	Social	Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial	Pública
Água						
Esgoto						

Descrição dos serviços:

Valor (R\$)

CUSTO MÍNIMO FIXO	15,45
TARIFA ÁGUA - RESIDENCIAL	22,70
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	2,83
MULTA ATRASO PAGAMENTO	1,62

Tributação aproximada (R\$):  
3,51

Faturas não pagas até o  
vencimento serão acrescidas de  
multa e atualização monetária  
diária (INPC + juros), conforme  
regulamento da AGR (Resoluções  
09/2014 e 080/2016-CR).

O tipo de consumo faturado foi:

Medido - Volume de água registrado no hidrômetro.

Hidrômetro (s)		Leitura (s)			Consumo (s)		
Tipo	Número	Atual	Anterior	Próxima	Faturado m³	Médio Dias m³	Estima m³
ÁGUA FRI	008N496311	15/12/21 982	17/11/21 977		5	10	18

Histórico de consumo

Tipo/Mês	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
ÁGUA FRI	00001	00004	00006	00013	00011	00011

Visto

**AVISO DE DÉBITO:** CONSTA DÉBITO DO MÊS 11/2021. O NÃO PAGAMENTO EM  
E 30 DIAS IMPLICA NA INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA A PARTIR  
16/01/2022, HORÁRIO COMERCIAL. CASO TENHA PAGO, DESCONSIDERE ESTE.



nsagem

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7-CE-8514-006148/2023-19/pg.53

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Raimundo Honorato Vieira			
Endereço:	R. Coronel Gaspar - S/N			
Município:	URUAÇU - GO	UF:		CEP: 76400000
RG: 949828 SSP	Órgão Emissor: 90	CPF:	449001201-20	

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Raimundo Honorato Vieira  
Assinatura do(a) apoiador(a)

29-04-2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

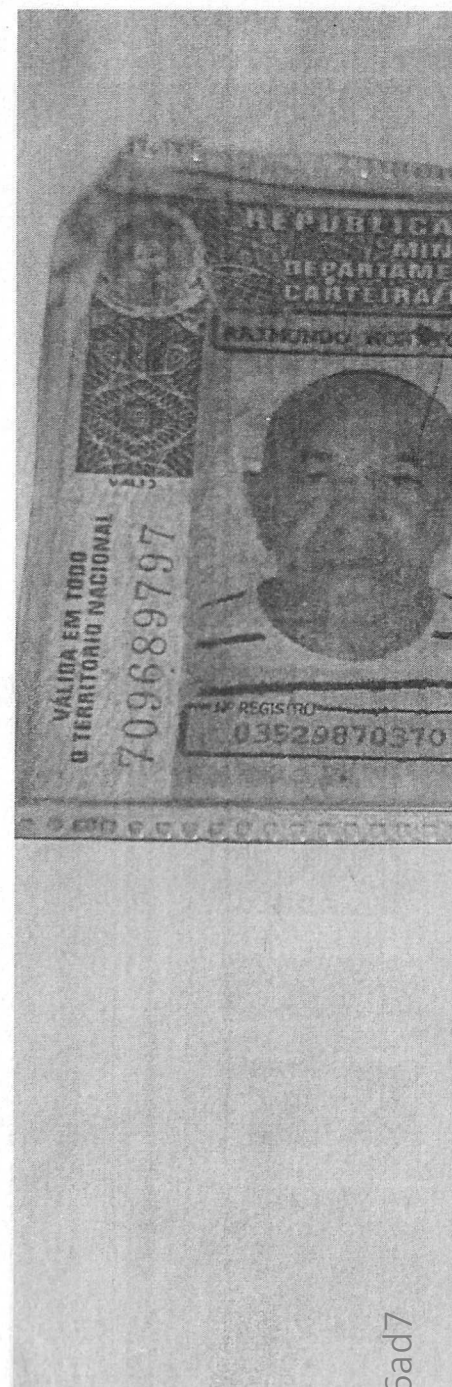
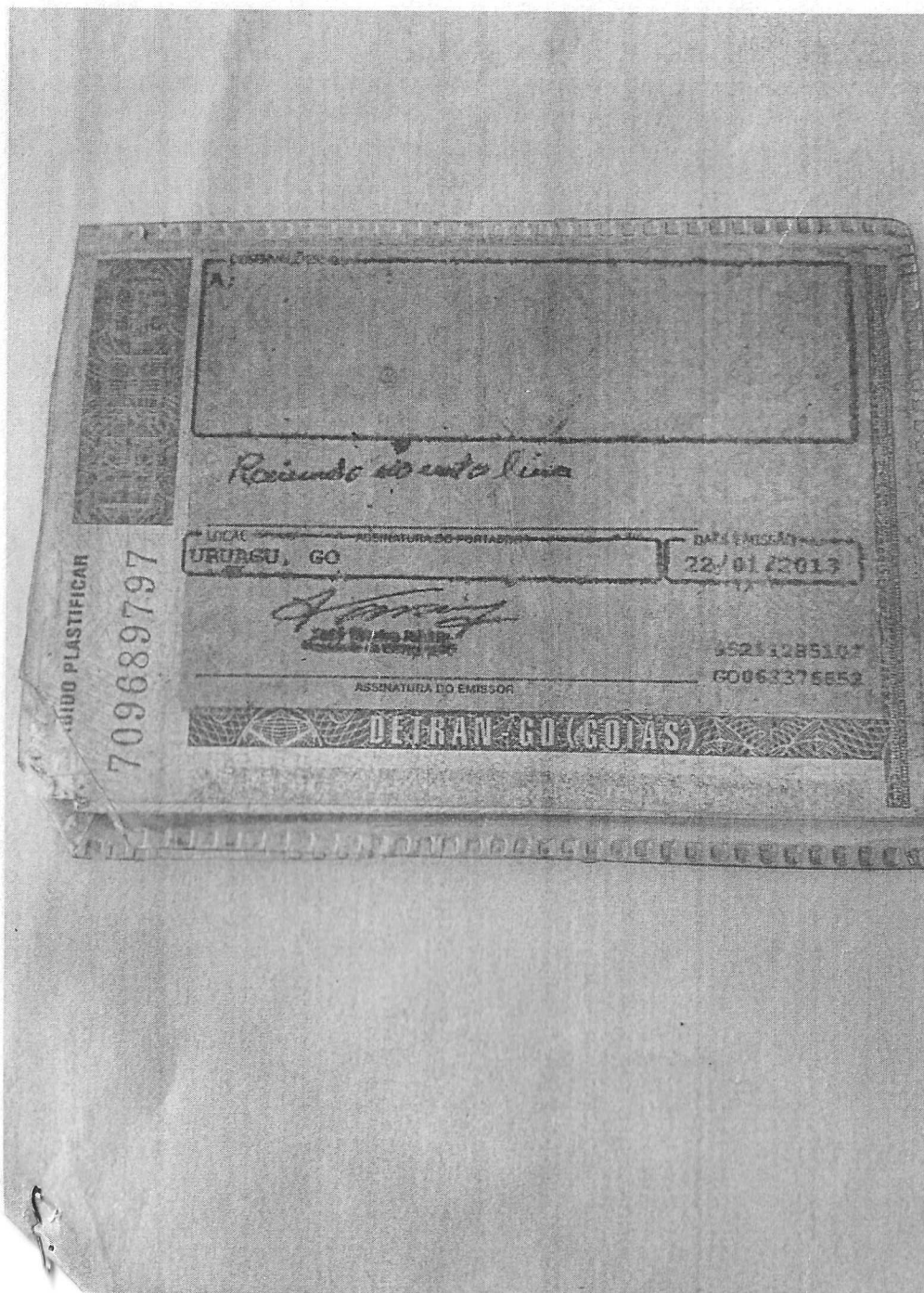


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 2023-19 / pg. 54

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





Documento 53115-006448/2023-19 / pg 55

Documento 53115-006448/2023-19 / pg 55

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

**enel**

ENEL ENERGIA S.A. - CNPJ 07.000.000/0001-91  
 Rua E. T. de A. 37, Nº 200 - Jardim Goiás - Goiânia/GO - CEP: 74.000-100  
 CNPJ: 07.000.000/0001-91 - INSC. EST. 07.000.000-00

DOCUMENTO APLICAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELABORADA

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA		Tipo de Faturamento
B3 SERVIÇOS E OUTRAS ATIVIDADES CONVENCIONAL		MARCA AVULSA
VITOR VICENTE PEREIRA CPF/CNPJ 440.XXX.XXX-53		INSTALAÇÃO (ORIGEM DE ENERGIA ELÉTRICA)
AVENIDA CEL. GASPAR G. - L. - S/N SETOR CENTRO CEP 76400000 URUACU GO		640033337
MÊS/ANO DE REFERÊNCIA	VENCIMENTO	Nº DO CLIENTE
3/2022	04/04/2022	1738843
		TOTAL A PAGAR
		R\$ 189,91



Utilize o QR CODE ao lado para acessar sua Nota fiscal ou acesse o site  
<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/nf3e/consulta>  
 com a chave de acesso  
 52220301543032000104860000059103292019297823  
 NOTA FISCAL N 5910329 - SERIE 0  
 DATA DE EMISSÃO: 22/03/2022 07:08:03  
 EMITIDO EM CONTINGÊNCIA: Falha de comunicação  
 CFOP 5253 - Venda de energia elétrica para estabelecimento comercial

MENSAGENS IMPORTANTES

PERÍODO DE REFERÊNCIA DA APURAÇÃO DOS INDICADORES DE CONTINUIDADE = 1/2022 EUSD = R\$ 20.40250

DATAS DE LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	PRÓXIMA LEITURA
	27000000	27000000	30	27000000

DESCRIÇÃO DO FATORAMENTO									
Item de fatura	Unid.	Quant.	Preço unit. (R\$) com tributos	Valor (R\$)	Preço conv. (R\$)	Data Calc. ICMS (R\$)	Valor / mês (R\$)	Clas. (R\$)	Tarifa unit. (R\$)
Adc. bandeira vermelha	Wh	140	0,21525	30,13	1,51	30,13	29,00	3,73	0,14200
Contrib. custeio da illum. pública - ep			0,00000	21,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000
Consumo	Wh	140	0,96543	135,16	6,79	135,16	29,00	29,19	0,63688
Juros			0,00000	0,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000
Multas			0,00000	2,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000
<b>TOTAL</b>				<b>189,91</b>	<b>8,30</b>	<b>185,29</b>		<b>47,92</b>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	ROQUE NUNES DE SOUZA			
Endereço:	RUA RDI - 14 UT Q 3L 8 R DON JOSE			
Município:	URUAÇU GO.	UF:	BA	CEP: 764000
RG:	138512896	Órgão Emissor:	SSP	CPF: 332.503.405-53

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Roque Nunes de Souza  
Assinatura do(a) apoiador(a)

05 05 2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES  
CARTÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO



1665227823

RENÉ NUNES DE SOUZA



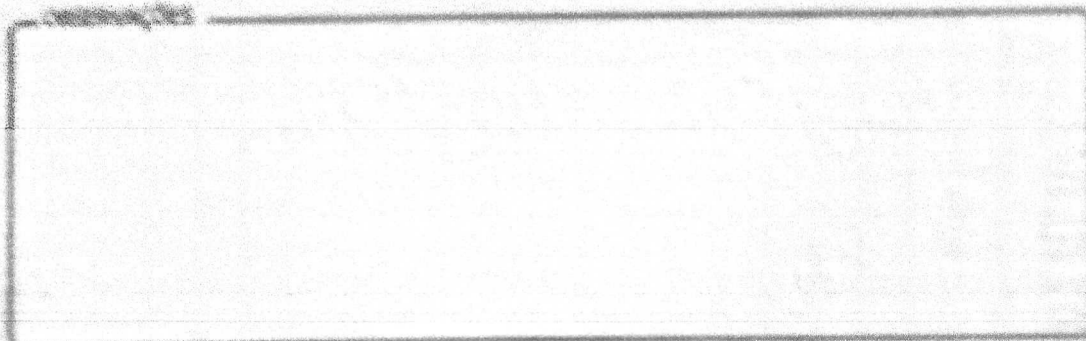
ENC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF  
139512896 SSP BA

CPF DATA NASCIMENTO  
332.503.405-53 08/10/1962

RELACÃO  
PEDRO NUNES DE SOUZA  
DEUDETE SOUZA BARBOSA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB  
AB

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO  
02552581169 21/11/2023 08/08/1986



1665227823

*René Nunes de Souza*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
SALVADOR, BA

DATA EMISSÃO  
26/11/2018

*Luís Gomes Barros Pereira*  
Diretor Geral  
ASSINATURA DO DIRETOR

11551904543  
BA509916378

BAHIA





## SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

CNPJ: 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-6

Endereço: Av. Fued Jose Sebba n. 1245 - Jardim Solas  
Cep: 74.805-100 Telefone: (62) 3243-3300

### INTERRUPCAO DO FORNECIMENTO DE AGUA - CORTE

Conta nº: 2.263.110-0

Documento nº: 625622787-9

#### DADOS CADASTRAIS

PROPRIETÁRIO JORGE BAIÃO DAS CHAGAS  
USUÁRIO JORGE BAIÃO DAS CHAGAS  
ENDEREÇO RUA RDI - 14 Nr. NT Q 3 L 8 RESIDENCIAL DOM JOSE  
S. CHAVES

CIDADE URUACU  
CEP 76.400-000

COD 047.62.03.0600

ID. LIGAÇÃO 0001/0001  
HIDRÔMETRO Y17N102127

#### DESCRIÇÃO

Sr.(a) Cliente,  
O não pagamento do(s) débito(s) ocasionou a interrupção do fornecimento de água do seu imóvel.

#### Informações sobre o Débito:

Mes/Ano  
02/2022

Vencimento  
19/02/2022

Valor em R\$  
29,16

VALOR (R\$): 29,16

Na data de emissão deste documento não constava pagamento do débito vencido do mes 03/2022. não incluso neste documento.

#### ATENÇÃO:

A religação de água será gerada automaticamente após o pagamento de todo(s) o(s) débito(s) vencido(s) vinculados à unidade consumidora e/ou CPF/CNPJ do Usuário/titular.

TIPO DE ENTREGA: 01 - Caixa de correspondência

DATA DO CORTE  
07/04/2022

HORA  
10:06:20

LEITURA  
117 m3 569 Lts

TIPO DO CORTE  
3 - LENTILHA

#### MENSAGEM

Caso queira a religação de urgência ou permanecer com a água cortada, solicite no prazo de até 1 hora após o pagamento de todo(s) o(s) débito(s), através do telefone 0800 645 0115 ou em uma Agência de Atendimento da SANEAGO.

A violação de qualquer dispositivo de corte (lacre, lentilha, registro e/ou outros), implicará em nova interrupção do fornecimento de água e/ou multa pecuniária, conforme regulamentação vigente.

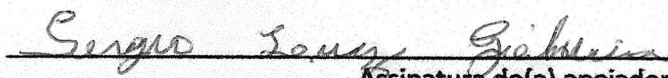


**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Sergio Louz Silva			
Endereço:	Rua CN 12 VILA DOURADO			
Município:	CAUCAIA GO	UF:		CEP: 76400000
RG: 07027548859	Órgão Emissor:		CPF:	310.961.580-00

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

  
 Assinatura do(a) apoiador(a)  
 03/05/2022  
 Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



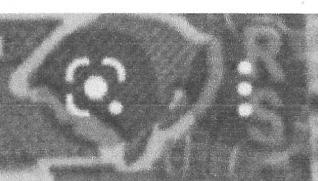
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 03/05/2023-19 / pg. 60

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

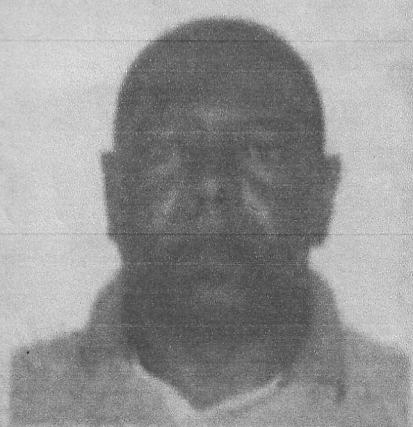


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1593952095

NOME  
**SERGIO LUIZ SILVEIRA**



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
**1013090293 SSP/PC RS**

CPF  
**310.961.580-00**

DATA NASCIMENTO  
**25/10/1958**

FILIAÇÃO  
**JOAO PAULO SILVEIRA**

**ANA MARIA SILVEIRA DE  
SILVEIRA**

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB

B

Nº REGISTRO  
**07027548859**

VALIDADE  
**26/02/2023**

1ª HABILITAÇÃO  
**02/05/1996**

OBSERVAÇÕES

*Sergio Luiz Silveira*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
**RIO GRANDE, RS**

DATA EMISSÃO  
**29/03/2018**

*Tato Sérgio Matosinski*

ASSINATURA DO EMISSOR

**44622496756  
R5203865332**

**RIO GRANDE DO SUL**

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1593952095



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7-CEP-3518-006148/2023-19/pg.61

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Celg Distribuição S.A. - CELG D  
CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420  
R 2, Qd. A-37, N 505 Jd. Góias CEP 74805 180 Goiânia Goiás  
NOTA FISCAL/FATURA DE ENERGIA ELETRICA

### Dados do Cliente/Unidade Consumidora

Nº DA INSTALAÇÃO 640006980

Nº DO CLIENTE 99919523

JOSEANO SILVA OLIVEIRA CPF/CNPJ: 44374127100

RUA C, N. 12 VILA DOURADA I CEP: 76400000 URUACU GO

### Características da Unidade Consumidora

Grupo B Subgrupo B1

Classe RESIDENCIAL

Subclasse  
RESIDENCIAL NORMAL

Tipo de Fornecimento MONO

Modalidade tarifária CONVENCIONAL

### Principais Dados

VENCIMENTO

24/02/2021

TOTAL A PAGAR (R\$)

61,13

CONTA REFERENTE A

2/2021

Use este código para cadastro em Débito Automático:

0147146310

### Dados de Medição

Nº do medidor 107232880

Leitura anterior 9133 12/01/2021

Leitura atual 9198 09/02/2021

Próxima leitura 11/03/2021

### Histórico de Faturamento

Mês/Ano	kWh	Dias
02/20 LID	92	32
03/20 LID	77	29
04/20 LID	81	29
05/20 LID	89	31
06/20 LID	76	29
07/20 LID	78	30
08/20 LID	85	31
09/20 LID	85	30



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8483-112570a05a43/2023-19 / pg. 62

0a46f7e0-7424-4



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	RAISSA BUENO MENDONÇA FERRAZ			
Endereço:	RUA BOI C/802 SETOR SUL II Q U 236 4			
Município:	URUAÇU GO	UF:	SSP	CEP: 764000
RG: 19356721X		Órgão Emissor:	SSP	CPF: 412284588-60

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Raissa Bueno Mendonça  
Assinatura do(a) apoiador(a)

22 05 2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





Documento assinado em 25/06/2025 (10780938)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg 64

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



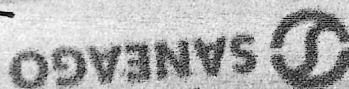
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>





Fatura de água, esgoto e serviços



### Saneamento de Goiás S.A.

CNPJ: 01.610.929/0001-02 - INSC EST. 10.013.352-8  
AV. TRANSBRASILIANA NR. 0 QD. 143 LT. 38  
CENTRO I CEP: 76400-000

VALDIVINO DIAS FURTADO  
RUA 801 C/802 SETOR SUL II Q U-22 L 34  
URUAGU CEP: 76400-000

Fatura de água  
e serviços

Número da conta  
0565451-3

Número da fatura  
2166125489

Data de emissão  
13/04/2022

Mês de referência  
ABR/2022

Vencimento  
30/04/2022

Valor (R\$):  
114,10

#### Quantidade de unidades atendidas:

Serviço	Social	Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial	Pública
Água		001				
Esgoto						

#### Descrição dos serviços:

	Valor (R\$)
CUSTO MINIMO FIXO	14,64
TARIFA AGUA - RESIDENCIAL	48,40
COLETA/AFASTAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	38,70
TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	9,70
ATUALIZACAO MONETARIA	0,16
MULTA ATRASO PAGAMENTO	2,50

Tributação  
10,43

Faturas não  
venciment  
multa e es  
diária (1)  
regulaçã  
09/2014



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Manoel Barbosa Farias			
Endereço:	RDI 9 A.06 LT02			
Município:	URUAÇU	UF:	GO	CEP:
RG:		Órgão Emissor:		CPF:
				76400.000

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Manoel Barbosa Farias  
Assinatura do(a) apoiador(a)

08/05/2022 Uruaçu - GO  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO



*Almeida, Roberto Farias*  
NOME DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

3202230-2547110	DATA DE EXPEDIÇÃO	10/11/88
NOME: MANUEL BARBOSA FARIA		
FILIAÇÃO: NATURAL FRANCISCA BARBOSA FARIA		
UNIDADE: GO	DATA DE NASCIMENTO: 07/05/1966	
NACIONALIDADE: BRASILEIRO		
DOC. ORIGEM: C.NAS. 61986 FLB. 36 L. A 53 CR. GOIÁS		
DATA: 27/10/1988		
ASSINATURA DO DIRETOR		
LEI Nº 116 DE 29/08/83		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



CELL INFORMATION  
FILE 2: 01-ART-N° 503  
CIVIL 01-013034-001-0

DOCUMENTO AUXILIAR

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CON

B1 BAIXA RENDA / TARIFA SUBSIDIADA

MARIA APARECIDA GOMES DA SILVA CPF/0  
RUA RDI-9, Q. 6, L. 2, S/N RESIDENCIAL MAR  
PEREIRA ARAUJO CEP: 76400000 URUACU

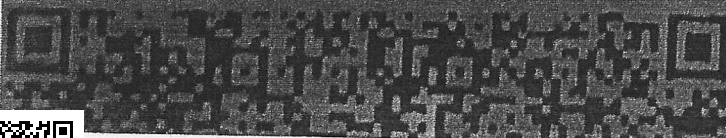
MÊS/ANO DE REFERÊNCIA

4/2022

# VENC

02/03

24-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874a16ad7> / pg. 68

**MILITARY CODE**



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	JOSEANO SILVA OLIVEIRA			
Endereço:	RUA C. N. 12. WLA DO RADO			
Município:	URUAÇU GO	UF:		CEP: 74400000
RG: 1077847	Órgão Emissor:		CPF: 443741271-00	

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Rosiana Silva Oliveira  
Assinatura do(a) apoiador(a)  
10 / 08 2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Documentos PDF em PDF (10780958) 7424-4070-8885-d2874aa16ad7 SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 70



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

1 077 847

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

22-02-1989

NOME

JOSEANO SILVA OLIVEIRA

FILIAÇÃO

José de Oliveira

Ana Maria da Silva

NATURALIDADE

Uruaçu-GO

DATA DE NASCIMENTO

31-03-1968

DOC ORIGEM Cert. Nasc. nº 9361, fle. 170, liv. A-17.

Uruaçu-GO

CPF 443 743 272-09

ASSINATURA DO DETENTOR

ASSINATURA DO DETENTOR

LENTAMENTO DE 500HS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/documentos/53115.006448/2023-19> / pg. 71

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





Celg Distribuição S.A. - CELG D  
CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420  
R 2, Qd. A-37, N 505 Jd. Golas CEP 74805 180 Goiânia Golas  
NOTA FISCAL/FATURA DE ENERGIA ELETRICA

Dados do Cliente/Unidade Consumidora

Nº DA INSTALAÇÃO	640006980	Nº DO CLIENTE	99919523
JOSEANO SILVA OLIVEIRA		CPF/CNPJ: 44374127100	
RUA C, N. 12 VILA DOURADA I CEP: 76400000 URMACU GO			

Classificação da Unidade Consumidora

Grupo B	Subgrupo B1
Classe RESIDENCIAL	
Subclasse RESIDENCIAL NORMAL	
Tipo de Fornecimento MONO	
Modalidade tarifária CONVENCIONAL	

Dados da Conta

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)
24/02/2021	61,1
CONTA REFERENTE A 2/20	

Use este código para cadastro em Débito Automático

0147146310

Dados do Medidor

Nº do medidor	107232880	
Leitura anterior	9133	12/01/2021
Leitura atual	9198	09/02/2021
Próxima leitura	11/03/2021	

Histórico de Faturamento

Mês/Ano	kWh
02/20 LID	92
03/20 LID	77
04/20 LID	83
05/20 LID	89
06/20 LID	76
07/20 LID	78
08/20 LID	85
09/20 LID	85



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	LENOIR RODRIGUES BORGES				
Endereço:	RUA RDI 14 NA NT RESI. DON JOSE				
Município:	LI RUAÇU	UF:	GO	CEP:	76.400-000
RG:	3848124	Órgão Emissor:	SSP-GO	CPF:	42254213172

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

x Lenoir R. Borges  
Assinatura do(a) apoiador(a)

07/05/2022 LI RUAÇU - GO  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 07/05/2023 14:00:43 / pg. 73

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME

LENOIR RODRIGUES BORGES

FILIAÇÃO

EDUARDO DE ALMEIDA BORGES

DEIA RODRIGUES BORGES

DATA NASCIMENTO

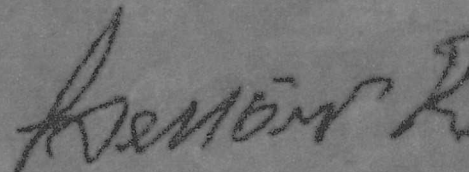
01/04/1967

NATURALIDADE

BARRO ALTO - GO

OBSERVAÇÃO

\*\*\*\*\*



ASSINATURA

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO

Distrito de Segurança (10780938)

SEI 53115.006448/2023-197 pg 74

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>



# Saneamento de Goiás S.A.

CNPJ: 06.616.929/0001-92 - INSC. EST. 19.013.357-6

AV. TRANSBRASILEIRANA NR. 0 QD. 143 LT. 38  
CENTRO I CEP: 7400-000

RAFAELA RIBEIRO FERREIRA

RUA RDI - 14 Nr. NT RESIDENCIAL DOM JOSE

S. CHAVES Q 2 L 19 URUACU CEP: 76400-000

Unidades atendidas:

Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial	Pública

Serviços:

	Valor (R\$)
FIXO	7,32
- SOCIAL	30,64
MONETARIA	0,26
DESEMPENHO	1,26



Autenticado eletronicamente, confira com o original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a467e07424-4070-8885-02870a0048/2023-19/pg.75>

0a467e07424-4070-8885-02870a0048

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	SILVATIANO F. COSTA				
Endereço:	RUA - 02 GUARUJÁ - 15 - LOTE - 11 - CASA 02				
Município:	UF:	CEP:			
RG: 2.649.893	Órgão Emissor: D.F.	CPF: 520.681.611-68			

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

SILVATIANO F. COSTA

Assinatura do(a) apoiador(a)

25-04-2022

Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

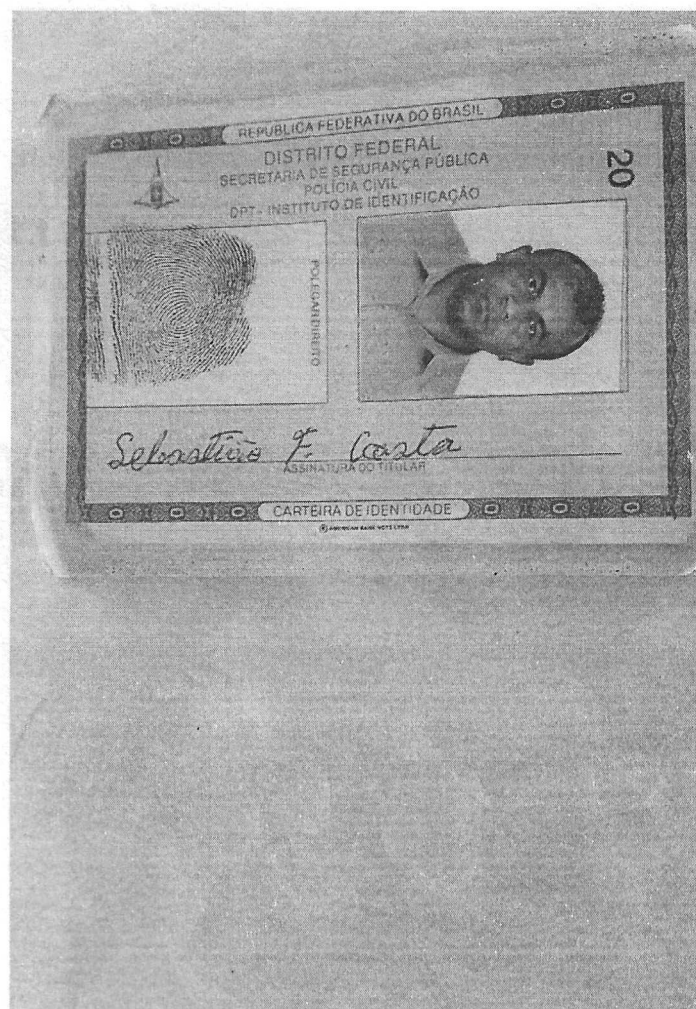
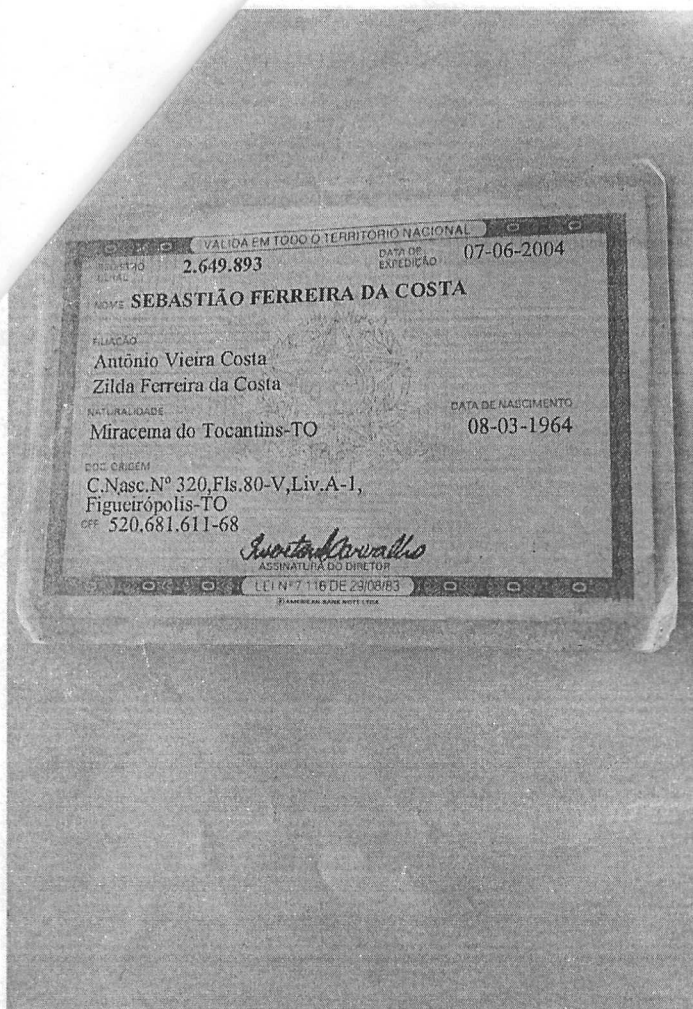


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

SANEAGO

AV. TRANSBRASILIANA Nº. 0-00 143-14-00  
CENTRO I CEP: 76400-000

SEBASTIAO FERREIRA DA COSTA  
RUA 2 Nº. 000 CASA 2 SAO SEBASTIAO Q 15  
L 11 URUACU CEP: 76400-000

2163530-6 conta

2164079050 cura

21/03/2022

MAR/2022

08/04/2022

Valor (R\$):

82,40

Quantidade de unidades atendidas:

Serviço	Social	Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial	Pública
Água						
Esgoto						

Descrição dos serviços:

	Valor (R\$)
CUSTO MINIMO FIXO	14,64
TARIFA AGUA - RESIDENCIAL	33,88
COLETA/AFASTAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	27,09
TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	6,79

Taxação aproximada (R\$):

7,82

Faturas não pagas até o  
vencimento serão acrescidas de  
multa e atualização monetária  
diária (INPC + juros), conforme  
regulação da AGR (Resoluções nº  
09/2014 e 030/2016-CR).

A leitura de consumo de água foi registrada no hidrômetro.

Hidrometro (s)		Leitura (s)		Próxima	Consumo (s)			
Tipo	Número	21/03/22	18/02/22		Faturado	Médio	Estimado	
ÁGUA FRI	015N211726	426	419		R\$	Dias	m³	m³

Histórico de consumo:

Tag/Mês	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
ÁGUA FRI	00009	00006	00010	00007	00004	00008

AGRADECEMOS PELA PONTUALIDADE NO PAGAMENTO DE SUA FATURA. DESSA FORMA  
VOCE CONTRIBUI PARA UM SANEAMENTO BASICO CADA VEZ MELHOR E ACESSIVEL  
A TODOS.

Mensagem



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7-CE183118-006148/2023-19 / pg. 78

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

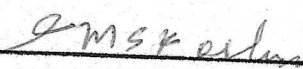


**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	MARIA SUSETE ROCHA			
Endereço:	5. Q 12 L 7 W 4 Sds Sebastian			
Município:	URUAÇU-GO	UF:	GO	CEP:
RG:	683015678	Órgão Emissor:		CPF:
				52648822072

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

  
 \_\_\_\_\_  
 Assinatura do(a) apoiador(a)  
 05 05 2022  
 \_\_\_\_\_  
 Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-112874aa16ad7 0a46f7e0-7424-4070-8885-112874aa16ad7

0a46f7e0-7424-4070-8885-112874aa16ad7

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADANIA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PASSAPORTE  
CARTEIRA NACIONAL DE IDENTIDADE

**MARIA BUETE ROCHE**

RG 3015478 OMB SC

CPF 576 487 270-72 DATA NASCIMENTO 20/10/1965

TELADEO ALTONIRIO CLEMENTINO  
BUENO  
MARIA APARECIDA  
FERREIRA BUENO

02087144350 12/09/2022 10/12/1996

*griskal*

ESTANCIA VELHA, RS 13/09/2017

*Thaiane Gomes*  
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

45891469465  
88198193459

**RIO GRANDE DO SUL**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1519380024

PROBADO PLASTIFICAR 1519380024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



**celg** Celg Distribuição S.A. - CELG D  
CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.54  
R 2, Qd. A-37, N 505 Jd. Goiás CEP 74805 180 Goiânia  
NOTA FISCAL/FATURA DE ENERGIA ELETR

**Dados do Cliente/Unidade Consumidora**

DA INSTALAÇÃO 640024208

Nº DO CLIENTE 1087624

ANTONIO JOSE DA SILVA CPF/CNPJ: 08210470191

5, Q. 12, L. 7, N. 4 SAO SEBASTIAO CEP: 76420-000 URUACU GO

Grupo B Subgrupo III  
Classe BX

TARIFA REGULA A TARIFA SUBSIDIADA

VENCIMENTO

12/03/2021

TOTAL

CONTA DE ENERGIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-1124-4070-8885-02874ad16ad7> 02874ad16ad7

0a46f7e0-1124-4070-8885-02874ad16ad7

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	GLEIDSON CORREIA PEREIRA				
Endereço:	RUA RDI 15 Q.32+17 Quitombolas				
Município:	LIRUAÇU	UF:	GO	CEP:	76400-000
RG:	6818605	Órgão Emissor:	SSP- GO	CPF:	705175 931-06

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Gleudson Correia Pereira  
Assinatura do(a) apoiador(a)

07/05/2022 Liruaçu - GO  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 42.150.051/0001-40/2023-19 / pg. 82

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6818605 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 17/09/2018

NOME GLEIDSON CORREIA PEREIRA

FILIAÇÃO ANTONIO CORREIA MONTEIRO

MARIA ABADIA PEREIRA SALGADO

URUAÇU - GO 24/11/1993

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM CERTIDÃO DE NASCIMENTO 25726 A-44 FLS114

URUAÇU-GO EM 26/11/1997

OF 705175931-06

5416180

*Deusny Aparecido Silva Filho*

47396746

LEI Nº 7.116 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 2023-19 / pg. 83

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

# Saneamento de Goiás S.A.

AV. TRANSBRASILIANA NR. 0 QD. 143 LT. 38  
CENTRO I CEP: 76400-000

MARIA ABADIA PEREIRA SALGADO  
RUA RDI - 15 Nr. NT RESIDENCIAL DOM JOSE  
S. CHAVES Q 3 L 17 URUACU CEP: 76400-000

Unidades atendidas:

Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial	Pública
001				

Serviços:	Valor (R\$)
FIXO	14,00
RESIDENCIAL	29,00
C.VIOLACAO CORTE PART	74,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

0a46f7074244070-8885-d2874aa16ad7



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Sávio TEIXEIRA TANTAS			
Endereço:	RU PARAIBA NR. 14 PC 5535 São Vicente			
Município:	URUAÇU	UF:	MA	CEP: 764000
RG: 01375932103	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	615 815.463-98

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Sávio Teixeira Tantas  
Assinatura do(a) apoiador(a)

03/05/2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-112874aa16ad7> 03/05/2023-19 / pg. 85

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7







**SANEAGO**

## Saneamento de Goiás S.A.

CNPJ: 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-6

AV. TRANSBRASILIANA NR. 0 QD. 143 LT.  
38 CENTRO I CEP: 76400-000

**BENEDITO BORGES RODRIGUES**

RUA PARAIBA Nr. 14 PC 5535 SAO VICENTE  
Q 18 L 14 URUACU CEP: 76400-000

Fatura de água, esgoto  
e serviços

Número da conta:

**0850857-0**

Número da fatura:

**2134306607**

Data de emissão:

**23/02/2021**

Mês de referência:

**FEV/2021**

Vencimento:

**13/03/2021**

Valor (R\$):

**40,09**

Quantidade de unidades atendidas:

Social	Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial	Pública
	001				
	001				

Descrição dos serviços:

CUSTO MINIMO FIXO  
TARIFA AGUA - RESIDENCIAL  
COLETA/AFASTAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL  
TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL

Valor (R\$)

13,45  
13,32  
10,65  
2,67

Tributação aproximada

**3,70**

Faturas não pagas até  
o vencimento serão acrescidas  
de multa e atualização  
diária (INPC + juro  
regulatório da AGR  
09/2014 e 080/20

O tipo de consumo faturado foi:

Medido - Volume de água registrado no hidrômetro.

Hidrômetro (s)

Número

Leitura (s)

Atual

Anterior

Próxima

Consumo (s)

Faturado

m³

Dias

Médio

m³

I Y12F175756

379

376

3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0306760-7424-4070-8883-1125-000048/2023-19/pg.87>

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	MARINES DE MELO LEMOS				
Endereço:	RUA 801 C/02 SETOR SUL TI Q 122C 34				
Município:	URUAÇU GO	UF:	RS	CEP:	764000
RG:	5062977946	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	68451423000

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Marinês de Melo Lemos  
Assinatura do(a) apoiador(a)

02/04/2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

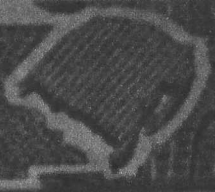
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 02/04/2023-19 / pg. 88

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



X

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



RS

NOME  
**MARINES DE MELO LEMOS**

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
**5062977946 SJS/II RS**

CPF  
**684.514.230-00**

DATA NASCIMENTO  
**05/02/1975**



FILIAÇÃO  
**PEDRO MOISES ALVES LEMOS**  
**VELANIR CORREIA DE MELO**

PERMISSÃO

ACE

CAT. HAB.

**B**

Nº REGISTRO  
**03180100504**

VALIDADE  
**14/07/2025**

1ª HABILITAÇÃO  
**31/01/2004**

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
**2111056678**



OBSERVAÇÕES

*Marinês de Melo Lemos*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
**PASSO FUNDO, RS**

DATA EMISSÃO  
**14/07/2020**

*Dir. Bacu*  
DIR. BACU  
Diretor-Geral

**28835021602**  
**RS235243825**

ASSINATURA DO EMISSOR

**RIO GRANDE DO SUL**

PROIBIDO PLASTIFICAR  
**111056678**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Fatura de água, esgoto e serviços

SANEAGO



## Saneamento de Goiás S.A.

CNPJ: 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-8  
AV. TRANSBRASILIANA NR. 0 QD. 143 LT. 38  
CENTRO I CEP: 76400-000

VALDIVINO DIAS FURTADO  
RUA 801 C/802 SETOR SUL II Q U-22 L 34  
URUACU CEP: 76400-000

Fatura de água  
e serviços

Número da conta  
0565451-3

Número da fatura  
2166125489

Data de emissão  
13/04/2022

Mês de referência  
ABR/2022

Vencimento  
30/04/2022

Valor (R\$):  
114,10

Quantidade de unidades atendidas:						
Serviço	Social	Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial	Pública
Água		001				
Esgoto		001				

Descrição dos serviços:

Valor (R\$)

CUSTO MINIMO FIXO	14,64
TARIFA AGUA - RESIDENCIAL	48,40
COLETA/AFASTAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	38,70
TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	9,70
ATUALIZACAO MONETARIA	0,16
MULTA ATRASO PAGAMENTO	2,50

Tributação  
10,43

Faturas não  
venciment  
multa e s  
diária (IN  
regulaçã  
09/2014



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Documento PDF nº 10780958 7424-4070-8885-2023-19 / pg. 90

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	TONY BESSA AVILA			
Endereço:	RUA RD-9 Q 6 L2 S/S RE-MARSA			
Município:	URUAÇU GO	UF:		CEP: 764000-
RG: 12531316	Órgão Emissor: SSP MG	CPF:	059643686-62	

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

TONY BESSA AVILA  
 Assinatura do(a) apoiador(a)

22/05/2022  
 Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 05/05/2023 14:00:43 2023-19 / pg. 91

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

OBSERVAÇÕES

Tony Bazzani Avila

LOCAL: UBERLANDIA, MG DATA INICIAL: 08/03/2013

Cheney

Oliveira Santiago Marcel  
Chefe Deuran/MC

68540899088  
HQ424683030

SCUOLA FRANCO-ITALIANA

Dolores Circuit

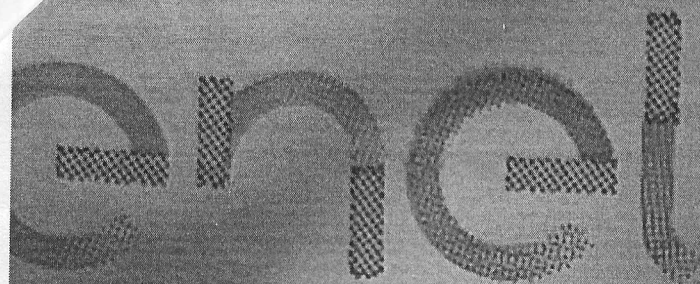


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> CER-33118-000418/2023-19 / pg. 92

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





A Tarifa Social de Energia  
CELG Distribuição S.A. - CELG  
Rua 2, Qd. A-37, Nº 505 - Jardim  
CNPJ: 01.543.032/0001-04 - IN

DOCUMENTO AUXILIAR DA

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA

B1 BAIXA RENDA / TARIFA SUBSIDIADA C

MARIA APARECIDA GOMES DA SILVA CPF/CNPJ  
RUA RDI-9, Q. 6, L. 2, S/N RESIDENCIAL MARIS  
PEREIRA ARAUJO CEP: 76400000 URUACU GO

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA

4/2022

VENCIMENTO

02/05/22

INFORMAÇÃO

Autenticidade e validade da assinatura digital

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa1ead8/2023-19/pg.93>

Utilize o QR CODE

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa1ead8

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	ROBSON ALVES DA SILVA			
Endereço:	RUA PARAIBA NR 14PC 5535 SAO VICENTE			
Município:	URUAÇU GO	UF:		CEP: 76400000
RG: 5468425	Órgão Emissor:		CPF: 042491301-18	

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Robson Alves da Silva  
Assinatura do(a) apoiador(a)

10/05/2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

R 18 L 14 URUAÇU





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

5469425

2.A VIA

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

17/JUN/2016

NOME

ROBSON ALVES DA SILVA

FILIAÇÃO

LOURIVAL ALVES DA SILVA  
PATROCÍNIA GOMES SILVA

URUACU-GO  
NATURALIDADE

25/JUL/1988

DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM C.NAS. 16.849 FLS. 195 L. A-36 URUACU GO  
EM 29/04/2004

CPF 042491301-18

7767864

36793469

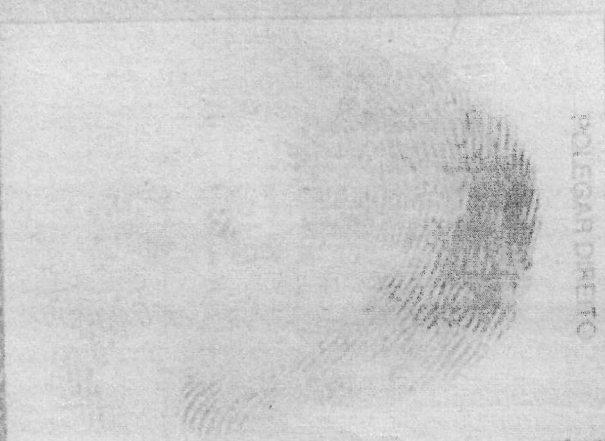
ASSINATURA DO DETENTOR  
LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

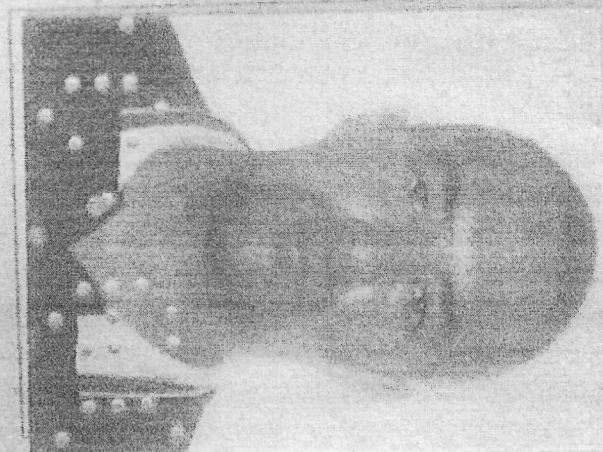
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

POLÍCIA CIVIL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Robson Alves da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SONS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0467e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a467e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## Saneamento de Goiás S.A.

CNPJ: 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-6

AV. TRANSBRASILIANA NR. 0 QD. 143 LT.  
38 CENTRO I CEP: 76400-000

**BENEDITO BORGES RODRIGUES**

RUA PARAIBA Nr. 14 PC 5535 SAO VICENTE  
Q 18 L 14 URUACU CEP: 76400-000

Fatura de água, esgoto  
e serviços

Número da conta:

**0850857-0**

Número da fatura:

**2134306607**

Data de emissão:

**23/02/2021**

Mês de referência:

**FEV/2021**

Vencimento:

**13/03/2021**

Valor (R\$):

**40.09**

Quantidade de unidades atendidas:

Serviço	Social	Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial	Pública
Água		001				
Esgoto		001				

Descrição dos serviços:

CUSTO MINIMO FIXO  
TARIFA AGUA - RESIDENCIAL  
COLETA/AFASTAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL  
TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL

Valor (R\$)

13,45  
13,32  
10,65  
2,67

Tributação aproximada (R\$)

3,70

Faturas não pagas até o  
vencimento serão acrescidas  
multa e atualização monetária  
diária (INPC + juros) conforme  
regulação da AGR (Resolução  
09/2014 e 080/2016 - CR).

O tipo de consumo faturado foi:

Medido - Volume de água registrado no hidrômetro.

Hidrômetro (s)

Número

Leitura (s)

Atual

Anterior

Próxima

23/02/21

26/01/21

379

376

Consumo (s)

Faturado

Médio

m³

Dias

m³

3

4

Y12F175756

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8080-000000000000/2023-19/pg.96

0a46f7e0-7424-4070-8080-000000000000



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	SIE ERMANDO BATISTA DE SOUZA				
Endereço:					
Município:	URUAÇU GO	UF:		CEP:	
RG: 778328 SSP DE	Órgão Emissor:		CPF:	443.890221-34	

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

*Sie Ermando Batista de Souza*

Assinatura do(a) apoiador(a)

*21/05/22*

Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**


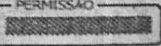
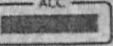

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 2023-19 / pg. 97

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

NOME <b>SILVERNANDO BATISTA DE SOUZA</b>		
	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF <b>778379 SSP DF</b>	
	CNPJ <b>443.820.221-34</b>	DATA NASCIMENTO <b>21/02/1967</b>
	FILIAÇÃO <b>JOAO BATISTA NUNES</b>	
	ADERCA RIBEIRO DE <b>SOUZA</b>	
PERMISSÃO 	ACC 	CAT. HAB. <b>B</b>
Nº REGISTRO <b>04284748160</b>	VALIDADE <b>19/10/2012</b>	1ª HABILITAÇÃO <b>29/01/2008</b>
OBSERVAÇÕES		
<p><i>Silvernando B de Souza</i></p> <p>ASSINATURA DO PORTADOR</p>		
LOCAL <b>BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF</b>	DATA EMISSÃO <b>13/02/2009</b>	
		94600504 DF717237

Documento em PDF (10780938)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg 98

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>



**SILVANO BAYETA DE SOUZA**  
 40 TORREDO NEVES CAMPO FORMOSO R 1 L  
 77 URURU CEP: 35400-000

2155912005  
 23/04/2022  
 Hora de emissão:  
 08/07/2022

Quantidade de unidades atendidas:  
 Serviço Social Residencial Comercial 2 Industrial Pública  
 Água 001  
 Esgoto

Vencimento:  
 12/05/2022  
 Valor (R\$):  
 99,14

**Descrição dos serviços**

	Valor (R\$)
CUSTO MÍNIMO FIXO	14,64
TAXA DE AGUA - COMERCIAL	10,34
COLETA/AFASTAMENTO ESGOTO COMERCIAL	8,27
TRATAMENTO ESGOTO COMERCIAL	2,07
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	3,84
REAJUSTO DE AGUA	16,51
MULTA ATRASO PAGAMENTO	3,47

Tributação aproximada (R\$):  
 5,13

Faturas não pagas até o vencimento serão acrescidas de multa e atualização monetária diária (INPC + juros), conforme resolução da AGR (Resoluções nº 03/2014 e 080/2016-CR).

O tipo de consumo faturado foi:  
 Medido - Volume de água registrado no hidrômetro.

Hidrômetro (s)		Leitura (s)			Consumo (s)		
Tipo	Número	Atual	Anterior	Próxima	Faturado	Médio	Estimado
AGUA FRI	A12N327219	23/04/22 541	23/03/22 540		1 m³	4 m³	12 m³

**Histórico de consumo:**

Tipo/Mes	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
AGUA FRI	00006	00005	00005	00003	00003	00002

**Aviso**  
 REAVISO DE DEBITO: CONSTA DEBITO DO MES 03/2022. O NAO PAGAMENTO EM ATÉ 30 DIAS IMPLICA NA INTERRUPCAO DO FORNECIMENTO DE AGUA A PARTIR DE 25/05/2022, HORARIO COMERCIAL. CASO TENHA PAGO, DESCONSIDERE ESTE.

**Mensagem**  
 ONF. LEI FED. 12.007/09, DECLARAMOS A QUITACAO ANUAL DE DEBITOS-2021. ESTA DECLARACAO SUBSTITUI AS FATURAS VENCIDAS E PAGAS NESTE ANO E DOS ANOS ANTERIORES.

**Qualidade de Abastecimento de Água: URURUCU**

	Cloro residual livre	Fluoreto	Turbidez	Cor aparente	pH	Coliformes totais	Esc. coli
Resultado de análises exigidas¹	58	0	58	10	0	58	
Análises realizadas²	48	8	48	48	8	48	

Documento em PDF (10780938)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg 99



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

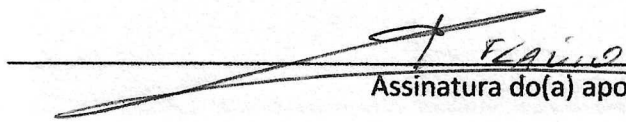
0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	Slovis Silva Borges				
Endereço:	AV Coronel Caspary s/nº 191				
Município:	Uruaçu	UF:	GO	CEP:	76400000
RG:	6273518	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	060.479.421-54

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

  
Assinatura do(a) apoiador(a)

28 de abril de 2022 Uruaçu - GO  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.dmf.fpf.gov.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
2197931001

NOME  
FLAVIO SILVA BORGES

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
6273518 SSP GO

CPF  
060.479.421-56

DATA NASCIMENTO  
06/11/1997

FILIAÇÃO  
NISLENE SILVA BORGES

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
06598593217

VALIDADE  
20/01/2026

1ª HABILITAÇÃO  
12/04/2016

OBSERVAÇÕES

Assinatura do Portador: Flávio S. Borges

LOCAL  
GOIANIA, GO

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA EMISSÃO  
18/02/2021

Assinatura do Emissor: Marcos Roberto Silva - Presidente do DETRAN-GO

ASSINATURA DO EMISSOR

10738125840  
GO148047211

GOIÁS

PROIBIDO PLASTIFICAR  
2197931001

Documento eletrônico (10780958)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 01



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

**enel**

ENEL Distribuição S.A. - CNPJ 07  
Rua F. Ten. A. L. 1º andar - 74204-000 - Goiânia - GO - CEP: 74204-000  
CNPJ 07.843.028/0001-04 - RI: 100.840.400

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETROENCLAVEADA

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA		TIPO DE FÔRNO COMBUSTÍVEL
B3 SERVIÇOS E OUTRAS ATIVIDADES CONVENCIONAL		MUNICÍPIO
VITOR VICENTE P. M. RACHA R. R. J. 440 XXX XXX-53		INSTALAÇÃO UNID. CONVENCIONAL
AVENIDA CEL. GASPAR, Q. - L. - SN SETOR CENTRO CEP		64005557
76400000 URNAÇU GO		Nº DO CLIENTE
		17388243
MÊS/ANO DE REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
3/2022	04/04/2022	R\$ 189,91



INFORMAÇÕES FISCAIS

Utilize o QR CODE ao lado para acessar sua Nota fiscal ou acesse o site  
<https://dfe-portal.sirs.rs.gov.br/nf3e/consulta>  
com a chave de acesso:  
52220301543032000104680000059103292019297823  
NOTA FISCAL N 5910329 - SÉRIE 0  
DATA DE EMISSÃO: 22/03/2022 07:08:03  
EMITIDO EM CONTINGÊNCIA: Falha de comunicação  
CFOP 5253 - Venda de energia elétrica para estabelecimento comercial

MENSAGENS IMPORTANTES

PERÍODO DE REFERÊNCIA DA APURAÇÃO DOS INDICADORES DE CONTINUIDADE = 1/2022 EUSD = R\$ 20.40250

DATAS DE LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	PRÓXIMA LEITURA
	20000000	20000000	30	20000000

DESCRIÇÃO DO FATURAMENTO									
Item do faturamento	Unid.	Quant.	Preço unit. (R\$) contributos	Valor (R\$)	Imp. (R\$) (10%)	Base Calc. ICMS (R\$)	Alíq. (R\$) (10%)	ICMS (R\$)	Taxa unit. (R\$)
Ado. bandeira vermelha	kWh	140	0,21525	30,13	1,51	30,13	29,00	2,73	0,14200
Contrib. custeio da iluminação pública - eip			0,00000	21,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000
Consumo	kWh	140	0,90543	126,76	6,73	126,76	29,00	25,19	0,63689
Juros			0,00000	0,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000
Multas			0,00000	2,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000
<b>TOTAL</b>				<b>180,51</b>	<b>8,30</b>	<b>180,29</b>		<b>47,82</b>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://trileg-portal.sirs.rs.gov.br/nf3e/consulta> Documento Nº 53115.006448/2023-19 / pg. 102

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

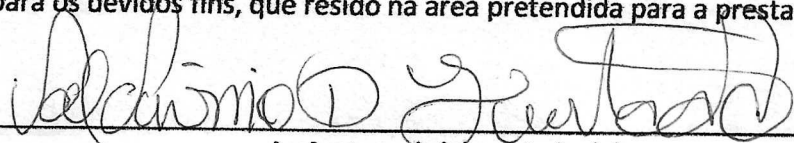


**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	VALDIRINO DIAS FURTADO			
Endereço:	AV. TRANSBRASILIANA NAO QD 134 L 38			
Município:	URUAÇU	UF:		CEP:
RG: 2267686-2	Órgão Emissor:		CPF:	578071831-87

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

  
Assinatura do(a) apoiador(a)  
02 De Maio 2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

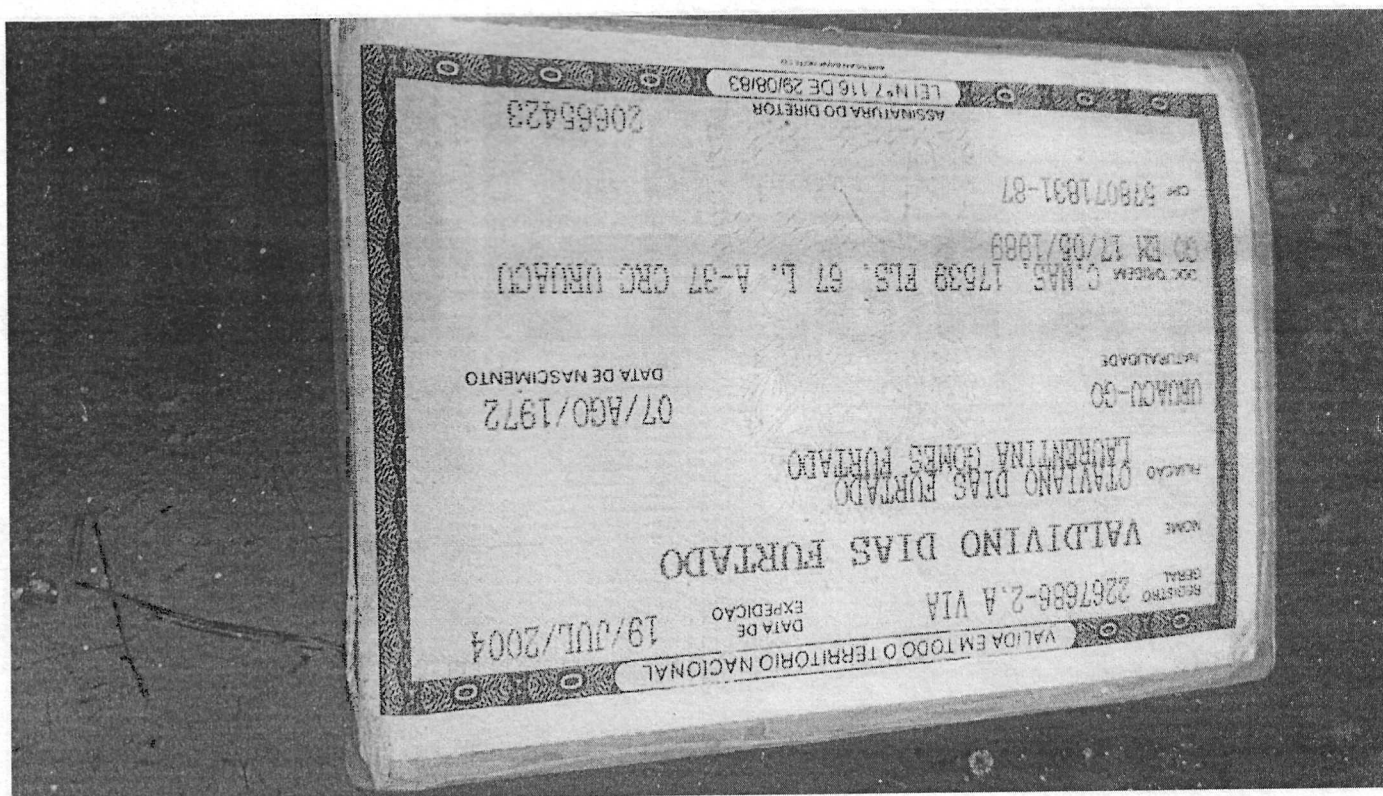
END-RUA e/82 SETOR SUL II Q V 22 L 34



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputado.gov.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

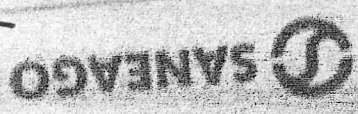
<https://infoleg-autenticidadeassinatura.dmf.fpf.gov.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023-19/> / pg. 104

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





Fatura de água, esgoto e serviços



### Saneamento de Goiás S.A.

CNPJ: 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-8  
AV. TRANSBRASILIANA NR. 0 QD. 143 LT. 38  
CENTRO I CEP: 76400-000

VALDIVINO DIAS FURTADO  
RUA 801 C/802 SETOR SUL II Q U-22 L 34  
URUAGU CEP: 76400-000

Fatura de água e serviços

Número da conta  
0565451-3

Número da fatura  
2166125489

Data de emissão  
13/04/2022

Mês de referência  
ABR/2022

Vencimento  
30/04/2022

Valor (R\$):  
114,10

Quantidade de unidades atendidas:						
Serviço	Social	Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial	Pública
Água		001				
Esgoto						

#### Descrição dos serviços:

Valor (R\$)

CUSTO MINIMO FIXO	14,64
TARIFA AGUA - RESIDENCIAL	48,40
COLETA/AFASTAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	38,70
TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	9,70
ATUALIZACAO MONETARIA	0,16
MULTA ATRASO PAGAMENTO	2,50

Tributação  
10,43

Faturas não  
venciment  
multa a ex  
diária (U  
regulaçã  
09/2014



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Jorge Baiao das Chagas			
Endereço:	Rua RDI 14 Q03 Lt 08			
Município:	Urucu	UF:	GO	CEP: 76400-000
RG:	2283204	Órgão Emissor:	SSP-GO	CPF: 578.070.357-53

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Jorge Baiao das Chagas

Assinatura do(a) apoiador(a)

06/05/2022 Urucu - GO

Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/legislacao/42150051000140/2023-19/pg.106>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2283204 2.A VIA DATA DE EMISSÃO 05/AGO/2010

NOME JORGE BAIÃO DAS CHAGAS

MAIORADO ANTONIA BAIÃO DAS CHAGAS

MUNICÍPIO BARRO ALTO-GO DATA DE NASCIMENTO 25/JUL/1969

PORT. ORIGEM C.NAS. 9.935 FLS. 216 L. A-29 UNIAO GO EM 06/11/2009

CPF 578070351-53

ASSINATURA DO TITULAR *Jorge Baiao* 1704525537-5

5477027

ASSINATURA DO DIRETOR *Darcyana S. Martins* 18597130

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR *Jorge Baiao das Chagas*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SONS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/legislacao/4070-8885-d2874aa16ad7-2023-19/pg.107>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

CNPJ 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-6

Endereço: Av. Fued Jose Sebba n. 1245 - Jardim Goiás  
Cep: 74.805-100 Telefone: (62) 3243-3300

### INTERRUPCAO DO FORNECIMENTO DE AGUA - CORTE

Conta nº: 2.263.110-0

Documento nº: 625622787-9

#### DADOS CADASTRAIS

PROPRIETÁRIO JORGE BAIÃO DAS CHAGAS

USUÁRIO JORGE BAIÃO DAS CHAGAS

ENDEREÇO RUA RDI - 14 Nr. NT Q 3 L 8 RESIDENCIAL DOM JOSE  
S. CHAVES

CIDADE URUACU

CEP 76.400-000

COD 047.62.03.0600

ID. LIGAÇÃO 0001/0001  
HIDRÔMETRO Y17N102127

#### DESCRIÇÃO

Sr. (a) Cliente,

O não pagamento do(s) débito(s) ocasionou a interrupção do fornecimento de água do seu imóvel.

#### Informações sobre o Débito:

Mes/Ano

02/2022

Vencimento

19/02/2022

Valor em R\$

29,16

VALOR (R\$): 29,16

Na data de emissão deste documento não constava pagamento do débito vencido do mes 03/2022, não incluso neste documento.

#### ATENÇÃO:

A religação de água será gerada automaticamente após o pagamento de todo(s) o(s) débito(s) vencido(s) vinculados a unidade consumidora e/ou CPF/CNPJ do Usuário/titular.

TIPO DE ENTREGA: 01 - Caixa de correspondência

DATA DO CORTE  
07/04/2022

HORA  
10:06:20

LEITURA  
117 m3 569 Lts

TIPO DO CORTE  
3 - LENTILHA

#### MESSAGEM

Caso queira a religação de urgência ou permanecer com a água cortada, solicite no prazo de até 1 hora após o pagamento de todo(s) o(s) débito(s) através do telefone 0800 645 0115 ou em uma Agência de Saneamento de Goiás.

Autenticado eletronicamente pelo dispositivo de corte (acre, lentilha, registro) através do telefone 0800 645 0115 ou em uma Agência de Saneamento de Goiás.

Documento SANEAGO 106 (10780938) - SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 108



0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	ALESSANDRO MOREIRA SILVA				
Endereço:	AVENIDA CEL GASPAR DA SILVA CN				
Município:	URUAÇU GO	UF:		CEP:	76400000
RG:	4146763	Órgão Emissor:	DEPC-GO	CPF:	98586165116

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

*Alessandro M Silva*

Assinatura do(a) apoiador(a)

*29 de 04 - 2022*

Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputado.gov.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1337037067

NOME  
ALESSANDRE MOREIRA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
4146763 DGPC GO

CPF  
985.861.651-15

DATA NASCIMENTO  
16/11/1977

FILIAÇÃO  
JOAO PEREIRA DA SILVA  
ALMERINDA MOREIRA DA SILVA

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AB

VALIDADE  
09/08/2021

1ª HABILITAÇÃO  
19/03/2002

ASSINATURA DO PORTADOR  
Alessandre Moreira Silva

LOCAL  
GOIANIA, GO

DATA EMISSÃO  
20/09/2016

ASSINATURA DO EMISSOR  
Daniel Xavier

54432016154  
GO117151823

DETRAN GO (GOIAS)

PROIBIDO PLASTIFICAR

1337037067

Documento eletrônico (10780958)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 10

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>



*(The following information was obtained from the company's website.)*



RECEIVED  
JAN 11 1964  
U.S. AIR FORCE  
HEADQUARTERS  
WASHINGTON, D.C.

3/20/22

100



1. **Ata da reunião** realizada para aprovar o plano de trabalho do Conselho Municipal de Meio Ambiente, em 09 de maio de 2014.  
 2. **Ata da reunião** realizada para aprovar o plano de trabalho do Conselho Municipal de Meio Ambiente, em 09 de maio de 2014.  
 3. **Ata da reunião** realizada para aprovar o plano de trabalho do Conselho Municipal de Meio Ambiente, em 09 de maio de 2014.  
 4. **Ata da reunião** realizada para aprovar o plano de trabalho do Conselho Municipal de Meio Ambiente, em 09 de maio de 2014.  
 5. **Ata da reunião** realizada para aprovar o plano de trabalho do Conselho Municipal de Meio Ambiente, em 09 de maio de 2014.  
 6. **Ata da reunião** realizada para aprovar o plano de trabalho do Conselho Municipal de Meio Ambiente, em 09 de maio de 2014.  
 7. **Ata da reunião** realizada para aprovar o plano de trabalho do Conselho Municipal de Meio Ambiente, em 09 de maio de 2014.  
 8. **Ata da reunião** realizada para aprovar o plano de trabalho do Conselho Municipal de Meio Ambiente, em 09 de maio de 2014.  
 9. **Ata da reunião** realizada para aprovar o plano de trabalho do Conselho Municipal de Meio Ambiente, em 09 de maio de 2014.  
 10. **Ata da reunião** realizada para aprovar o plano de trabalho do Conselho Municipal de Meio Ambiente, em 09 de maio de 2014.

2007 RELEASE UNDER E.O. 14176

[illegible]

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	Divino José Ferreira da Silva				
Endereço:	Rua 13 de maio Centro				
Município:	Uruaçu	UF:	GO	CEP:	76400-000
RG:	2247866	Órgão Emissor:	SSP GO	CPF:	65982975100

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Divino José Ferreira da Silva  
Assinatura do(a) apoiador(a)

Uruaçu 15/07/2022  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



NOME  
DIVINO JOSE FERREIRA DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
2247866 SSP GO

CNPJ  
659.829.751-68

DATA NASCIMENTO  
17/10/1967

FILIAÇÃO  
JOSE FERREIRA CANDIDA

MARIA DE LOURDES ALVES  
DA SILVA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB

E

Nº REGISTRO

02727010167

VALIDADE

13/08/2025

1ª HABILITAÇÃO

08/06/1993

RESERVAÇÕES

EAR

*Divino José Ferreira da Silva*

LOCAL  
GOIANIA, GO

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA EM  
21/08/2020

*Antônio Carlos Silva*  
Mestre Paulo Silva - Presidente do Conselho de

ASSINATURA DO EMISSOR

GOIAS

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
2114353515

PROIBIDO PLASTIFICAR

114353515



22

DENATRAN

DENATRAN

enel

CELS Distribuição S.A. - CELG D  
Rua L. Cel. A-37, Nº 505 - Jardim Goiás - Goiânia-GO - CEP: 74.855-180  
CNPJ: 01.543.032/0001-04 - IE: 199.549.439

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELÉTRICA

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA		TIPO D
B1 RESIDENCIAL NORMAL CONVENCIONAL		MO
MARIA ABADIA DE SOUZA CPF/CNPJ: 824.XXX.XXX-49		INSTALADA
RUA 103, Q. 21, L. 0, SM VILA PRIMAVERA I CEP: 76400000		640
URUAÇU GO		10
DESCRIÇÃO DE REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL
4/2022	07/05/2022	R\$ 15
INFORMAÇÕES FISCAIS		
Utilize o QR CODE ou vá para acessar sua Nota fis		
<a href="https://dfe-portal.svcs.rs.gov.br/nf3e/consulta">https://dfe-portal.svcs.rs.gov.br/nf3e/consulta</a>		
com a chave de acesso		
52220401543032000104660000099638882058482		
SERIE 0		

Documento eletrônico (10780958)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 14

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	Lailion Gonçalves Leite.				
Endereço:	Rua RS 5400/06 L.06 Recanto da Serra.				
Município:	Urubaçu - GO	UF:	GO	CEP:	764000
RG:	6460916	Órgão Emissor:	GO	CPF:	04136779151

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Lailion Gonçalves Leite.  
Assinatura do(a) apoiador(a)

10/05/22  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

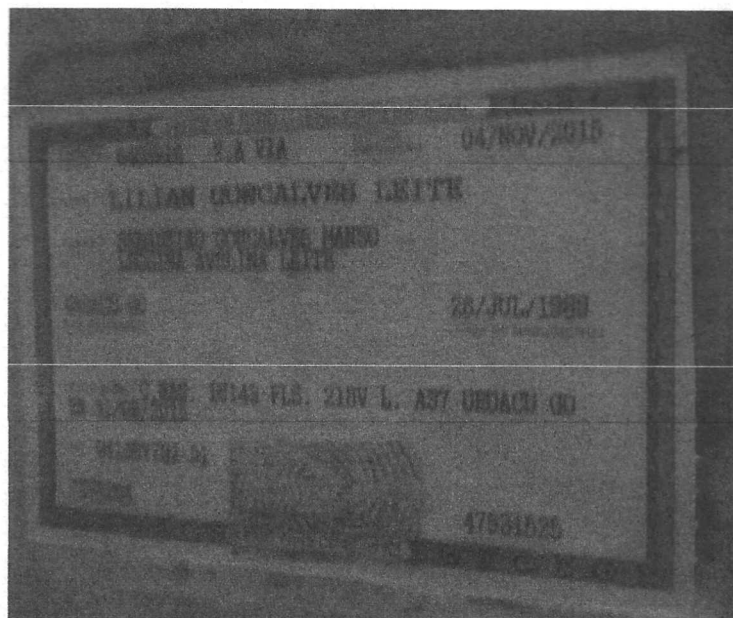
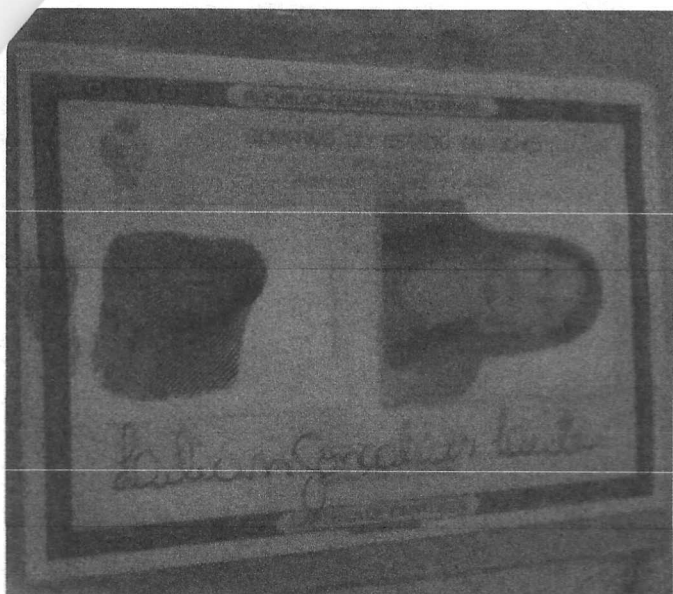
- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.dmf.fpf.gov.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.dmf.br/legislacao/4046f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





## Saneamento de Goiás S.A.

CNPJ 06.968.628/0001-02 - INSC. EST. 08.033.052-0  
AV. TRANSNACIONAL NR. 000, 143 LT. 38  
CENTRO I - CEP: 76400-000

FLAUVINAR RIBEIRO PACHECO  
RUA RS 5-A RECANTO DA SERRA Q 8-3 L 6  
URUACU - CEP: 76400-000

Fatura de água, esgoto  
e serviços

Número da conta:  
1516583-3

Número da fatura:  
150151189

Data de emissão:  
15/12/2021

Mês de referência:  
DEZ/2021

Vencimento:  
02/01/2022

Valor (R\$):  
40,10

Quantidade de unidades atendidas:

Serviço	Social	Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial	Pública
Água						
Esgoto						

Descrição dos serviços:

Valor (R\$)

CUSTO MÍNIMO FIXO	13,45
TARIFA ÁGUA - RESIDENCIAL	22,20
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	2,83
MULTA ATRASO PAGAMENTO	1,62

Tributação aproximada (R\$):  
3,51

Faturas não pagas até o  
vencimento serão acrescidas de  
multa e atualização monetária  
diária (INPC + juros), conforme  
regulamentação da AGR (Resoluções  
09/2014 e 080/2016-CR).

O tipo de consumo faturado foi:

Medido - Volume de água registrado no hidrômetro.

Hidrômetro (s)		Leitura (s)		Consumo (s)			
Tipo	Número	Atual	Anterior	Proxima	Faturado	Médio	Estima
					m³	Dias	m³
ÁGUA FRI	ROBN496311	15/12/21 962	17/11/21 977		5	10	18

Histórico de consumo:

Tipo/Mês	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
ÁGUA FRI	00000	00004	00006	00013	00011	00011

visão

**AVISO DE DÉBITO:** CONSTA DÉBITO DO MÊS 11/2021. O NÃO PAGAMENTO EM  
E 30 DIAS IMPLICA NA INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA A PARTIR  
16/01/2022, HORÁRIO COMERCIAL. CASO TENHA PAGO, DESCONSIDERE ESTE.

nsagem

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticadoclassmatrícula.br/epb7/004957e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023-19 / pg. 117

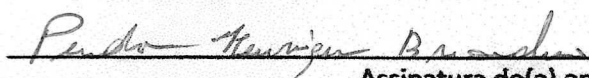
0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Pedro Henrique Brunsen Silva			
Endereço:	Rua 2 N° 000 casa 2 São Sebastião			
Município:	URUAÇU GO	UF:		CEP: 76400000
RG: 5799829	Órgão Emissor: SSP	CPF:	043166241-76	

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

  
 Assinatura do(a) apoiador(a)  
 01 05 2022  
 Data, Município e UF

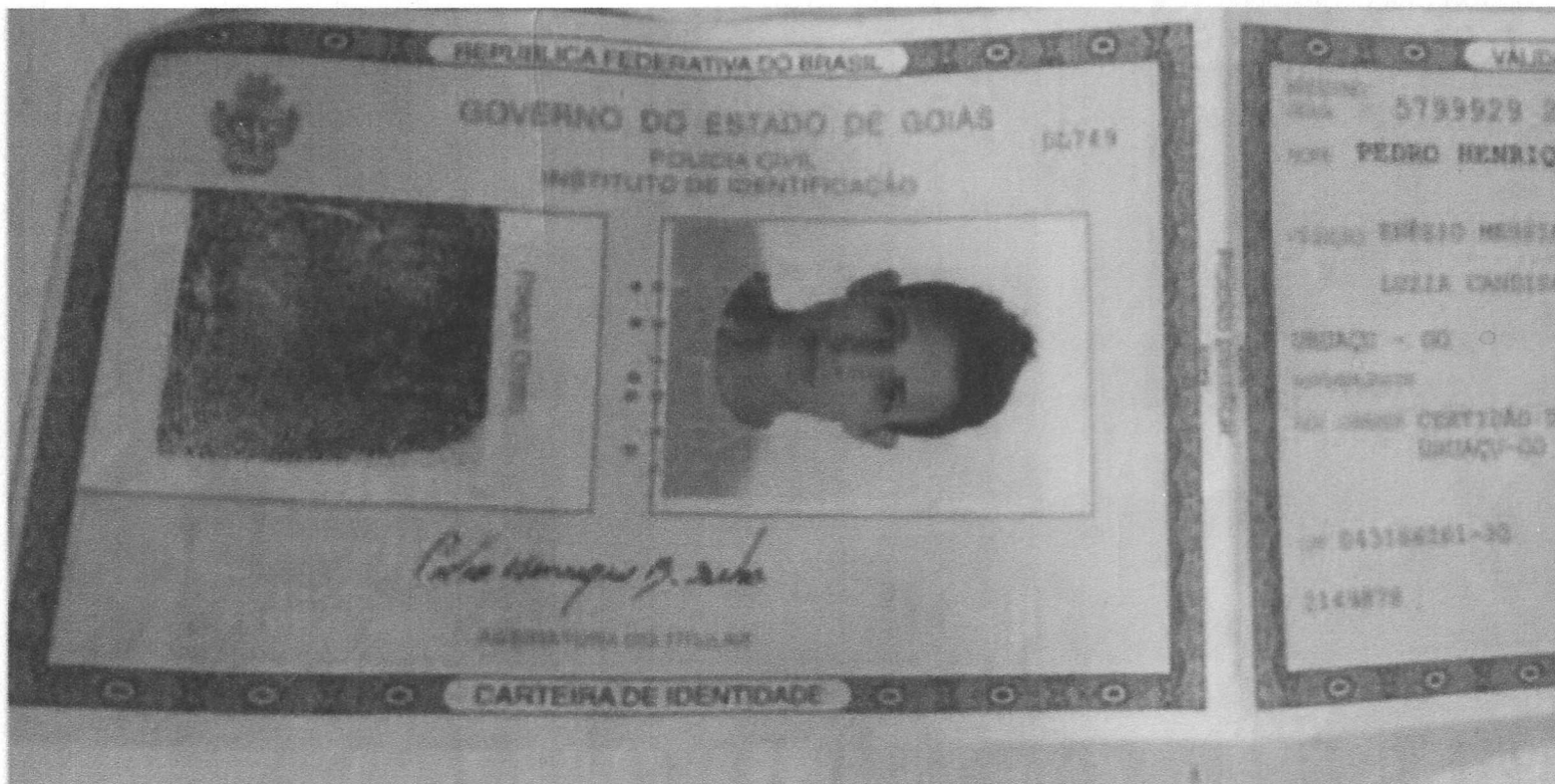
**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.









Documento eletrônico (10780958)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 19

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

SANEAGO

RUA TRANSBAGLINDA Nº 000 143-21-30  
CENTRO I CEP: 76400-000

SEBASTIAO FERREIRA DA COSTA  
RUA 2 Nº. 000 CASA 2 SAO SEBASTIAO 0 15  
1 11 URUACU CEP: 76400-000

2103530-6

2104078050

21705/2022

Mês de referência:

06/04/2022

Valor (R\$):

82,40

Quantidade de unidades atendidas:

Serviço	Social	Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial	Pública
Água						
Esgoto						

Descrição dos serviços:

Descrição dos serviços	Valor (R\$)
CUSTO MÍNIMO FIXO	14,64
TARIFA ÁGUA - RESIDENCIAL	33,88
COLETA/AFASTAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	27,09
TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	6,79

7,62

Faturas não pagas até o

vencimento serão acrescidas de

multa e atualização monetária

Até 10% (INPC - juros) conforme

regulamento da AGR (Resolução nº

09/2014 e 090/2016-C2).

Atividade de consumo de água registrada no hidrômetro.

Hidrômetro (s)		Leitura (s)		Consumo (s)		Faturado		Médio		Estimado	
Tipo	Número	21/03/22	18/02/22	Próxima		q³	Dias	q³	Dias	q³	Dias
ÁGUA FRI	A15W211726	426	419								

Histórico de consumo						
Tipo/Mês	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
ÁGUA FRI	00003	00006	00010	00007	00004	00008

AGRADECENDO PELA PONTUALIDADE NO PAGAMENTO DE SUA FATURA. DESSA FORMA  
VOCE CONTRIBUI PARA UM SANEAMENTO BASICO CADA VEZ MELHOR E ACESSIVEL  
A TODOS.

Mensagem



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocriassinatura.com.br/ep/17/9046f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023-19/pg.120>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Edimilson Pereira Costa			
Endereço:	Rua 1A 7 VILA NOSSA Senhora da Boa			
Município:		UF:		CEP: 76400000
RG:	3722949	Órgão Emissor:		CPF: 812253261-68

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Edimilson Pereira Costa  
Assinatura do(a) apoiador(a)

04/06/2021  
Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

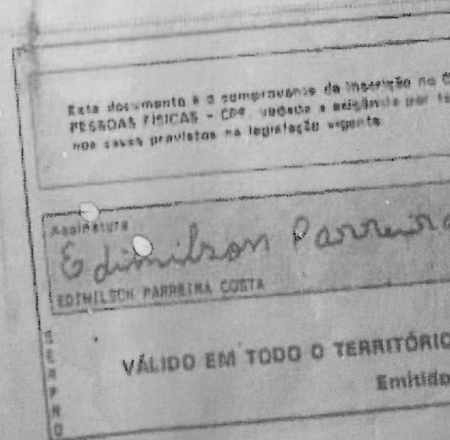
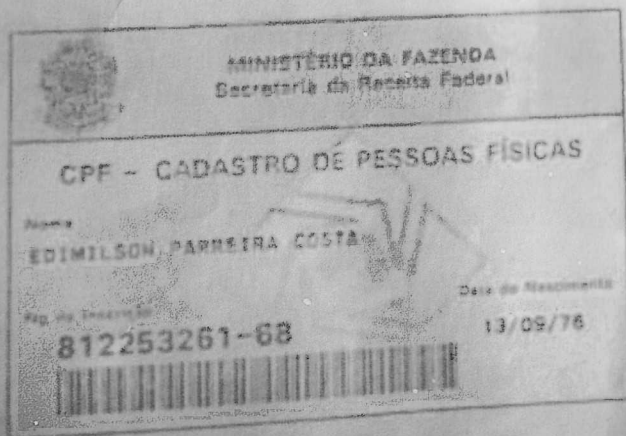
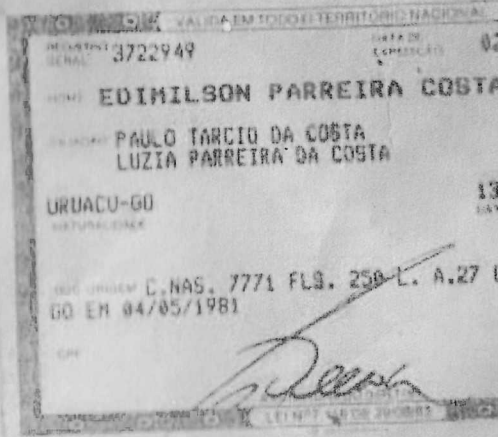
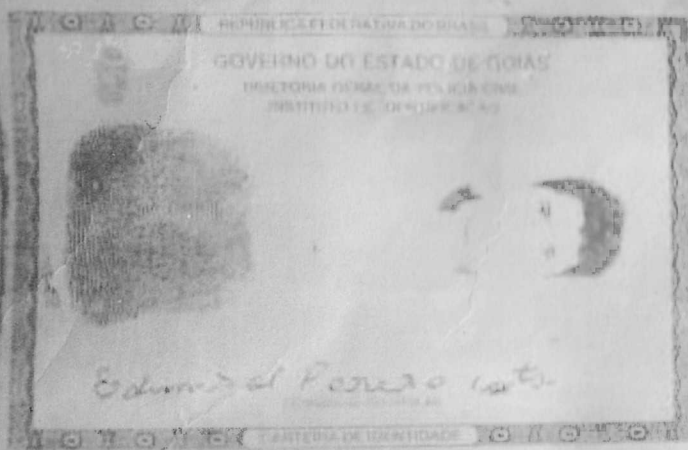
- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputado.gov.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Documento eletrônico (10780958)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 22

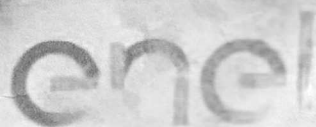


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





Celg Distribuição S.A. - CELG D  
CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420  
R. 2.ª A-37, V. 525 Jd. Golas CEP 74925-182 Goiânia Goiás  
NOTA FISCAL/FATURA DE ENERGIA ELETRICA

### Dados do Cliente/Unidade Consumidora

Nº DA INSTALAÇÃO 640074571 Nº DO CLIENTE 1092543  
LUZIA PARREIRA DA COSTA CPF/CNPJ: 45449929153  
RUA L. N. 7 VILA NOSSA SENHORA DABADIA CEP: 76400000 URUQUO GO

### Classificação da Unidade Consumidora

Grupo	B	Subgrupo	B1
Classe	RESIDENCIAL		
Subclasse	RESIDENCIAL NORMAL		
Tipo de Fornecimento	MONO		
Modalidade tarifária	CONVENCIONAL		

### Dados da Conta

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)
05/02/2021	178,31
CONTA REFERENTE A	1/2021

Use este código para cadastro em Débito Automático:

0640074571

### Dados de Medição

Nº do medidor		101348215
Leitura anterior	18791	22/12/2020
Leitura atual	18972	22/01/2021
Próxima leitura		22/02/2021
Fator multiplicador		1,0000
Consumo do mês (kWh)		181,00

### Histórico de Faturamento

Mês/Ano	kWh	Dias
01/20 LID	155	32
02/20 LID	133	29
03/20 MED	145	32
04/20 LID	153	32
05/20 LID	139	28
06/20 LID	155	32
07/20 LID	148	29
08/20 LID	140	30
09/20 LID	143	32
10/20 LID	157	31
11/20 LID	188	31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.dmf.faz.br/0646f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023-19 / pg. 123

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	NEWTON JOSE da SILVA			
Endereço:	RUA KARLLIN Y São Sebastião			
Município:		UF:		CEP:
RG: 198658		Órgão Emissor:		CPF: 08210470191

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

*Newton Jose da Silva*

Assinatura do(a) apoiador(a)

*08 7 2022*

Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.dmf.fpf.gov.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





OSCILAR

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

198658

2.A VIA

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

07/MAR/2016

NOME

NEWTON JOSE DA SILVA

FILIAÇÃO

JOAO JOSE DA SILVA  
LUZIA PEREIRA DA SILVA

FORMIGA-MG

NATURALIDADE

20/ABR/1950

DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM C.NAS. 20796 FLS. 226 L. A67 FORMIGA MG  
EM 18/03/1996

CPF

7542161

ASSINATURA DO DIRETOR

52009998

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MARIA PEREIRA DA SILVA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.dpf.gov.br/0046f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 07/03/2016 18:23:19 / pg. 126

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



enel

Celg Distribuição S.A. - CELG D  
CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.54  
R 2, Qd. A-37, N 505 Jd. Góias CEP 74805 100 Goiânia  
NOTA FISCAL/FATURA DE ENERGIA ELET

Dados do Cliente/Unidade Consumidora

DA INSTALAÇÃO 640024208 Nº DO CLIENTE 1087624

ANTONIO JOSE DA SILVA CPF/CNPJ: 08210470191

5, 6, 12, L. 7, N. 4 SAO SEBASTIAO CEP: 76420-000 UPIACU GO

Grupo B Subgrupo BT  
Classe B1  
Tarifa Substituída - TARIFA SUBSTITUÍDA

VENCIMENTO 12/03/2021  
TOTAL A  
CONTA REFERENTE A



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.dmf.fpf.gov.br/0045570-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023-19 / pg. 127

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

**ANEXO 4**  
**MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA**

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	JOVAIN GONÇALVES DE PAIVA			
Endereço:	ROD. BR. 153 Km 200 nº 16 QD. 01. 02 01			
Município:	URUAÇU	UF:	GO	CEP:
RG: 2.745.639	SSP.	Órgão Emissor:	GO	CPF: 469.8150.321-91

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, CNPJ nº 42.150.051/0001-40, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

*Jovain Gonçalves de Paiva*

Assinatura do(a) apoiador(a)

URUAÇU GO 28/04/2022

Data, Município e UF

**ATENÇÃO:**

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputado.gov.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.dmf.fpf.gov.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Documento assinado em 17/08/2019

02/3813-0048/2023-19 / pg. 129

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

**Aviso: 208/2023**

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento: 10780928

*\*Caso falte qualquer dos documentos citados acima, o processo será encaminhado à verificar a possibilidade de o documento ter sido represado pelo sistema, para que seja anexado ao caso.*



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Maciel**, **Assistente Técnico**  
08/08/2023, às 13:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº](#)  
[10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11048538** código CRC **59A76BF7**

**Referências** Processo nº 53115.006448/2023-19

SEI n° 11048538



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



ANEXO 2  
REQUERIMENTO DE OUTORGA - RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU				
Nome Fantasia:	ACCU	CNPJ:	42.150.051/0001-40		
Endereço de Sede:	Avenida Coronel Gaspar, 11, Setor Gasego				
Município:	Uruaçu	UF:	GO	CEP:	76400-000
Nome do representante legal:	Sérgio Henrique da Costa Aguiar				
Endereço eletrônico (e-mail):	<a href="mailto:sergiopai06@gmail.com">sergiopai06@gmail.com</a>				

Endereço de Correspondência:	Avenida Coronel Gaspar, n°. 11, Setor Casego				
Município:	Uruaçu	UF:	GO	CEP:	76400-000

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Avenida Coronel Gaspar, n°. 11, Setor Casego				
Município:	Uruaçu	UF:	GO	CEP:	76400-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	14°30'48" S			
	Longitude:	049°08'52" W			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 208/2022 SEI-MCOM, publicado no Diário Oficial da União de 12/01/2023, relativo à outorga para execução do SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



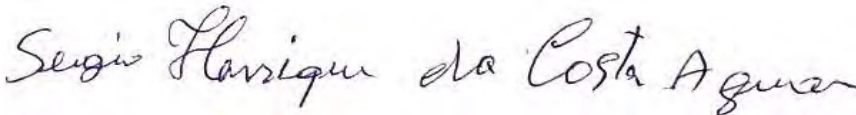
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

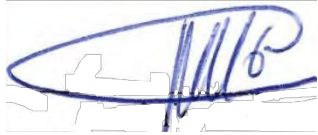
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

- X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;
- XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e
- XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	Sérgio Henrique da Costa Aguiar				
Cargo:	Diretor Presidente			Tit. Eleitor:	0047 7204 2003
RG/data de nascimento:	729.056 07/05/1956	Órgão Emissor:	SSP/DF	CPF:	145.124.083-04
Endereço:	Avenida Coronel Gaspar, Quadra 08, Lote 10, nº. 134, Setor Casego				
Município:	Uruaçu	UF:	GO	CEP:	76400-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Antônio Alves Neto				
Cargo:	Diretor Administrativo			Tit. Eleitor:	0115 7613 1082
RG/data de nascimento:	1.617.593 02/11/1951	Órgão Emissor:	SSP/GO	CPF:	084.029.491-34
Endereço:	Rua 200, PC 7696, Bairro Setor Sul I, Quadra 14, Lote 16				
Município:	Uruaçu	UF:	GO	CEP:	76400-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Eduardo Cristino de Sá				
Cargo:	Diretor de Operações			Tit. Eleitor:	0468 7766 1058
RG/data de nascimento:	1.346.988 07/06/1984	Órgão Emissor:	SSP/TO	CPF:	012.585.041-70
Endereço:	Rua Paraíba, nº 14, Bairro São Vicente				
Município:	Uruaçu	UF:	GO	CEP:	76400-000
Assinatura:					




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2024/02/28/2024pg193pg.132>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



		
--	--	--

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Os campos não utilizados para indicação de dirigentes podem ser excluídos.
- Não é necessário indicar integrantes de Conselho Fiscal.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Requerimento de Dirigentes - Edital nº 030/2023 - 19.133 pg. 133

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Inovação, Regulamentação e Fiscalização

Coordenação-Geral de Inovação, Regulamentação e Sistemas

Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão

## DESPACHO

**Processo nº:** 15.006448/2023-19

**Referência:** 4359.0028177/2023(gov.br)

**Interessado:** ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU

**Assunto:** Inserção Manual Documentos No Sei

Certifico que o documento Requerimento de outorga assinado (SEI Nº 11059582) foi inserido no processo, manualmente, na data de 14/08/2023, mas foi entregue pelo solicitante, em 12/03/2023, por meio do serviço no Gov.br. A inserção manual, em data posterior, foi necessária devido a uma falha na integração da plataforma Gov.br com o SEI-MCOM, fato que impediu que o citado documento fosse inserido no processo, de forma automática.

Brasília, 14 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Ricardo Gomes, Assistente Técnico** 14/08/2023, às 12:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11059583** código CRC **1FEC45B2**

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11059583



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Documento assinado em 14/08/2023 às 12:00 por Thiago Ricardo Gomes, Assistente Técnico, no SEI-MCOM. Documento nº 11059583. 134

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 24206/2023/MCOM

Brasília, 18 de agosto de 2023.

Ao(À) Senhor(a)

Sérgio Henrique da Costa Aguiar

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAGUARA** (CNPJ nº

42.150.051/0001-40)

Avenida Coronel Gaspar, 11, Setor Gasego

76.400-000 - Uruaçu – GO

Assunto: **Editais de Seleção Pública nº 208/2022 para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao(s) requerimento(s) protocolado(s) neste Ministério, por meio do Portal de Serviços Gov.br, Manifestação(ões) nº **264359.0028177/2023**, da qual essa entidade apresentou documentação em atendimento ao Edital de Seleção Pública nº 208/2022 para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Uruaçu/GO**, para informar que sua petição recebeu o seguinte número de processo: nº **53115.006448/2023-19**, pelo qual irá tramitar no sistema **SUPER/SEI**.

2. Importante chamar a atenção da requerente para o fato de que, a partir do momento de início do cadastro no referido edital, a entidade concordou com o Termo de Ciência e Veracidade, e se comprometeu a receber as notificações por meio eletrônico, utilizando o e-mail que foi cadastrado na plataforma no ato da inscrição:

*"DECLARO a conformidade entre os dados informados e aqueles contidos no documento, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos necessários. Não responderei civil e criminalmente, na forma do art. 299 do Código Penal Brasileiro se constatar fraude ideológica ou documental.*

*ACEITO receber as comunicações e notificações relacionadas a este requerimento, bem como a análise, correção de pendências e decisões de modo suficiente pelos canais disponíveis, sendo de minha inteira responsabilidade consultar periodicamente o e-mail cadastrado e a a solicitação" do portal gov.br.*

*Concordo com o termo\*"*

3. Em razão disso, a entidade deverá se atentar para as correspondências recebidas, pois o Portal de Serviços GOV.BR, enviará mensagem informando que sua solicitação teve andamento, no entanto para visualizar o andamento, a entidade deverá clicar no link que o portal envia para o cidadão, antes ao formato abaixo:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocadassintura.camara.leg.br/Oa46f7e0-3424-4070-8885-d2274aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4170-8885-d2274aa16ad7

"Informamos que sua solicitação no serviço público se encontra na fase de atendimento Análise.

Nome do Serviço: MCOM - Participar de edital de RADCOM

Protocolo: xxxxxx

[Clique aqui para mais informações de sua solicitação](#)

4. Assim, uma vez notificada, o não saneamento das irregularidades dentro do prazo estabelecido acarretará na inabilitação da entidade, ou mesmo no arquivamento do processo.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Cordeiro**, Coordenadora de **Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 21/03/2023 às 07:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11068922** código CRC **6E01928B**

**Referência:** processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11068922



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**Data de Envio:**

21/08/2023 15:29:46

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

SERGIOPAI06@GMAIL.COM

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53115.006448/2023-19

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Requerimento\_11059582\_Requerimento\_ANEXO2\_outorga.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023-08-21/0064482023-19.pdf>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 42.150.051/0001-40 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/05/2021
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU - ACCU
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACCU	PORTE DEMAIS
--	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriorm ente
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
---

LOGRADOURO AV AVENIDA CORONEL GASPAR	NÚMERO 11	COMPLEMENTO SETOR CASEGO
---	--------------	-----------------------------

CEP 76.400-000	BAIRRO/DISTRITO URUACU	MUNICÍPIO URUACU	UF GO
-------------------	---------------------------	---------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO SERGIOPAI06@GMAIL.COM	TELEFONE (61) 9109-2640
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/05/2021
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 25/08/2023 às 10:54:52 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

Documento PDF (1000x600px) SEI 351133013662032023 pg 1 pg. 138

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 42.150.051/0001-40

**NOME EMPRESARIAL:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU -

**CAPITAL SOCIAL:**

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cada

**Nome/Nome Empresarial:** SERGIO HENRIQUE DA COSTA AGUIAR

**Qualificação:** 16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAAC digital em

Emitido no dia **25/08/2023** às **10:55** (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

# Receita Federal

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Buscar no

[Perguntas Frequentes](#) | [Contato](#) | [Serviços](#) | [Dados Abertos](#) | [Área de Imprensa](#) | [Onde Encontro](#)

## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

### Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 42.150.051/0001-40 são insuficientes para a emissão da Certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

Nova consulta

Avaliar

Documento: DIB (nº 055/30050) SEI 55066430/2023 pg 9140



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**CNPJ:** 42.150.051/0001-40

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

Emitida às 10:50:26 do dia 25/08/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Documento SIEC (10095509030) SEI 0000000000002023-pg. 141

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



BOM DIA

Jorge Luiz Morgenstern Aiub

Sistemas  
Interativos



Menu Principal ▼

SRD »» RADCOM»» Consultas»» Gera internet teia menu ajuda



Tela Inicial



### Resultado da Consulta

## Consulta Geral RADCOM

## Critérios da Pesquisa

UF:	GO
-----	----

GO

Municipio:

Uruaçu

## Resultado

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

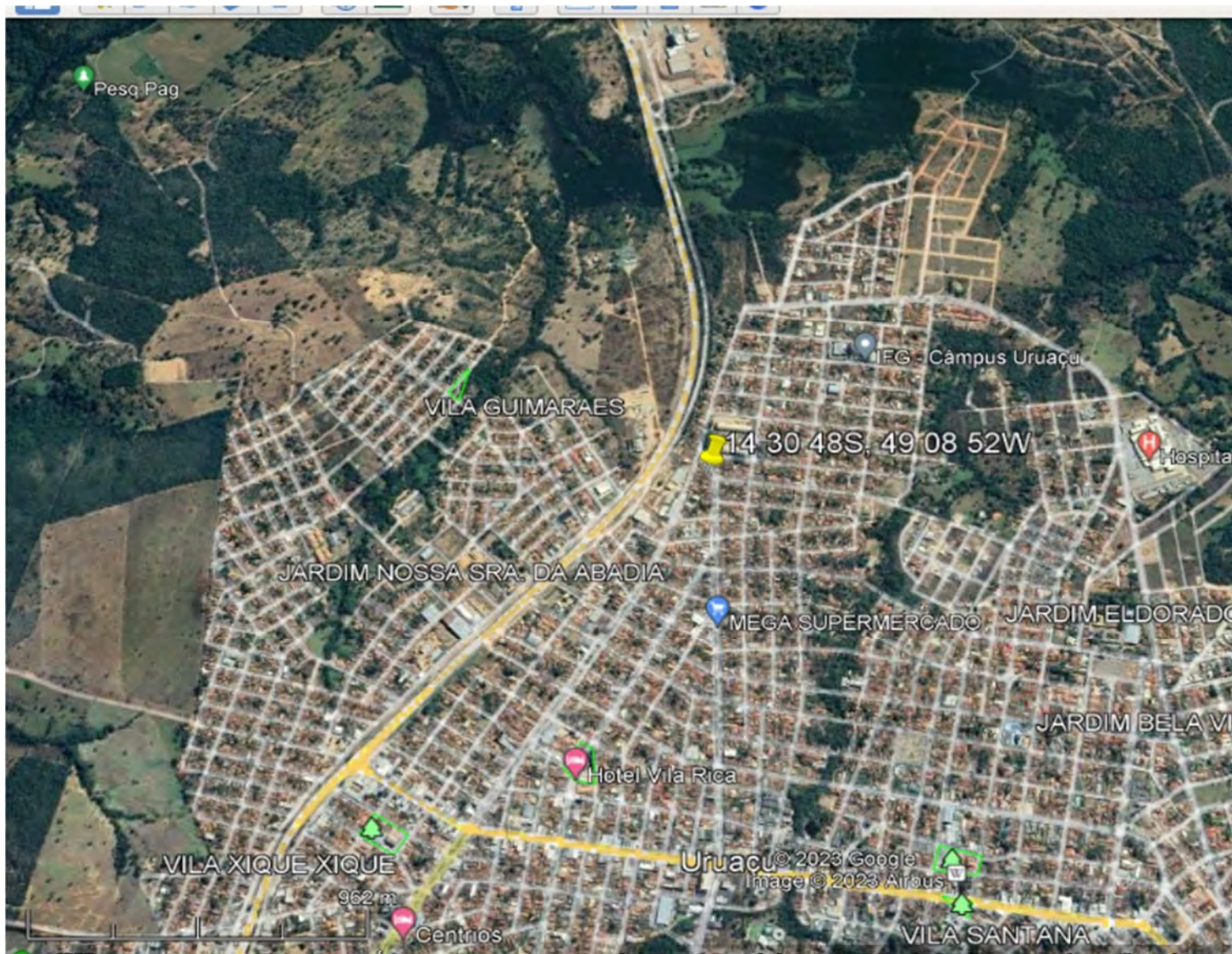
[https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8385-d2874aa16ad7/39273a191421\\_142](https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8385-d2874aa16ad7/39273a191421_142)

<https://sistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp>

25/08/2023

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





## MUNICÍPIO DE URUAÇU/GO COM INDICAÇÃO DO LOCAL DO SI DA ENT

Documento: 1100803680050) SEI 5311531064062032023 pg 143  
Anexo MAPA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





LOCAL DA ENTIDADE EM URUAÇU/GO.

DocuAnexo MAPA(140803680050) SEI 531153106408620832023 pg 144

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

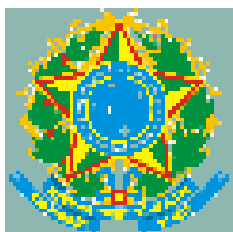
### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 208  
Número do Processo: 531150064482023

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	
0.00	GO	URUAÇU	53115.017583/2021	0	14S3048	49W0852	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA C
1.10	GO	URUAÇU	53670.000489/1998	1	14S3120	49W0836	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA S
1.12	GO	URUAÇU	53670.000328/1999	0	14S3124	49W0857	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA TE
1.25	GO	URUAÇU	53000.014862/2004	28	14S3126	49W0906	ARQDE F	ASSOCIACAO ESTADUAL DE A
1.27	GO	URUAÇU	53670.000466/1998	1	14S3126	49W0908	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA D
1.30	GO	URUAÇU	53000.027799/2009	28	14S3130	49W0852	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIO DIFU
1.46	GO	URUAÇU	53000.029974/2009	28	14S3126	49W0823	ARQDE F	ASSOCIACAO DISCIPULOS E M
1.57	GO	URUAÇU	53670.001571/2001	28	14S3129	49W0923	ARQDE F	GRUPO TEATRAL LIMPANDO C
1.87	GO	URUAÇU	53000.028324/2009	28	14S3131	49W0936	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE C
2.47	GO	URUAÇU	53000.028339/2009	28	14S3203	49W0823	ARQDE F	ASSOCIACAO VETERANOS DE
6.82	GO	URUAÇU	53000.036781/2009	28	14S3134	49W0469	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL E AM





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 208

Número do Processo: 531150064482023

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	
22.17	GO	CAMPINORTE	01250.046975/2017	19	14S1851	49W0903	ARQPOS	ASSOCIACAO BENEFICENTE C
22.17	GO	CAMPINORTE	01250.066728/2018	19	14S1851	49W0903	ARQPOS	ASSOCIACAO BENEFICENTE C
22.48	GO	CAMPINORTE	53000.048111/2007	0	14S1841	49W0904	RAQ	ASSOCIACAO DOS MORADOR
22.69	GO	CAMPINORTE	53115.003653/2021	19	14S1834	49W0850	ARQPOST	ASSOCIACAO BENEFICENTE C
36.04	GO	NOVA IGUAÇU DE GOIÁS	53000.025632/2013	0	14S1720	49W2320	RAQ	ASSOCIACAO DE DESENVOLV
36.06	GO	NOVA IGUAÇU DE GOIÁS	53000.059827/2012	54	14S1719	49W2320	ARQDEF	ASSOCIACAO COMUNITARIA D
36.10	GO	NOVA IGUAÇU DE GOIÁS	53900.035207/2016	169	14S1715	49W2318	ARQDEF	ASSOCIACAO RADIO COMUNI
40.87	GO	ALTO HORIZONTE	53000.069123/2013	4	14S1143	49W2015	RENDEF	ASSOCIACAO DOS MOVIMENT
41.38	GO	HIDROLINA	53900.018236/2014	19	14S4330	49W2750	ARQPOS	ASSOCIACAO DE DIFUSAO CO

Documento: 531150064482023-19 (130736950) SE 531150064482023-19 pg 46

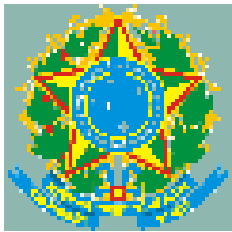


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 208  
Número do Processo: 531150064482023

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	
41.40	GO	GUARINOS	53000.054325/2006	24	14S1849	49W2819	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA D
41.42	GO	HIDROLINA	01250.043239/2018	19	14S4331	49W2751	POT	ASSOCIACAO DE DIFUSAO CO
41.96	GO	HIDROLINA	53000.037411/2005	0	14S4322	49W2819	PAN	ASSOCIACAO DE COMUNICAC
43.47	GO	SÃO LUÍZ DO NORTE	53000.029240/2005	20	14S5145	49W1945	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA D
Nº de Linhas: 0								



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão, Comunitária e Estatal

## DESPACHO

**Processo 59115.006448/2023-19.**

**Interessado ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU**

**Assunto: FASE DE HABILITAÇÃO.**

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução da fase de habilitação, relacionado ao requerimento de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUAÇU**, na localidade de **URUAÇU/GO**, em razão do Edital nº 208/2022, publicado no Diário Oficial da União em 12/01/2023, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, constatou-se que as coordenadas geográficas 14° S 30' 48" / 49° W 08' 52", indicadas pela interessada:

- a) atendem ao disposto no § 1º, art. 22, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, publicada no D.O.U. em 21/09/2015, consolidada pela Portaria GM/MCOM nº 1/2023, pois estão situadas no município de **URUAÇU/GO** (evento SEI nº 11080366) e, segundo declaração da interessada, atendem à padronização GPS-WGS84 (evento SEI nº 11059582, PÁGS. 1); e
- b) atendem ao disposto no art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, publicada no D.O.U. em 21/09/2015, consolidada pela Portaria GM/MCOM nº 1/2023, visto que guardam uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (evento SEI nº 11080369).
- c) A entidade não tem concorrente(s).

Desse modo, considerando que **a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor**, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC\_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de habilitação.

Brasília, 25 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mesquita Moura**, Coordenador-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 04/09/2023, às 16:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis**, Engenheiro, em 05/09/2023, às 10:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

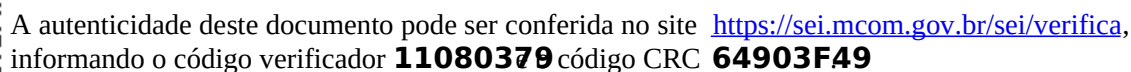
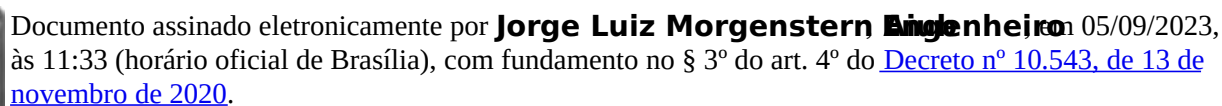


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

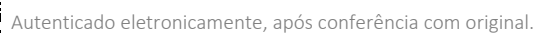




Não Possui.

## Referências

Documento n° 11080379



0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 42.150.051/0001-40 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/05/2021
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU - ACCU
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACCU	PORTE DEMAIS
--	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
---

LOGRADOURO AV AVENIDA CORONEL GASPAR	NÚMERO 11	COMPLEMENTO SETOR CASEGO
---	--------------	-----------------------------

CEP 76.400-000	BAIRRO/DISTRITO URUACU	MUNICÍPIO URUACU	UF GO
-------------------	---------------------------	---------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO SERGIOPAI06@GMAIL.COM	TELEFONE (61) 9109-2640
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/05/2021
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 02/10/2023 às 15:21:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**CNPJ:** **42.150.051/0001-40**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 15:22:28 do dia 02/10/2023 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Decisão do ANATEL (42.150.051) - SEI 53155-00000-2023-19, p. 15.1151

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Decisão do TCU (44289/20) - SEI 35.000.000/2023 - 19/05/2023

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa**  
**Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento**  
**Gerência de Licitação**

Impresso por: **ANTONIO MARTINS ROCHA NETO**

Data/Hora: **02/10/2023 14:04:43**

**Relatório de RADCOM - Plano de Referência**

UF: GO	Município: Uruaçu	
Município	Canal	Frequência
Uruaçu	200	87,9

Usuário: **98160052120 - ANTONIO MARTINS ROCHA NETO**

Data: **02/10/2023**

Hora: **14:04:43**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



# 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

## Consultas personalizadas

Ações Concluídas

Ações de Drive-Test

Ações de Fiscalização 2020 s/  
Solicitação

Ações Em Andamento

Ações para avaliação de prazo

Ações - Pendentes no  
Avaliador

Ações - Pendentes no  
Coordenador

Ações - Pendentes no Fiscal

Ánatel Consumidor

Avaliações de eventos  
concluídas

Consulta de Entidades Não  
Outorgadas - MCOM

Consulta Inspeções de  
Entidade não Outorgada

Credenciais Ativas

## Tarefas

### ▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

☒ Tipo de inspeção

contém

☒ Identificação da não Outorgada

contém

### > Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Documento Fiscalizado (1179045)

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

# 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral   Atividade   **Tarefas**   Tempo gasto   Wiki   Fóruns

## Consultas personalizadas

Ações Concluídas

Ações de Drive-Test

Ações de Fiscalização 2020 s/  
Solicitação

Ações Em Andamento

Ações para avaliação de prazo

Ações - Pendentes no  
Avaliador

Ações - Pendentes no  
Coordenador

Ações - Pendentes no Fiscal

Ánatel Consumidor

Avaliações de eventos  
concluídas

Consulta de Entidades Não  
Outorgadas - MCOM

Consulta Inspeções de  
Entidade não Outorgada

Credenciais Ativas

## Tarefas

### ▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

☒ Tipo de inspeção

contém

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Atividade

Uso do E

Sérgio H

### > Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

Do Anexo FISCALIZAÇÃO (1479052)

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Consultas personalizadas

- Ações Concluídas
- Ações de Drive-Test
- Ações de Fiscalização 2020 s/ Solicitação
- Ações Em Andamento
- Ações para avaliação de prazo
- Ações - Pendentes no Avaliador
- Ações - Pendentes no Coordenador
- Ações - Pendentes no Fiscal
- Ánatel Consumidor
- Avaliações de eventos concluídas
- Consulta de Entidades Não Outorgadas - MCOM
- Consulta Inspeções de Entidade não Outorgada
- Credenciais Ativas

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	Atividade
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	Uso do
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	Antônio

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Documento Fiscalizado (11490457)





# 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral   Atividade   **Tarefas**   Tempo gasto   Wiki   Fóruns

## Consultas personalizadas

Ações Concluídas

Ações de Drive-Test

Ações de Fiscalização 2020 s/  
Solicitação

Ações Em Andamento

Ações para avaliação de prazo

Ações - Pendentes no  
Avaliador

Ações - Pendentes no  
Coordenador

Ações - Pendentes no Fiscal

Ánatel Consumidor

Avaliações de eventos  
concluídas

Consulta de Entidades Não  
Outorgadas - MCOM

Consulta Inspeções de  
Entidade não Outorgada

Credenciais Ativas

## Tarefas

### Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

☒ Tipo de inspeção

contém

☒ Identificação da não Outorgada

contém

### Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Documento Fiscalizado (11/11/2020)

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Consultas personalizadas

- Ações Concluídas
- Ações de Drive-Test
- Ações de Fiscalização 2020 s/ Solicitação
- Ações Em Andamento
- Ações para avaliação de prazo
- Ações - Pendentes no Avaliador
- Ações - Pendentes no Coordenador
- Ações - Pendentes no Fiscal
- Ánatel Consumidor
- Avaliações de eventos concluídas
- Consulta de Entidades Não Outorgadas - MCOM
- Consulta Inspeções de Entidade não Outorgada
- Credenciais Ativas

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	Atividade
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	Uso do
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<div>contém</div>	42.150.0

Opções

☒ Aplicar   ☐ Limpar   ☐ Salvar

Documento Fiscalizado (114930450)



# 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral   Atividade   **Tarefas**   Tempo gasto   Wiki   Fóruns

## Consultas personalizadas

Ações Concluídas

Ações de Drive-Test

Ações de Fiscalização 2020 s/  
Solicitação

Ações Em Andamento

Ações para avaliação de prazo

Ações - Pendentes no  
Avaliador

Ações - Pendentes no  
Coordenador

Ações - Pendentes no Fiscal

Ánatel Consumidor

Avaliações de eventos  
concluídas

Consulta de Entidades Não  
Outorgadas - MCOM

Consulta Inspeções de  
Entidade não Outorgada

## Tarefas

### ▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

☒ Tipo de inspeção

contém

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

Atividade

Uso do E

145.124.

### > Opções

☒ Aplicar

↺ Limpar

💾 Salvar

[https://sistemas.anatel.gov.br/fiscaliza/projects/fiscalizacao/issues?utf8=✓&set\\_filter=1&sort=id...](https://sistemas.anatel.gov.br/fiscaliza/projects/fiscalizacao/issues?utf8=✓&set_filter=1&sort=id...)

Documento Fiscalizado (14790050)

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>



# 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

## Consultas personalizadas

Ações Concluídas

Ações de Drive-Test

Ações de Fiscalização 2020 s/  
Solicitação

Ações Em Andamento

Ações para avaliação de prazo

Ações - Pendentes no  
Avaliador

Ações - Pendentes no  
Coordenador

Ações - Pendentes no Fiscal

Ánatel Consumidor

Avaliações de eventos  
concluídas

Consulta de Entidades Não  
Outorgadas - MCOM

Consulta Inspeções de  
Entidade não Outorgada

## Tarefas

### ▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

☒ Tipo de inspeção

contém

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

Atividade

Uso do

084.029

### > Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Documento Fiscalizado (114790450)

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

# 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

## Consultas personalizadas

Ações Concluídas

Ações de Drive-Test

Ações de Fiscalização 2020 s/  
Solicitação

Ações Em Andamento

Ações para avaliação de prazo

Ações - Pendentes no  
Avaliador

Ações - Pendentes no  
Coordenador

Ações - Pendentes no Fiscal

ÁnateI Consumidor

Avaliações de eventos  
concluídas

Consulta de Entidades Não  
Outorgadas - MCOM

Consulta Inspeções de  
Entidade não Outorgada

Credenciais Ativas

## Tarefas

### ▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

☒ Tipo de inspeção

contém

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

Atividade

Uso do B

012.585.

### > Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Documento Fiscalizado (1478045)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### DESPACHO

Processo nº: **53115.006448/2023-19**

Entidade: **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº **53115.006448/2023-19**, em nome da **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu**, localizada em **Uruaçu/GO**, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe** nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 02 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Martins Rocha**, Técnico de Nível Superior em 02/10/2023, às 16:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11144939** código CRC **66CAE9FA**

Referência: Processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11144939



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### DESPACHO

Processo nº: **53115.006448/2023-19**

Entidade: **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Uruaçu/GO, e do Tribunal de Justiça de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 02 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Martins Rocha** Técnico de Nível Superior em 02/10/2023, às 16:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11144949** código CRC **95522D01**

Referência: Processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11144949



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>42.150.051/0001-40</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>13/05/2021</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU - ACCU</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ACCU</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****
UF *****		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>SERGIOPAI06@GMAIL.COM</b>	TELEFONE <b>(61) 9109-2640</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>INAPTA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>10/11/2023</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL <b>Omissão De Declarações</b>		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **25/01/2024** às **16:00:53** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura/camara-legis/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 42.150.051/0001-40  
**Razão Social:** ASSOCIA COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU  
**Endereço:** AV CORONEL GASPAR 11 SETOR CASEGO / URUACU / URUACU / GO / 76400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 09/01/2024 a 07/02/2024

**Certificação Número:** 2024010906450898029180

Informação obtida em 25/01/2024 16:05:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Federais e à Dívida Ativa da União

### Resultado da Consulta

**CNPJ:** 42.150.051/0001-40 com situação cadastral declarada inapta pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Para análise específica do caso, dirija-se à unidade da RFB de seu domicílio.

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Cadastro da Pessoa Jurídica - CNPJ](#).

[Nova consulta](#)

[Avaliar](#)

Doc Certidão PDF Un (1033278050) SEI SEI 55.006.008/2020



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU - ACCU (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 42.150.051/0001-40  
Certidão nº: 5943452/2024  
Expedição: 25/01/2024, às 16:07:19  
Validade: 23/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU - ACCU (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **42.150.051/0001-40**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**CNPJ:** **42.150.051/0001-40**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

**Emitida às 16:04:22 do dia 25/01/2024 (hora e data de Brasília).**

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Decisão do TCU em 03/05/2019 - SEI 33.00090-2022-19. p. 9169

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

ANEXO XLIV  
FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO - RÁDIODIFUSÃO  
COMUNITÁRIA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal  
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

1 - ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:

Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução - Processo de Outorga

☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas - Processo de Pós-Outorga

## 2 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIAL

[illegible]

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CNPJ

[illegible]

### 3 - LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

\_\_\_\_\_

BAIRRO

CIDADE

CEP

---

CIDADE (CONTINUAÇÃO)  
Latitude: N - Norte ou S - Sul)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

#### 4 - LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

## LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE

CEP

\_\_\_\_\_

CIDADE (CONTINUAÇÃO)  
Latitude: N - Norte ou S - Sul)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

## 5 - LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE

CEP

\_\_\_\_\_



CIDADE (CONTINUAÇÃO)  
Latitude: N - Norte ou S - Sul)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

## 6 - TRANSMISSOR

FABRICANTE

[illegible]

MODELO  
HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

## POTÊNCIA

Nº

\_\_\_\_\_, W

## 7 - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

[illegible]

MODELO  
POLARIZAÇÃO

	V	C	E	H
--	---	---	---	---

TIPO

\_\_\_\_\_

GANHO max (Gt)  
ALTITUDE DO LOCAL

### ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

Altitude do local: \_\_\_\_\_ dBd \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ m \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ m

## 8 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

[illegible]

## MODELO

COMPRIMENTO (L)  
EFICIÊNCIA DA LINHA ( $\eta$ )

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

\_\_\_\_\_ m \_\_\_\_\_ dB \_\_\_\_\_ dB

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

## 9 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log ( \quad \times \quad \times \quad ) = \quad \text{dBk}$$

$P_t$  = Potência do transmissor, em kW.

$G_{ht}$  = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

$$\eta = \text{Eficiência da linha de transmissão.}$$

\*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

## 10 - INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \text{____} - 20 \log \text{____} = \text{____} \text{ dBu}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

d(km) = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

\*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

#### 11 - DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria n°. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

#### 12 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

#### 13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

#### 14 - DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO

REG.CREA

ENDEREÇO

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023pg9172>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

[illegible]

					-				
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--

A horizontal number line with 11 equally spaced tick marks. The tick marks are labeled with integers from 0 to 10, starting from the left and increasing to the right.

[illegible]

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

--

[illegible]

A horizontal number line with 20 tick marks, labeled from 1 to 20.

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, juntamente com comprovante de pagamento.



Município/UF: **Uruaçu/GO**Processo nº: **53115.006448/2023-19** NPJ: **42.150.051/0001-40**Número de concorrentes: **00**Nome da entidade: **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu**Nº do edital/ano: **208/2022 publicado no DOU de 12/01/2023****Prazo de inscrição: de 13/01/2023 a 13/03/2023- Prorrogado de 14/03/2023 a 12/05/2023****Canal e Frequência: 200 - 87,9 (11144933)**

1. Data de postagem/SEI: 13/03/2023 - Balcão\_Digital\_ME
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 01 a 03 (11059582)
4. Estatuto Social: Fls. 01 a 07 (10780923) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 01 a 02 (10780925) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 01 a 02 (10780927) para o período de **03/05/2021 a 03/05/2024**.
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 01 (10780917); Fls. 01 (10780919); Fls. 01 (10780921)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Sérgio Henrique da Costa Aguiar	004772042003 07/05/1956	Raimundo Nonato Aguiar e Maria da Conceição Costa Aguiar	145.124.083-04	<b>NÃO</b>
Diretor Administrativo: Antônio Alves Neto	011576131082 02/11/1951	Antonio Alves Filho e Enedina Alves de Oliveira	084.029.491-34	<b>NÃO</b>
Diretor de Operações: Eduardo Cristiano de Sá	046877661058 07/06/1984	Maria Cecília Cristina de Sá	012.585.041-70	<b>NÃO</b>

8. Manifestações em apoio PF: Fls. 01 a 109 (10780938)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 01 (10780928)
10. Pesquisa Anatel (11144931) e Fiscaliza (11144934) e (11144939)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (11144949)
- 11.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (11144924)

**OBSERVAÇÕES: 24/01/2024**Entidade **HABILITADA**

- Será dado prosseguimento na **instrução** uma vez que a entidade não possui concorrente e dispensa comunicação do resultado da fase de habilitação.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:****1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5** Não está previsto o ingresso gratuito do associado, mas mediante aprovação da assembleia geral)
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 4** (Não está previsto)
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8, alínea "a"**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 10 e 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12** (Não está previsto uma única recondução, ainda que em cargo diverso)
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 14** (Não está previsto o mínimo de 5 representantes)

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5 e 9**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8**

de recursos para sua manutenção: **Art. 17**de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 11**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7-2023-19-4pg. 174

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:**Art. 18 e 19**
- g) A forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:**Art. 11**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:**Art. 9**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto:**Art.11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:**Art. 11, §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:**Art. 19**

## 2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (11332769)
- 2.2 Certidão FGTS: (11332771)
- 2.3 Certidão PGFN: (11332774)
- 2.4 Certidão CNDT: (11332776)
- 2.5 Certidão CNDA: (11332791)
- 2.6 Consulta ao CEIS:
3. Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (11144949)
4. Fiscaliza: (11144934) e (11144949)
5. Formulário de Dados Técnicos/ART:
6. Despacho Técnico:

## OBSERVAÇÕES: 25/01/2024

- A Entidade está com o CNPJ **inapta**
- A entidade deverá regularizar a situação junto a **PGFN**
- A Entidade deverá fazer **alterações no Estatuto Social**



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Martins Rocha**, Técnico de Nível Superior, em 25/01/2024, às 17:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11332731** e o código CRC **4FD26A2B**.

Referência: Processo nº 53115.006448/2023-19

SEI nº 11332731



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 2597/2024/MCOM

Brasília, 29 de janeiro de 2024.

Ao Senhor,

Sérgio Henrique da Costa Aguiar

Representante Legal da Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU (CNPJ nº 42.150.051/0001-40)

Avenida Coronel Gaspar, 11, Setor Gasego

76.400-000 - Uruaçu/GO

**Assunto: PROCESSO nº 53115.006448/2023-19. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO - CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.**

Senhor Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Uruaçu/GO**, em razão do Edital nº 208/2022, publicado no Diário Oficial da União de 12/01/2023.

2. Conforme arts. 278 e 279 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023), a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.

3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** a publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 280, parágrafo único da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.

4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**.

5. Tendo em vista as disposições da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, de acordo com os artigos 289 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.camara.gov.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

**5.1.** A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (11332865).

**Observação 1** Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 290, § 2º da Portaria).

**Observação 2** Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Anexo XLIV e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo XLIV da mesma Portaria (art. 290, § 2º).

**5.2** Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existem certas contrariedades com o que determina o art. 291 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:

### **5.2.1. Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023**

- a. O art. 5 do estatuto está em desacordo com o art. 291, inciso II da Portaria, uma vez que **restringe o ingresso do associado à aprovação pela diretoria** a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. Além disso, não está expressamente previsto o ingresso **gratuito** como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o mesmo dispositivo.
- b. Não estão expressamente previstos os direitos de voz e de voto dos associados nas instâncias deliberativas, em desacordo com o art. 291, inciso III da Portaria.
- c. Não está expressamente previsto que a o mandato da diretoria será de no máximo quatro (04) anos, sendo **admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos dirigentes, ainda que em cargos diversos** o art. 291, inciso V, "b" da Portaria.
- e. O estatuto social em seu art. 14 não prevê, para a composição do conselho Comunitário, o número **mínimo de representantes de cinco entidades legalmente instituídas** o art. 291, inciso V da Portaria.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 291 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, a saber:

Art. 291. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e as pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

**Observação 1** Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

**Observação 2:** Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.camara.gov.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023pg17pg.177>



Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



alterações e registrado no **Livro A**o Cartório de Pessoas Jurídicas.

**5.3** Em consulta aos sítios oficiais, para emissão das certidões previstas no art. 290, incisos III a VI da Portaria, não foi possível obtê-las:

**5.3.1** CNPJ válido e atual: em consulta ao sítio da Receita Federal do Brasil (11332769), verificou-se que a Entidade se encontra com a situação **“inapta”** por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação.

**5.3.2** Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: após consulta ao sítio da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (11332774). Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos, ou certidão positiva com efeito de negativa.

**Observação:** a entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

**CNPJ:** CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

**CNDA:** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

**CNDT:** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

**FGTS:** FUNDO DE GARANTIA POR TERMO DE SERVIÇO

**PGFN:** PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

6. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 292, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável.

Art. 292. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, **prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.**

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

7. Importante ressaltar que, em razão do disposto no art. 292, §2º da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, por não haver no Município entidade já autorizada, podem ser concedidas mais duas notificações adicionais (terceira e quarta), entretanto, para **cumprimento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.**

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal **notifica** Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias** a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento** nos termos do art. 294, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.



Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o

**número do respectivo**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadegerassinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023-09-17>

DocId:3257 (m352559050) SLE35E133006-332620/2023-09-17 178

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

**processo, bem como deste ofício** possibilitar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

10. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal [gov.br](https://gov.br). Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**  
**Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e**  
29/01/2024, às 13:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11332859** código CRC **E83D113E**

#### Anexos:

- CNPJ INAPTA (11332769);
- Certidão PGFN (11332774).

**Referência:** processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11332859



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidaderasignatura.camara.dg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 179

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

**Data de Envio:**

29/01/2024 16:11:07

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

SERGIOPAI06@GMAIL.COM

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53115.006448/2023-19

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

controlador.php.pdf  
about\_blank.pdf  
Oficio\_11332859.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023-19/pg180>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Município/UF: **Uruaçu/GO**Processo nº: **53115.006448/2023-19** NPJ: **42.150.051/0001-40**Número de concorrentes: **00**Nome da entidade: **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu**Nº do edital/ano: **208/2022 publicado no DOU de 12/01/2023****Prazo de inscrição: de 13/01/2023 a 13/03/2023- Prorrogado de 14/03/2023 a 12/05/2023****Canal e Frequência: 200 - 87,9 (11144933)**

1. Data de postagem/SEI: 13/03/2023 - Balcão\_Digital\_ME
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 01 a 03 (11059582)
4. Estatuto Social: Fls. 01 a 07 (10780923) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 01 a 02 (10780925) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 01 a 02 (10780927) para o período de **03/05/2021 a 03/05/2024**.
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
7. Comprovações de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 01 (10780917); Fls. 01 (10780919); Fls. 01 (10780921)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Sérgio Henrique da Costa Aguiar	004772042003 07/05/1956	Raimundo Nonato Aguiar e Maria da Conceição Costa Aguiar	145.124.083-04	NÃO
Diretor Administrativo: Antônio Alves Neto	011576131082 02/11/1951	Antonio Alves Filho e Enedina Alves de Oliveira	084.029.491-34	NÃO
Diretor de Operações: Eduardo Cristiano de Sá	046877661058 07/06/1984	Maria Cecília Cristina de Sá	012.585.041-70	NÃO

8. Manifestações em apoio PF: Fls. 01 a 109 (10780938)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 01 (10780928)
10. Pesquisa Anatel (11144931) e Fiscaliza (11144934) e (11144939)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (11144949)
- 11.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (11144924)

**OBSERVAÇÕES: 24/01/2024**Entidade **HABILITADA**

- Será dado prosseguimento na **instrução** uma vez que a entidade não possui concorrente e dispensa comunicação do resultado da fase de habilitação.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:****1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5** Não está previsto o ingresso gratuito do associado, mas mediante aprovação da assembleia geral)
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. (Não está previsto)**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8, alínea "a"**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 10 e 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12** Não está previsto uma única recondução, ainda que em cargo diverso)
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 14** Não está previsto o mínimo de 5 representantes)

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5 e 9**

e deveres dos associados: **Art. 8**e recursos para sua manutenção: **Art. 17**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 11**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 18 e 19**
- g) A forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 11**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11, §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 19**

## 2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (11332769)
- 2.2 Certidão FGTS: (11332771)
- 2.3 Certidão PGFN: (11332774)
- 2.4 Certidão CNDT: (11332776)
- 2.5 Certidão CNDA: (11332791)
- 2.6 Consulta ao CEIS:
3. Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (11144949)
4. Fiscaliza: (11144934) e (11144949)
5. Formulário de Dados Técnicos/ART:
6. Despacho Técnico:

## OBSERVAÇÕES: 11/03/2024

- A Entidade apresentou a documentação **Intempestivamente;**
- Entidade **INABILITADA**



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Martins Rocha**, **Técnico de Nível Superior**, em 11/03/2024, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11414610** e o código CRC **FCC3AE92**.

Referência: processo nº 53115.006448/2023-19

SEI nº 11414610



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 4373/2024/SEI-MCOM**

Processo nº: **53115.006448/2023-19.**

Assunto: **INDEFERIMENTO. ABERTURA DE PRAZO RECURSAL.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU**, interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Uruaçu/GO**, em virtude da publicação do Edital nº 208/2022, no Diário Oficial da União de 12/01/2023.

**ANÁLISE**

2. Após análise realizada, observou-se a existência de pendências que acarretam o indeferimento do pedido, conforme a seguir descrito:

	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023).	Art. 294, inciso I	Não saneamento de irregularidades, após a diligência prevista nos art. 292 e 293.	O Ministério das Comunicações, em obediência aos art. 292 e 293 da Portaria, solicitou documentos à Entidade por meio do Ofício nº 2597/2024/MCOM (11332859).  O Ofício foi recebido pela Interessada, em <b>29/01/2024</b> , conforme correspondência eletrônica (11347566), entretanto os documentos foram enviados após o prazo de 30 (trinta) dias, a saber no dia <b>29/02/2024</b> , conforme <b>protocolo digital - Recibo de Solicitação</b> .

**CONCLUSÃO**

3. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal comunica o **indeferimento** do processo.

4. O prazo para interposição de recurso administrativo contra esta decisão é de **30 (trinta) dias**, prorrogáveis, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

5. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Martins Rocha**, Técnico de Nível Superior, em 03/2024, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Costa**, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 03/2024, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 11/09/2023 às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11414688** código CRC **60C18365**

#### Anexos:

- Ofício 2597 (11332859);
- Correspondência Eletrônica (11347566);
- Recibo (11398905).

Referência: Processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11414688



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### DESPACHO DE DECISÃO

A **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO PÚBLICA, COMUNITÁRIA E ESTATAL**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 4373/2024/SEI-MCOM, constante do processo nº 53115.006448/2023-19, de sorte a INDEFERIR o pedido da **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu/GO**, participante do Edital nº 208/2022, publicado no Diário Oficial da União de 12/01/2023, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Uruaçu/GO**, tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos necessários para instrução processual.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 24/08/2024, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11414738** código CRC **6657AF46**

Referência: processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11414738



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 8608/2024/MCOM

Brasília, 20 de março de 2024.

Ao Senhor,  
Sérgio Henrique da Costa Aguiar  
Representante Legal da Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU (CNPJ nº 42.150.051/0001-40)  
Avenida Coronel Gaspar, 11, Setor Gasego  
76.400-000 - Uruaçu/GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53115.0**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 4373/2024/SEI-MCOM**, encaminhada do despacho que trata do **indeferimento** do pedido de outorga.

2. A esse respeito, fica estabelecido **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias** partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

3. Informo que qualquer solicitação encaminhada após o prazo previsto no item 2 deste Ofício será considerada intempestiva e, transcorrido o prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não sejam satisfatórias, o processo será **arquivado**.

4. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal [gov.br](https://gov.br). Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**  
**Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**  
20/03/2024, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.com.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023091906>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11414775** código CRC **3AB0B5B2**

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 4373/2024/SEI-MCOM ( 11414688);
- Despacho de Decisão nº 480/2024 ( 11414738).

**Referência:** processo nº 53115.006448/2023-19 Documento nº 11414775



**Data de Envio:**

20/03/2024 14:41:56

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

SERGIOPAI06@GMAIL.COM  
jnresende@gmail.com

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53115.006448/2023-19

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

SEI\_MCOM - 11414738 - Despacho de Decisão.pdf  
SEI\_MCOM - 11414688 - Nota Técnica.pdf  
Oficio\_11414775.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023-19.pdf>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### NOTA TÉCNICA Nº 7434/2024/SEI-MCOM

Processo nº: **53115.006448/2023-19.**

Assunto: **ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. CONHECIMENTO E RECONSIDERAÇÃO.**

#### SUMÁRIO

1. O processo versa sobre a Seleção Pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU**, entidade de **Uruaçu**, Estado de **Goiás**, em razão do Edital nº 208/2022, publicado no Diário Oficial da União de 12/01/2023.

#### ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 4373/2024/SEI-MCOM (11414688) o requerimento de outorga da entidade foi **indeferido** em razão dos seguintes fatos e fundamentos:

O Ministério das Comunicações, em obediência aos art. 292 e 293 da Portaria, solicitou documentos à Entidade por meio do Ofício nº 2597/2024/MCOM (11332859).

O Ofício foi recebido pela Interessada, em **29/01/2024**, conforme correspondência eletrônica (11347566), entretanto os documentos foram enviados após o prazo de 30 (trinta) dias, a saber no dia **29/02/2024** **conforme protocolo digital - Recibo de Solicitação**.

3. A entidade foi notificada por meio do Ofício nº 8608/2024/MCOM (11414775), encaminhado por correspondência eletrônica (11433115) em 20/03/2024, tendo **até o dia 19/04/2024 para recorrer** termos art. 302 da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 02 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2023.

4. Em resposta, a entidade interpôs **tempestivamente** o recurso administrativo conforme documento protocolado em **07/04/2024** o nº 53115.010032/2024-78, alegando, em resumidamente, que:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU-ACCU, inscrita no CNPJ sob nº 42.150.051/0001-40, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, vem, mui respeitosamente, em resposta ao Ofício supracitado, expor e ao final requerer o que segue.

1. A Requerente é a única participante do Edital nº 208/2022 para fins de obtenção de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás, conforme informado no Ofício nº 2597/2024/MCOM.

2. Em 29/01/2024 foi encaminhado o Ofício nº 2597/2024/MCOM, via Correspondência Eletrônica (e-mail) onde foram feitas algumas exigências e solicitava a apresentação do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento ou da ciência da notificação.

3. A Correspondência Eletrônica (e-mail) encaminhada em 29/01/2024 não foi entregue na Caixa de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d287-aa16ad72321919/pg.8989>

Documento nº 7434/2024/SEI-MCOM (11332859)

Sistema de Processamento de Documentos 2023.1919/pg.8989

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d287-aa16ad72321919/pg.8989



Entrada do Correio Eletrônico do Representante Legal da Entidade, mas no Spam, e o conhecimento da existência do e-mail só ocorreu no dia 16/02/2024. Portanto, só houve ciência 18 (dezoito) dias após o envio da Correspondência Eletrônica pelo Ministério das Comunicações. A partir de então buscou-se a regularização da documentação dentro do prazo estabelecido pelo Ofício nº 2597/2024/MCOM.

4. A entidade apresentou, em 29/02/2024, através do Recibo de Solicitação 11398905, os documentos que sanavam as exigências formuladas no OFÍCIO Nº 2597/2024/MCOM.

5. A análise realizada pela Nota Técnica nº 4373/2024/SEI-MCOM observa a existência de pendências que acarretam o indeferimento do pedido com base no Art. 294 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023, tendo em vista o não saneamento de irregularidades após a diligência prevista nos art. 292 e 293, da mencionada portaria de consolidação.

...

8. No site do Ministério das Comunicações, na plataforma gov.br, não constam informações sobre a regulamentação do SEI. Entretanto, alguns documentos relacionados ao funcionamento do Protocolo Digital no âmbito do ministério mencionam o link gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/sei.

...

5. Cumpre-nos esclarecer aqui que a utilização do processo administrativo eletrônico é regido pela Portaria MCOM 6.549, de 30 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 01/09/2022 e nela ficou estabelecido:

Art. 5º No âmbito do Ministério das Comunicações, os atos processuais deverão ser realizados por meio do Sistema de Processo Eletrônico, exceto nas situações em que este procedimento for inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade do processo.

...

Art. 14. Ao usuário externo do Ministério das Comunicações estarão disponíveis as seguintes formas de interação com o órgão:

I - o portal de serviços do Governo Federal, por meio do qual poderá apresentar ao Ministério das Comunicações solicitações específicas, atendendo às exigências documentais definidas para cada serviço utilizado;

II - o Protocolo Digital, também acessível a partir do portal Gov.Br;

III - o módulo de Peticionamento Eletrônico, acessível mediante cadastro de usuário externo do sistema, que deve ser utilizado por usuário externo na condição de interessado, incluindo seu representante legal.

§ 1º Os órgãos e entidades da administração pública que estejam fazendo uso do módulo de Barramento de Serviços devem utilizá-lo para o envio de documentos e processos ao Ministério das Comunicações.

§2º A ferramenta de protocolo digital disponibilizada no portal do Governo Federal, no endereço eletrônico , deve ser utilizada para a mera protocolização de documentos junto ao Ministério das Comunicações, quando não for necessária a interação mencionada nos §§ 1º e 2º do art. 15.

Art. 15. O cadastro de usuário externo no Sistema de Processo Eletrônico, para fins de utilização do módulo Peticionamento Eletrônico, deve ser validado mediante prévio credenciamento, descritos na página de acesso de usuários externos ao sistema.

§ 1º O cadastro de que trata o caput permite ao usuário externo:

I - encaminhar requerimentos, petições e outros documentos ao Ministério das Comunicações;

II - assinar contratos, convênios, acordos e outros instrumentos congêneres celebrados com o Ministério das Comunicações;

III - receber ofícios, notificações e intimações eletrônicas; e

IV - solicitar vistas de documentos ou processos administrativos eletrônicos com restrição de acesso, no qual seja comprovadamente interessado.

§ 2º O cadastro de que trata o caput é obrigatório para representante de empresa ou entidade que tenha ou pretenda ter contrato de fornecimento de bens ou serviços com o Ministério das Comunicações.

**§ 3º Todas as comunicações processuais, a partir do cadastro de que trata o caput das Comunicações e a empresa ou entidade representada serão realizadas por meio**

§ 4º Usuários externos já habilitados na instância do Sistema de Processo Eletrônico compartilhada com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - SEI-MCTI não necessitam realizar novo procedimento de cadastro, restando convalidados os dados previamente existentes.

Art. 16. O cadastro de usuário externo no Sistema de Processo Eletrônico é ato pessoal, intransferível e indelegável, e importa na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico na administração pública federal e no Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticada-assinatura/camara-legis/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/20231919/pg.9090>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

Art. 17. O teor e a integridade dos documentos digitalizados e enviados para o Ministério das Comunicações por meio do Sistema de Processo Eletrônico são de responsabilidade do usuário externo, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes.

§ 1º O Ministério das Comunicações poderá exigir, a seu critério, a apresentação do documento físico original para o esclarecimento de dúvida sobre o seu conteúdo ou verificação de integridade e de autenticidade, até que decaia o seu direito de rever os atos praticados no processo.

§ 2º Caberá ao usuário externo apresentar o original do documento no prazo de cinco dias, prorrogável uma única vez, contado da data de recebimento da solicitação administrativa, sob pena de restar caracterizado indício de fraude.

Art. 18. O usuário externo poderá, havendo indício de irregularidade, ter o seu cadastro desativado, a qualquer momento.

**Art. 19. A não obtenção de acesso ao Sistema de Processo Eletrônico, bem como a transmissão ou recepção de dados e informações, não imputáveis à falha do sistema, é escusa para o descumprimento de obrigações e prazos legais.**

**Art. 20. São de exclusiva responsabilidade do usuário externo:**

I - a atualização de seus dados cadastrais;

II - o sigilo de sua senha de acesso, sendo esta pessoal, intransferível e indelegável, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

III - a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e aqueles contidos no documento enviado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares;

IV - a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;

V - a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de peticionamento eletrônico para que, caso solicitado, sejam apresentados ao Ministério das Comunicações, nos termos do § 1º do art. 17 desta Portaria;

VI - a verificação e guarda, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente;

**VII - a consulta periódica ao endereço de e-mail cadastrado, a fim de verificar as comunicações eletrônicas relativas a atos processuais;**

VIII - a realização, por meio eletrônico, de todos os atos e comunicações processuais entre o Ministério das Comunicações, o usuário ou a entidade porventura representada, **não sendo admitidas protocolizações em meio diverso;**

**IX - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados à hora do recebimento pelo Sistema de Processo Eletrônico, considerando-se os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do mês de cada mês, no caso de Brasília, na forma do art. 27 desta Portaria, independentemente do fuso horário em que se encontra o usuário externo;**

X - assegurar as condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e

XI - a observância dos relatórios de interrupções de funcionamento previstos no art. 26 desta Portaria.

5.1 Ressaltamos ainda que a Portaria citada acima, bem como as demais legislações que estabelecem o processo eletrônico estão disponíveis na página do Ministério das Comunicações = [Acesso à Informação](#) > [Processo Eletrônico](#) > Atos Normativos no link: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/atos-normativos> onde consta:

● **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015** (Revogado)

Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

● **Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017** (Revogado)

Regulamenta dispositivos da [Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017](#), dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. ( [Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019](#) )

● **Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020** (Revogado)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/20201119/pg.91191>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.

● **Portaria MCOM nº 6.549, de 30 de agosto de 2022**

Dispõe sobre a instituição e utilização do processo administrativo eletrônico no âmbito do Ministério das Comunicações - MCOM.

6. Dito isto, conforme se constata do relatório de vizinhos (11080369), para o local pretendido, não consta que exista outra entidade interessada na execução do serviço, para o mesmo Edital. Assim, visto que a documentação já havia sido apresentada por meio do protocolo 53115.005915/2024-66, deve-se aplicar ao caso a exceção contida no parágrafo 2º, inciso I do art. 298 da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 02 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2023:

Art. 298. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas;

7. Desta forma, deve ser reconsiderada a decisão, retornando o processo à análise.

## CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações e em razão dos princípios da boa-fé processual, da razoabilidade, da proporcionalidade, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal se posiciona pelo conhecimento e **reconsideração da decisão** que deferiu o processo, de forma que se retome a análise processual a fim de verificar a viabilidade do deferimento da outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Maciel**, **Assistente Técnico**, em 23/04/2024, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Gomes**, **Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 23/04/2024, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 24/04/2024, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11489732** código CRC **708E5271**

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11489732



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### DESPACHO DE DECISÃO

A **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO PÚBLICA, COMUNITÁRIA E ESTATAL**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 7434/2024/SEI-MCOM, constante no processo nº 53115.006448/2023-19, de sorte **reconsiderar a decisão que indeferiu o pedido de outorga de ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU- ACCU** entidade participante do Edital nº 208/2022, publicado no Diário Oficial da União de 12/01/2023, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Uruaçu/GO**, retomando-se a análise processual.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 24, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11489768** código CRC **088B7120**

Referência: processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11489768



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023-19.pdf> 1/33

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 14318/2024/MCOM

Brasília, 20 de maio de 2024.

Ao Senhor,

Sérgio Henrique da Costa Aguiar

Representante Legal da Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU (CNPJ nº 42.150.051/0001-40)

Avenida Coronel Gaspar, 11, Setor Gasego

76.400-000 - Uruaçu/GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53115.006448/2023-19**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 7434/2024/SEI-MCOM**, acompanhada do Despacho que reconsiderou a decisão de indeferimento do processo, em razão do recurso administrativo interposto, para retomada da análise processual.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 20/05/2024, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11489770** código CRC **8FA143CB**

**Referência:** processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11489770



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

**Data de Envio:**

21/05/2024 14:57:38

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

SERGIOPAI06@GMAIL.COM  
jnresende@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações.

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53115.006448/2023-19

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_11489770.html  
Nota\_Tecnica\_11489732.html  
Despacho\_de\_Decisao\_11489768.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023-19.pdf>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>42.150.051/0001-40</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>13/05/2021</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU - ACCU</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ACCU</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>AV AVENIDA CORONEL GASPAR</b>	NÚMERO <b>11</b>	COMPLEMENTO <b>SETOR CASEGO</b>
CEP <b>76.400-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>URUACU</b>	MUNICÍPIO <b>URUACU</b>
UF <b>GO</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>SERGIOPAI06@GMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(61) 9109-2640</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>19/02/2024</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **27/05/2024** às **13:15:40** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 42.150.051/0001-40  
**Razão Social:** ASSOCIA COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU  
**Endereço:** AV CORONEL GASPAR 11 SETOR CASEGO / URUACU / URUACU / GO / 76400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 21/05/2024 a 19/06/2024

**Certificação Número:** 2024052107186168459702

Informação obtida em 27/05/2024 13:16:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU - ACCU**  
**CNPJ: 42.150.051/0001-40**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 13:16:47 do dia 27/05/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/11/2024.

Código de controle da certidão: **1F9A.BFE3.7CDE.E039**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU - ACCU (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 42.150.051/0001-40  
Certidão nº: 36961048/2024  
Expedição: 27/05/2024, às 13:18:40  
Validade: 23/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU - ACCU (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **42.150.051/0001-40**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

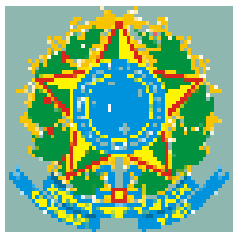
Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





Anexo da Ata de 07/06/2023 (P. 0549561) SEI 53155064480223/2023 pg. 200g





# Ministério das Comunicações

## RADCOM

### Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

#### Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 208

Número do Processo: 531150064482023

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	
0.00	GO	URUAÇU	53115.017583/2021	0	14S3048	49W0852	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA C
0.00	GO	URUAÇU	53115.006448/2023	208	14S3048	49W0852	INAB	ASSOCIACAO COMUNITARIA C
1.10	GO	URUAÇU	53670.000489/1998	1	14S3120	49W0836	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA S
1.12	GO	URUAÇU	53670.000328/1999	0	14S3124	49W0857	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA TE
1.25	GO	URUAÇU	53000.014862/2004	28	14S3126	49W0906	ARQDE F	ASSOCIACAO ESTADUAL DE A
1.27	GO	URUAÇU	53670.000466/1998	1	14S3126	49W0908	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA D
1.30	GO	URUAÇU	53000.027799/2009	28	14S3130	49W0852	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIO DIFU
1.46	GO	URUAÇU	53000.029974/2009	28	14S3126	49W0823	ARQDE F	ASSOCIACAO DISCIPULOS E M
1.57	GO	URUAÇU	53670.001571/2001	28	14S3129	49W0923	ARQDE F	GRUPO TEATRAL LIMPANDO C
1.87	GO	URUAÇU	53000.028324/2009	28	14S3131	49W0936	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE C
2.47	GO	URUAÇU	53000.028339/2009	28	14S3203	49W0823	ARQDE F	ASSOCIACAO VETERANOS DE
6.82	GO	URUAÇU	53000.036781/2009	28	14S3134	49W0469	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL E AM
22.17	GO	CAMPINORTE	53000.031873/2003	19	14S1851	49W0903	LDE	ASSOCIACAO BENEFICENTE C

Anexo do Relatório de Vizinhos (HOS015619570)SEI 531150064482023/2023pg. 20



0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo 53115.006448/2023-19.  
Interessado ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU  
Assunto: OFÍCIO N° 2597/2024/MCOM - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 113328)

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU, localizada em URUAÇU/GO, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 290, II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 02/06/2023). <b>OBS.:</b> O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.	11398917, pag. 01 a 04	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo XLIV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 02/06/2023: <b>OBS.:</b> Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a cota do terreno no mesmo processo.	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA



a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	11398917, pág. 03	X		
b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	11398917, pág. 03			X
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	11398917, pág. 03	X		
d) O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	11398917, pág. 03	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	11398917, pág. 03	X		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 02/06/2023).	11398917, pág. 03	X		
4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, <b>juntamente com o comprovante de pagamento</b> da taxa de 290, § 2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 02/06/2023).	11398911	X		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada <b>guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros</b> do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 275 da Portaria de Consolidação nº 1, de 02/06/2023), <b>conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação</b> em anexo.	11549570 e 11549561	X		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada <b>não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros</b> do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 275, parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 02/06/2023), <b>conforme Relação de Processos Vizinhos</b> .	11549570 e 11549561			X



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Desse modo, considerando que **a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor**, conforme se verifica acima, restituam-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC\_MCOM), para adoção das medidas subseqüentes, relacionadas à fase de instrução processual.

Brasília, 27 de maio de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mesquita M. da Costa**, Coordenador-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 28/05/2024, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis**, Engenheiro, em 28/05/2024, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Dornelles**, Engenheiro, em 28/05/2024, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11549573** código CRC **8697158D**

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referências:** processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11549573



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Município/UF: **Uruaçu/GO**Processo nº: **53115.006448/2023-19** NPJ: **42.150.051/0001-40**Número de concorrentes: **00**Nome da entidade: **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu**Nº do edital/ano: **208/2022 publicado no DOU de 12/01/2023****Prazo de inscrição: de 13/01/2023 a 13/03/2023- Prorrogado de 14/03/2023 a 12/05/2023****Canal e Frequência: 200 - 87,9 (11144933)**

1. Data de postagem/SEI: 13/03/2023 - Balcão\_Digital\_ME
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 01 a 03 (11059582)
4. Estatuto Social: Fls. 01 a 09 (11398907) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 01 a 02 (10780925) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 01 a 02 (10780927) para o período de **03/05/2021 a 03/05/2024.**
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 01 (10780917); Fls. 01 (10780919); Fls. 01 (10780921)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Sérgio Henrique da Costa Aguiar	004772042003 07/05/1956	Raimundo Nonato Aguiar e Maria da Conceição Costa Aguiar	145.124.083-04	<b>NÃO</b>
Diretor Administrativo: Antônio Alves Neto	011576131082 02/11/1951	Antonio Alves Filho e Enedina Alves de Oliveira	084.029.491-34	<b>NÃO</b>
Diretor de Operações: Eduardo Cristiano de Sá	046877661058 07/06/1984	Maria Cecília Cristina de Sá	012.585.041-70	<b>NÃO</b>

8. Manifestações em apoio PF: Fls. 01 a 109 (10780938)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 01 (10780928)
10. Pesquisa Anatel (11144931) e Fiscaliza (11144934) e (11144939)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (11144949)
- 11.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (11144924)

**OBSERVAÇÕES: 24/01/2024**Entidade **HABILITADA**

- Será dado prosseguimento na **instrução** uma vez que a entidade não possui concorrente e dispensa comunicação do resultado da fase de habilitação.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:****1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 6, §1º**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art.8, alínea "a"**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8, alínea "b"**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 10 e 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 16**

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 6 e 9**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 19**

de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 11**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:**Art. 20 e 21**
- g) A forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:**Art. 11**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:**Art. 9**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto:**Art.11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:**Art. 11, §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:**Art. 21**

## 2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (11547919)
- 2.2 Certidão FGTS: (11547921)
- 2.3 Certidão PGFN: (11547922)
- 2.4 Certidão CNDT: (11547925)
- 2.5 Certidão CNDA: (11332791)
- 2.6 Consulta ao CEIS: (11573031)
3. Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (11144949)
4. Fiscaliza: (11144934) e (11144949)
5. Formulário de Dados Técnicos/ART: fls. 01 a 06 (11398917) e fls. 01 e 02 (11398911)
6. Despacho Técnico: (11549573)

## OBSERVAÇÕES: 11/06/2024

- O mandato da Diretoria encontra-se vencido;
- Será solicitada nova Ata de Eleição.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Martins Rocha**, **Técnico de Nível Superior**, em 11/06/2024, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11547895** e o código CRC **B443AC64**.

Referência: Processo nº 53115.006448/2023-19

SEI nº 11547895



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 20528/2024/MCOM

Brasília, 11 de junho de 2024.

Ao Senhor,  
Sérgio Henrique da Costa Aguiar  
Representante Legal da Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU (CNPJ nº 42.150.051/0001-40)  
Avenida Coronel Gaspar, 11, Setor Gasego  
76.400-000 - Uruaçu/GO

### PROCESSO nº 53115.006448/2023-19. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - SEGUNDA EXIGÊNCIA NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu- ACCU**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Uruaçu/GO**, com razão do Edital nº 208/2022, publicado no Diário Oficial da União de 12/01/2023.

2. Tendo em vista as disposições Portaria de Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023), de acordo com os artigos 289 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

#### 2.1. Ata de eleição dos atuais dirigentes (art. 274, inciso IV):

- **O mandato da diretoria encontra-se vencido desde 03/05/2024;**
- Assim, a entidade deve apresentar a ata de eleição da atual diretoria;
- Caso haja alteração de algum dos dirigentes a Entidade deverá enviar documentos que demonstrem a maioria e a nacionalidade dos mesmos.

**Observação** serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade os seguintes documentos, conforme art. 274, § 3º da Portaria:

- I - certidão de nascimento ou casamento;
- II - certificado de reservista;
- III - cédula de identidade;
- IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
- V - carteira profissional;
- VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocassinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



VII - passaporte.

**Observação não é necessário** sejam encaminhados os comprovantes de maioria e nacionalidade dos membros do **conselho fiscal**

**Observação 3** a data de eleição deverá estar registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

**Observação 4** os cargos da diretoria eleita deverão estar de acordo com os cargos previstos no estatuto social.

3. Importante ressaltar que, em razão do disposto no art. 292, §2º da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, por não haver no Município entidade já autorizada, podem ser concedidas mais duas notificações adicionais (terceira e quarta), entretanto, para **cumprimento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**.

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal **notifica** Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias** a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento** nos termos do art. 294, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.

5. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício** para viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

6. Por fim, informamos que Ministério das Comunicações iniciou um processo de recadastramento dos usuários dos processos eletrônicos da Pasta. A Portaria MCom nº 13.163, de 9 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de maio de 2024, torna obrigatória a utilização do sistema para todos os atos processuais no Ministério a partir de 1º de agosto de 2024.

7. Os interessados em atuar em processos administrativos no Ministério das Comunicações poderão solicitar o acesso de usuário externo no SEI no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo>. O processo é simples, rápido e pode ser realizado de forma 100% online.

8. O atual protocolo digital do Ministério das Comunicações permanecerá em funcionamento, de forma paralela ao novo peticionamento do SEI, até 1º de agosto de 2024. A partir dessa data, o protocolo digital será desabilitado, passando a ser aceitos somente documentos protocolados por meio do SEI.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Coimbra**, Coordenadora de **Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 15/05/2024 às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11573183** código CRC **F5084B8A**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocassinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

**Data de Envio:**

11/06/2024 16:04:12

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

SERGIOPAI06@GMAIL.COM  
jnresende@gmail.com

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53115.006448/2023-19

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_11573183.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023-19.pdf>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>42.150.051/0001-40</b> MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA <b>13/05/2021</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU - ACCU</b>					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ACCU</b>				PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>					
LOGRADOURO <b>AV AVENIDA CORONEL GASPAR</b>			NÚMERO <b>11</b>	COMPLEMENTO <b>SETOR CASEGO</b>	
CEP <b>76.400-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>URUACU</b>		MUNICÍPIO <b>URUACU</b>		UF <b>GO</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>SERGIOPAI06@GMAIL.COM</b>			TELEFONE <b>(61) 9109-2640</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>19/02/2024</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/06/2024** às **09:09:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 42.150.051/0001-40  
**Razão Social:** ASSOCIA COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU  
**Endereço:** AV CORONEL GASPAR 11 SETOR CASEGO / URUACU / URUACU / GO / 76400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 09/06/2024 a 08/07/2024

**Certificação Número:** 2024060901586168459727

Informação obtida em 26/06/2024 09:10:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
[2027-6119/6915](tel:2027-61196915)

**PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000278/2023-67**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**ASSUNTOS: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária**

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000278/2023-67. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SECOE/MCOM. DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa – ON/AGU n. 55, de 2014, e pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (RadCom), com base na Lei nº 9.612 de 1998, no Decreto nº 2.615, de 1998, e na Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 2023;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a emissão de autorização para execução do serviço de RadCom, no âmbito deste Ministério das Comunicações, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

**I - RELATÓRIO**

1. Por meio do Ofício Interno 38941 (11041530), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica resposta com subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do Despacho n. 01029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11041521), solicitou informações à SECOE a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária:

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal da emissão de autorização a entidades privadas (associações e fundações) que pretendem executar o serviço de radiodifusão comunitária.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565>

Parecer Consultoria Jurídica n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU



2. Diante da similitude dos casos relacionados à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária por entidades privadas, que foram vencedoras em procedimentos seletivos realizados, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

(...)

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais conferência de documentos**

de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da **emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária** num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos sobre a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da Nota Técnica 8407 (11041525), apresentou os seguintes esclarecimentos:

1. Trata-se de solicitação apresentada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações sobre o quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização e de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

#### **ANÁLISE**

2. Inicialmente, cumpre informar que o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RADCOM) foi criado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentado em seguida pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e teve os procedimentos e diretrizes para a emissão de autorização e de renovação de outorga estabelecidos através da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, que abrange a consolidação de normas ministeriais de radiodifusão.

3. Acerca da demanda mencionada no Despacho nº 1029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10913482) sobre o quantitativo de processos de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, informamos que temos em estoque aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo PNO de RADCOM no segundo semestre deste ano.

(...)

5. Assim, considerando as informações prestadas acima, sugerimos o encaminhamento desta Nota Técnica à CONJUR do MCOM.

#### **CONCLUSÃO**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://m... 2023-10-10 15:34:27 - S... 214

6. Diante do exposto, opina-se pela restituição deste processo à d. Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações para análise da presente Nota Técnica e prosseguimento dos autos.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, excetuando os casos que se refiram à renovação do referido serviço.

5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

6. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

7. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

8. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência** pois os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

9. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade e economicidade administrativa**.

10. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, **caput**, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

11. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://m... 2023-10-10 15:34:27 - 215

12. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetitiva** e (ii) a **relevância da atividade jurídica de mera verificação e atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

**Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de emissão de autorização para execução do serviço de RadCom configuram, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

16. Nesse sentido, ressalve-se que o presente parecer ~~parece~~**não** abrange eventuais recursos que, no trâmite da seleção de autorização para execução do serviço de RadCom, abordem teses jurídicas que extrapolem a mera análise documental, a exemplo de questionamentos sobre preclusão, isonomia e observância de garantias do contraditório e ampla defesa.

17. Registre-se, ainda, que **a área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência a esta manifestação, a ser identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, deve ser juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o caso.**

18. Ressalte-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e





A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

5/18



28. Primeiramente, o Ministério das Comunicações publicará comunicado de habilitação para que as entidades interessadas em prestar o serviço de RadCom se inscrevam (art. 9º, §1º, da Lei nº 9.612/1998; art. 13 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

29. Após a publicação do edital de seleção pública para a execução do serviço de RadCom, caso haja **apenas uma interessada** Ministério deverá verificar os requisitos de habilitação (conforme item II.2.2.1 infra) e a documentação de instrução apresentada (conforme item II.2.2.3 infra). Estando regular, expedirá autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

30. Caso haja mais de uma entidade interessada, a análise dos requerimentos de autorização deve observar as seguintes fases: habilitação, seleção, instrução e procedimento para finalizar a outorga (art. 260, Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023).

31. Isso esclarecido, passa-se à análise dos requisitos documentais da fase de habilitação, de seleção e de instrução; após, à análise dos elementos que devem constar na portaria de autorização para execução do serviço de RADCOM.

32. No prazo de habilitação divulgado no Edital, as entidades interessadas deverão apresentar requerimento para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida.

33. Inicialmente, a Secretaria deve verificar a **tempestividade** requerimento, conforme prazo previsto no Edital regente da seleção (art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

34. O requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos previstos no art. 274 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023: (i.) requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas; (ii.) estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023; (iii.) ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (iv.) ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (v.) comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes; (vi.) manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço; (vii.) Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.

35. Podem ser apresentados requerimentos em desconformidade com o modelo previsto no Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, desde que contenham todas as informações essenciais do respectivo formulário padrão (art. 257, §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, *caput* inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

37. A Secretaria deve verificar se a entidade tem sede na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço e, igualmente, seus dirigentes devem manter residência na área da comunidade atendida (art. 7º, ~~caput~~ parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, ~~caput~~ parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998). Quanto à residência dos dirigentes, a SECOE deve observar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no acórdão transitado em julgado no REsp n. 1.955.888/SP<sup>[1]</sup>, com força executória atestada pelo Parecer de Força Executória nº



38. O estatuto social apresentado deve estar atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998 e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, *caput* incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

40. As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, *caput* inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

42. A manifestação em apoio formulada por empresário individual (inclusive o qualificado como MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 ) poderá ser considerada válida como de pessoa jurídica, desde que apresentada na forma do Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhada de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Nesse caso, a Secretaria deverá verificar se o nome do signatário da manifestação em apoio integra o campo **"razão social"** constante no CNPJ correlato juntado. Caso não seja possível a verificação, a Secretaria poderá exigir, para tal finalidade, documento de identificação do signatário da manifestação em apoio (conforme entendimento do PARECER n. 00725/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU).

44. Embora o §2º do art. 285 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exija a apresentação das manifestações em apoio *no original*, poderão ser enviadas por meio eletrônico - conforme art. 11 e respectivos parágrafos <sup>[2]</sup> do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

46. No entanto, caso algum dos referidos documentos habilitantes seja enviado, mas em desacordo com as disposições da Portaria, a SECOE deverá conferir uma única oportunidade à entidade para regularização, no prazo máximo de sessenta dias, sob pena de inabilitação (art. 276 e 277, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2018).







54. Ainda, de acordo com o art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade não pode estar *"impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta"* e, portanto, não pode omitir ou não declarar tal declaração no requerimento de outorga. Nesse sentido, é recomendável que a SECOE realize **consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas.	Art. 9º, § 2º e inc. V, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, <del>caput</del> inc. V, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	<p>Estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.</p> <p>Obs. 1: A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, <del>caput</del> inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).</p> <p>Obs. 2: O estatuto social deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291<del>caput</del> incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).</p>	<p>Art. 9º, § 2º, inc. I, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. I, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. II, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.</p>



0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





8.	Verificação da localização da <b>sedes da entidade e da residência dos dirigentes</b> na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço.	Art. 7º, <b>caput</b> parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, <b>caput</b> parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da <b>inexistência de execução clandestina</b> de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.	Art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
10.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da <b>inexistência de condenação</b> membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
11.	Verificação de inexistência de <b>vínculo</b> vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, e art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
12.	Verificação de atendimento aos <b>limites de outorga</b> Com: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.	Art. 10, <b>caput</b> parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 18, <b>caput</b> parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
13.	Consulta no <b>Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)</b> disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - ( <a href="https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis">https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis</a> ) - com o objetivo de verificar a inexistência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para transacionar com a Administração Pública.	Art. 274, inc. I, e ANEXO XI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

56. **Em havendo uma única entidade interessada e essa estiver habilitada** a documentação de instrução (conforme item II.2.2.3 infra) e, estando regular, expedirá a autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

57. Por sua vez, caso tenha havido requerimentos de mais de uma entidade interessada, a Pasta deverá comunicá-las do **resultado prévio da habilitação**, após finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, deverá comunicá-las do **resultado definitivo da habilitação** (art. 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>

0a467e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

58. Se no resultado definitivo da habilitação configurar-se a concorrência entre as entidades habilitadas, o Ministério seguirá para a **fase de seleção (item II.2.2.2 infra)**

59. Deste modo, tem-se que a fase de habilitação deve observar as regras existentes nos arts. 273 a 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

### II.2.2.2 - DA SELEÇÃO

60. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência (art. 280, parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

61. Concorrência é *"a relação que se estabelece entre entidades concorrentes, todas as interessadas cujos processos possam influir ou ser influenciados mutuamente em razão da proximidade irradiantes"* e *"direta, quando os sistemas irradiantes distem menos de 4 (quatro) quilômetros"*; entidades que não concorram diretamente tenham pelo menos uma concorrente direta. Em conformidade com as alíneas "a" e "b", da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

62. As entidades habilitadas poderão mudar as coordenadas propostas para instalação do sistema irradiante, inclusive durante a fase de instrução, desde que haja viabilidade técnica e que o novo local escolhido esteja dentro da área pretendida para prestação do serviço. Se a mudança fizer com que a entidade requerente tenha outras concorrentes, estas não serão prejudicadas e a entidade que propôs a mudança perderá, em relação a essas novas concorrentes, a pontuação obtida com manifestações em apoio (art. 281, *caput* parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

63. Na fase de seleção, inicialmente, o Ministério deverá verificar junto às entidades se têm interesse em fazer acordo para a prestação do serviço em conjunto (art. 9º, §4º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; e art. 282 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

64. As entidades terão trinta dias para se manifestarem sobre a proposta de acordo (art. 282, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

65. A ausência de manifestação das entidades interessadas deverá ser considerada como recusa à prestação conjunta do Serviço (art. 282, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

66. Caso aceitem prestar conjuntamente o serviço, deverão apresentar requerimento assinado pelos representantes legais das entidades habilitadas, com firma reconhecida, conforme o modelo do Anexo XLVI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Nesse caso, as manifestações em apoio apresentadas pelas entidades participantes serão consideradas em conjunto (art. 282, §1º e §3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

67. Caso não se alcance o acordo ou o acordo não abranja todas as concorrentes, o Ministério deverá aferir a classificação das entidades no certame, conforme a representatividade de cada uma (art. 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 283 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

68. Para tanto, a SECOE deverá, em relação à cada entidade, proceder à contagem da pontuação obtida com as manifestações em apoio válidas juntadas de pessoas jurídicas ou de pessoas físicas que tenham domicílio na área pretendida para a prestação do serviço (art. 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 280 e art. 284, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

69. Deverão ser contabilizadas, primeiramente, as manifestações em apoio válidas de pessoas jurídicas. Em caso de empate, deverão ser contabilizadas as manifestações em apoio válidas de pessoas físicas. Persistindo o empate, a escolha deverá ser efetuada por sorteio público, a ser realizado na sede do Ministério das Comunicações, em data previamente comunicada às entidades, acompanhado por pelo menos três servidores (art. 9º, §6º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16, parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 284, §2º e §3, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



70. Para serem consideradas na contagem, cada modalidade de manifestação em apoio deve ser encaminhada nos moldes do exposto nos **itens 40 a 44 supra**.

71. O Ministério deverá informar o **resultado prévio da seleção** após finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, comunicará as entidades interessadas do **resultado definitivo da fase de seleção** a classificação final das concorrentes de acordo com a representatividade de cada uma e a convocação da entidade selecionada para apresentar, no prazo de trinta dias, os documentos da **fase de instrução** previstos no art. 290 da Portaria (arts. 286, 287 e 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

72. Deste modo, tem-se que a fase de seleção deve observar as regras existentes nos arts. 280 a 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

### II.2.2.3 - DA INSTRUÇÃO

73. Nessa fase, o Ministério deve verificar os documentos de instrução, previstos no art. 290 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, sob pena de indeferimento do pedido: (i.) Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023); (ii.) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); (iii.) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (iv.) Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (v.) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; (vi.) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

74. O próprio Ministério instruirá o processo com os citados documentos: comprovante de inscrição no CNPJ; certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o FGTS; certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho. Na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet, poderá solicitar que a entidade os apresente (art. 289, §2º e §3º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

75. As certidões de regularidade apresentadas pela entidade serão consideradas válidas, se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme os termos do art. 186 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

76. Nessa fase, ainda é possível à entidade retificar eventuais vícios sanáveis (art. 289 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

77. Deverá ser **indeferido** o pedido da entidade que descumprir a solicitação para instrução processual (art. 294, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

78. Também, deverá ser indeferido o pedido da entidade que não promover a quitação dos débitos junto à Anatel, até o término da fase de instrução; bem como da entidade que não promover o saneamento de eventuais irregularidades fiscais e trabalhistas (art. 294, incs. IV e V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

79. O art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento se "*após a publicação do edital, a entidade tenha executado Serviço de Radiodifusão sem a autorização do concedente*". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da **inexistência de execução clandestina** da entidade, após a publicação do edital.

80. O art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento a **substituição imediata de membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerada**.





*fase de habilitação, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão julgador, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, y, z, aa, ab, ac, ad, ae, af, ag, ah, ai, aj, ak, al, am, an, ao, ap, aq, ar, as, at, au, av, aw, ax, ay, az, ba, bb, bc, bd, be, bf, bg, bh, bi, bj, bk, bl, bm, bn, bo, bp, bq, br, bs, bt, bu, bv, bw, bx, by, bz, ca, cb, cc, cd, ce, cf, cg, ch, ci, cj, ck, cl, cm, cn, co, cp, cq, cr, cs, ct, cu, cv, cw, cx, cy, cz, da, db, dc, dd, de, df, dg, dh, di, dj, dk, dl, dm, dn, do, dp, dq, dr, ds, dt, du, dv, dw, dx, dy, dz, ea, eb, ec, ed, ee, ef, eg, eh, ei, ej, ek, el, em, en, eo, ep, eq, er, es, et, eu, ev, ew, ex, ey, ez, fa, fb, fc, fd, fe, ff, fg, fh, fi, fj, fk, fl, fm, fn, fo, fp, fq, fr, fs, ft, fu, fv, fw, fx, fy, fz, ga, gb, gc, gd, ge, gf, gg, gh, gi, gj, gk, gl, gm, gn, go, gp, gq, gr, gs, gt, gu, gv, gw, gx, gy, gz, ha, hb, hc, hd, he, hf, hg, hh, hi, hj, hk, hl, hm, hn, ho, hp, hq, hr, hs, ht, hu, hv, hw, hx, hy, hz, ia, ib, ic, id, ie, if, ig, ih, ii, ij, ik, il, im, in, io, ip, iq, ir, is, it, iu, iv, iw, ix, iy, iz, ja, jb, jc, jd, je, jf, jg, jh, ji, jj, jk, jl, jm, jn, jo, jp, jq, jr, js, jt, ju, jv, jw, jx, jy, jz, ka, kb, kc, kd, ke, kf, kg, kh, ki, kj, kk, kl, km, kn, ko, kp, kq, kr, ks, kt, ku, kv, kw, kx, ky, kz, la, lb, lc, ld, le, lf, lg, lh, li, lj, lk, ll, lm, ln, lo, lp, lq, lr, ls, lt, lu, lv, lw, lx, ly, lz, ma, mb, mc, md, me, mf, mg, mh, mi, mj, mk, ml, mm, mn, mo, mp, mq, mr, ms, mt, mu, mv, mw, mx, my, mz, na, nb, nc, nd, ne, nf, ng, nh, ni, nj, nk, nl, nm, nn, no, np, nq, nr, ns, nt, nu, nv, nw, nx, ny, nz, oa, ob, oc, od, oe, of, og, oh, oi, oj, ok, ol, om, on, oo, op, oq, or, os, ot, ou, ov, ow, ox, oy, oz, pa, pb, pc, pd, pe, pf, pg, ph, pi, pj, pk, pl, pm, pn, po, pp, pq, pr, ps, pt, pu, pv, pw, px, py, pz, qa, qb, qc, qd, qe, qf, qg, qh, qi, qj, qk, ql, qm, qn, qo, qp, qq, qr, qs, qt, qu, qv, qw, qx, qy, qz, ra, rb, rc, rd, re, rf, rg, rh, ri, rj, rk, rl, rm, rn, ro, rp, rq, rr, rs, rt, ru, rv, rw, rx, ry, rz, sa, sb, sc, sd, se, sf, sg, sh, si, sj, sk, sl, sm, sn, so, sp, sq, sr, ss, st, su, sv, sw, sx, sy, sz, ta, tb, tc, td, te, tf, tg, th, ti, tj, tk, tl, tm, tn, to, tp, tq, tr, ts, tt, tu, tv, tw, tx, ty, tz, ua, ub, uc, ud, ue, uf, ug, uh, ui, uj, uk, ul, um, un, uo, up, uq, ur, us, ut, uu, uv, uw, ux, uy, uz, va, vb, vc, vd, ve, vf, vg, vh, vi, vj, vk, vl, vm, vn, vo, vp, vq, vr, vs, vt, vu, vv, vw, vx, vy, vz, wa, wb, wc, wd, we, wf, wg, wh, wi, wj, wk, wl, wm, wn, wo, wp, wq, wr, ws, wt, wu, wv, ww, wx, wy, wz, xa, xb, xc, xd, xe, xf, xg, xh, xi, xj, xk, xl, xm, xn, xo, xp, xq, xr, xs, xt, xu, xv, xw, xx, xy, xz, ya, yb, yc, yd, ye, yf, yg, yh, yi, yj, yk, yl, ym, yn, yo, yp, yq, yr, ys, yt, yu, yv, yw, yx, yy, yz, za, zb, zc, zd, ze, zf, zg, zh, zi, zj, zk, zl, zm, zn, zo, zp, zq, zr, zs, zt, zu, zv, zw, zx, zy, zz.*

inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990".

Além disso, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da **inexistência referida condenação**, após a fase de habilitação. Caso a entidade não substitua, imediatamente, eventual dirigente que tenha sofrido a mencionada condenação, o pedido da entidade deve ser indeferido (art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

81. O art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento *"o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza de vínculos de qualquer natureza"*, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de **vínculo**.

82. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de instrução:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	<p>Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).</p> <p>Obs.: deve vir acompanhado por Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devendo ambos os documentos serem apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART. Ainda, o formulário deve obedecer às características especificadas no Título IV e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo XLIV.</p>	Art. 290, inc. I, §1º e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)	Art. 290, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
3.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	Art. 290, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Art. 290, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal	Art. 290, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Art. 290, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	<p>Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da <b>inexistência de execução clandestina</b> da publicação do edital.</p>	Art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



8.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da <b>inexistência de condenação</b> membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Verificação de inexistência de <b>vínculo</b> estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

83. Se o pedido for indeferido - e eventual recurso contra o indeferimento não for provido -, serão convocadas para a fase de instrução as entidades remanescentes, observada a ordem de classificação (art. 296 e §1º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

84. Após a regular instrução do processo, havendo uma entidade vencedora e concluída a análise de recursos eventualmente interpostos, o Ministério das Comunicações deverá proclamar a vencedora e declarar encerrada a Seleção Pública, comunicando às entidades interessadas (art. 295 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

85. Deste modo, tem-se que a fase de instrução deve observar as regras existentes nos arts. 289 a 296 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.4 - MINUTA DE PORTARIA PARA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

86. A portaria do Ministro das Comunicações que autorizar a execução do serviço de Radcom deve conter as seguintes informações: (i) a denominação da entidade; (ii) número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da entidade; (iii) serviço objeto da outorga; (iv) município e unidade da federação de execução do serviço; (v) prazo de outorga; (vi) frequência e canal de operação, (vii) prazo para início da execução do serviço (art. 19 do Decreto nº 2.615, de 1998, e art. 321, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

87. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia (art. 20 do Decreto nº 2.615, de 1998).

88. É necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

89. É recomendável que a SECOE utilize minuta de portaria para autorização do serviço de Radcom, com o seguinte conteúdo:

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº **xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à **[denominação do outorgado]**, inscrita no CNPJ sob **xxx/xxxx-xx**, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de **[município e unidade da**



**federação de execução do serviço**]; pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal **xxx**, cuja frequência é de **xxx** MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[**NOME DO MINISTRO**]

Ministro de Estado das Comunicações

90. O cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, na data de assinatura da portaria de autorização, deve-se i.) verificar se estão dentro do prazo de validade as certidões que demonstram a manutenção da situação de regularidade da entidade; (ii.) atualizar a pesquisa no Sistema de Fiscalização em operação, caso a última tenha sido realizada há mais de 60 (sessenta) dias, em analogia ao prazo estabelecido no art. 186 do Decreto nº 52.795/1963<sup>[3]</sup>.

91. A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998. (art. 321, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

92. Transcorrido o prazo previsto no art. 64, §2º e §4º da Constituição Federal, sem apreciação do Congresso Nacional, o Ministério das Comunicações expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a publicação do Decreto Legislativo expedido pelo Congresso Nacional (art. 323 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

93. Após a deliberação pelo Congresso Nacional e a expedição de Decreto Legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá a licença para funcionamento de estação, com prazo de vigência de dez anos (art. 324 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

94. O prazo para o início efetivo da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária é de seis meses a contar da data de autorização para operação em caráter provisório ou do licenciamento para funcionamento da estação, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. (art. 326 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

95. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 05 de junho de 2023), na apreciação dos processos administrativos relacionados à emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha constatado a existência de óbice para o deferimento da autorização.

96. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.



### III - CONCLUSÃO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://m... 228



97. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (Radcom), em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, recomenda-se a juntada cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria que outorgue autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; v) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve seguir o modelo acima apresentado (vide **item 89** deste PARECER REERENCIAL).

98. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos** a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa, o que ocorrer primeiro.

99. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

100. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração.

Brasília, 09 de outubro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO  
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469

Notas

1. <sup>△</sup> ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. RÁDIO COMUNITÁRIA. LIMITAÇÃO À RESIDÊNCIA DOS DIRIGENTES DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA MESMA ÁREA DE ALCANCE DA ANTENA TRANSMISSORA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a União com o objetivo de ver afastadas certas funcionamento das rádios comunitárias previstas em atos normativos infralegais, a saber: (i) área do serviço limitada ao raio de 1.000 (mil) metros da antena transmissora; e (ii) exigência de residência de seus dirigentes dentro dessa mesma área. 2. O Tribunal Regional Regional da 3ª Região, em decisão de improcedência dos pedidos; inconformado, o MPF recorre quanto ao segundo tema para afastar a restrição de ordem métrica quanto à residência dos dirigentes das rádios comunitárias.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565>

2. <sup>△</sup> Art. 11. O interessado poderá enviar eletronicamente documentos digitais para juntada aos autos. A integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responderá da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes. § 2º Os documentos digitalizados pelo interessado terão valor de cópia simples. § 3º A apresentação do original do documento será necessária quando a lei expressamente o exigir ou nas hipóteses previstas nos art. 13 e art. 14.
3. <sup>△</sup> Art. 186. As certidões exigidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, daquelas com prazo de validade estabelecido em lei.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1242409565 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:05. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**DESPACHO n. 01999/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:**00738.000278/2023-67

**INTERESSADO:**Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:**Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

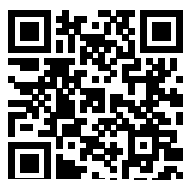
1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** emitido pela **Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União**, de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
2. A referida MJR possui **validade por dois anos**, a contar da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.
3. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 27 de setembro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1292751054 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:52. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946293-1292751054>

Parecer jurídico emitido em 27/09/2023 às 15:34h, pelo Advogado da União João Paulo Santos Borba, Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão, em resposta ao despacho de 27/09/2023.







ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02092/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000278/2023-67**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**ASSUNTOS: Parecer referencial. Rádio comunitária. Autorização.**

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos critérios para a outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1306089757 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 15:24. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946294-1306089757](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946294-1306089757)

Parecer jurídico nº 02092/2023-67, de 10/10/2023, p. 233



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **SERGIO HENRIQUE DA COSTA AGUIAR**

CPF/CNPJ: **145.124.083-04**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:13:55 do dia 26/06/2024 , com validade até o dia 26/07/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: NFLqnWfwBIMqqxvEjzqT

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **ANTONIO ALVES NETO**

CPF/CNPJ: **084.029.491-34**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:14:14 do dia 26/06/2024 , com validade até o dia 26/07/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: d4akhYhaBszDjIs5BUsY

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **EDUARDO CRISTINO DE SA**

CPF/CNPJ: **012.585.041-70**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:14:33 do dia 26/06/2024 , com validade até o dia 26/07/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: BxLRkqgpOMs0CmH2b6DP

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU - ACCU

CPF/CNPJ: 42.150.051/0001-40

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:13:19 do dia 26/06/2024 , com validade até o dia 26/07/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: I50XzAAglmHdzCewrDXC

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### DESPACHO

Processo nº: **53115.006448/2023-19**

Entidade: **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual , TSE, vínculos e Fiscaliza**

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Uruaçu/GO, e do Tribunal de Justiça de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 258º, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01/2023 de 02 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a referida portaria, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão par qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**

Em atendimento às disposições do art. 290, incisos III a VII, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01/2023 de 02 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (11599886); (11332791); (11547925); (11332791).

Foram atualizadas as pesquisas no sistema de fiscalização FISCALIZA e informamos que até esta data, **não existe** essa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada, conforme pesquisa realizada (11144934) e (11144949).

Por fim, informo que, de acordo com o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU), **inexiste** restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores deste processo) para celebrar contratos com a Administração Pública (11599955).

Brasília, 26 de junho de 2024.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>



Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Martins Rocha** **Técnica de Nível Superior** em 26/06/2024, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11599957** código CRC **FBE7FDB7**

**Referências** Processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11599957



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

Município/UF: **Uruaçu/GO**Processo nº: **53115.006448/2023-19** NPJ: **42.150.051/0001-40**Número de concorrentes: **00**Nome da entidade: **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu**Nº do edital/ano: **208/2022 publicado no DOU de 12/01/2023****Prazo de inscrição: de 13/01/2023 a 13/03/2023- Prorrogado de 14/03/2023 a 12/05/2023****Canal e Frequência: 200 - 87,9 (11144933)**

1. Data de postagem/SEI: 13/03/2023 - Balcão\_Digital\_ME  
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO  
3. Requerimento de Outorga: Fls. 01 a 03 (11059582)  
4. Estatuto Social: Fls. 01 a 09 (11398907) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO  
5. Ata de constituição: Fls. 01 a 02 (10780925) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO  
6. Ata de eleição: Fls. 01 e 02 (11595614) para o período de **03/05/2024 a 03/05/2028** / **2021 a 2028** (Reeleita: 2021/2024 e 2024/2028)  
6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO  
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 01 (10780917); Fls. 01 (10780919); Fls. 01 (10780921)  
7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Sérgio Henrique da Costa Aguiar	004772042003 07/05/1956	Raimundo Nonato Aguiar e Maria da Conceição Costa Aguiar	145.124.083-04	NÃO
Diretor Administrativo: Antônio Alves Neto	011576131082 02/11/1951	Antonio Alves Filho e Enedina Alves de Oliveira	084.029.491-34	NÃO
Diretor de Operações: Eduardo Cristiano de Sá	046877661058 07/06/1984	Maria Cecília Cristina de Sá	012.585.041-70	NÃO

8. Manifestações em apoio PF: Fls. 01 a 109 (10780938)  
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 01 (10780928)  
10. Pesquisa Anatel (11144931) e Fiscaliza (11144934) e (11144939)  
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (11144949)  
11.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (11144924)

**OBSERVAÇÕES: 24/01/2024**Entidade **HABILITADA**

- Será dado prosseguimento na instrução uma vez que a entidade não possui concorrente e dispensa comunicação do resultado da fase de habilitação.

**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:****1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**  
b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 6, §1º**  
c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art.8, alínea "a"**  
d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8, alínea "b"**  
e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 10 e 12**  
f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13**  
g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12**  
h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 16**

**1.2 Adequação ao Código Civil:**

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**  
b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 6 e 9**  
c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8**  
d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 19**

de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 11**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>



- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:**Art. 20 e 21**
- g) A forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:**Art. 11**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:**Art. 9**
- i)Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto:**Art.11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:**Art. 11, §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:**Art. 21**

2. Certidões:

- 2.1CNPJ: (11599886)
- 2.2 Certidão FGTS: (11599888)
- 2.3 Certidão PGFN: (11547922)
- 2.4 Certidão CNDT: (11547925)
- 2.5 Certidão CNDA: (11332791)
- 2.6 Consulta ao CEIS: (11599955)
- 3. Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (11599957)
- 4. Fiscaliza: (11144934) e (11144949)
- 5. Formulário de Dados Técnicos/ART: fls. 01 a 06 (11398917) e fls. 01 e 02 (11398911)
- 6. Despacho Técnico: (11549573)

OBSERVAÇÕES: 26/06/2024

- O processo está instruído, será dada continuidade na Revisão Final;



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Martins Rocha**, **Técnico de Nível Superior**, em 26/06/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11599839** código CRC **30EE7E39**



Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### NOTA TÉCNICA Nº 11298/2024/SEI-MCOM

Processo nº: **53115.006448/2023-19.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA .**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Uruaçu/GO**, em atendimento ao Edital nº 208/2022, publicado no Diário Oficial da União de 12/01/2023.

### ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 13/03/2023, através da Plataforma de Serviços GOV.BR, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Sérgio Henrique da Costa Aguiar
Diretor Administrativo: Antônio Alves Neto
Diretor de Operações: Eduardo Cristiano de Sá
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Avenida Coronel Gaspar, 11 - Setor CASEGO
Coordenadas geográficas: 14°30'48"S de latitude e 49°08'52"W de longitude



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Disputa de Outorga nº 12583 (19/09/2023)

SEI53515306482/2023-19 pg 222

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Avenida Coronel Gaspar, 11 - Setor CASEGO

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 12/05/2023.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023), verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 01 a 03 ( 11059582)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação GM-MCom nº 1, de 2023.	Fls. 01 a 09 ( 11398907)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 01 a 02 ( 10780925)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 01 e 02 ( 11595614)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 01 (10780917) Fls. 01 (10780919) Fls. 01 (10780921)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 01 a 109 ( 10780938)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 01 (10780928)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



8.	Projeto técnico conforme art. 290 da Portaria de Consolidação GM-MCom nº 1, de 2023.	fls. 01 a 06 (11398917) e fls. 01 e 02 (11398911); Despacho FL.01 (11549573)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	Fl. 01 (11599886)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Fls. 01 e 02 ( 11332791)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Fl. 01 (11599888)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	Fl. 01 (11547922)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Fl. 01 (11547925)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	Fls. 01 a 08 ( 11144934); Despacho Fl. 01 (11144939)
15.	Despacho - Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) - CGU.	Fls. 01 a 04 ( 11599955) e (11599957)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 258, inciso IV da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho COESA\_MCOM\_ENG (11549573), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 275 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, conforme Relação de Processos Vizinhos (11549570).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Uruaçu/GO, e do Tribunal de Justiça de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados atos de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



8. A presente nota técnica de revisão final é elaborada atendendo todas as disposições constantes do Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/2023, constante do processo NUP nº 00738.000278/2023-67, que está anexado a este processo de Outorga (11599952), dispensando-se assim, a análise individualizada pela Consultoria Jurídica prevista no art. 301, Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.

9. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme **checklist** constante do item 4 desta Nota Técnica e, dispensado o prévio envio à Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), deve o processo seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Martins Rocha** **Nota Técnica de Nível Superior** em 26/06/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga** **Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal** em 26/06/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros** **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal** em 27/06/2024, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer** **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal** em 27/06/2024, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11599970** código CRC **F18AD604**

## Minutas:

- Minuta DE PORTARIA (11600061);
- Minuta DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (11600126)





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### MINUTA PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5/6/2023, bem como o que consta do processo nº 53115.006448/2023-19, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU, inscrita no CNPJ sob nº 42.150.051/0001-40, cuja sede se situa na Avenida Coronel Gaspar, nº 11, Setor CASEGO, na localidade de Uruaçu, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

#### AVISO:

**O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.**

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela competente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

DocuSign Envelope ID: 14960030

SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 246

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7





Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**  
**Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**  
em 27/06/2024, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer**  
**Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**  
em 27/06/2024, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>,  
informando o código verificador **11600061** código CRC **B28DC1E2**

**Referências:** Processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11600061



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Documento nº 11600061

SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 247

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.006448/2023-19, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU, inscrita no CNPJ sob nº 42.150.051/0001-40, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Uruaçu/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11298/2024/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7







## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 13811, DE 8 DE JULHO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.006448/2023-19, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU, inscrita no CNPJ sob nº 42.150.051/0001-40, cuja sede se situa na Avenida Coronel Gaspar, nº 11, Setor Casego, na localidade de Uruaçu, estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, Ministro de Estado das Comunicações, em 07/2024, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11625671** código CRC **C8B1FC24**

Referência: processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11625671



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://portalleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023/2023pt9250>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 8 de julho de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.006448/2023-19, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU, inscrita no CNPJ sob nº 42.150.051/0001-40, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Uruaçu/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11298/2024/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 13.811, de 08 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezen, Ministro de Estado das Comunicações**, em 07/2024, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7> 25/06/2025 11:19 / pg. 251

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11625678** código CRC **33DC8E1B**

**Referência:** processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11625678



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Exposição de Motivos nº 153-C/2023 (Plano 0000) / 16232183 / 13.048-04/2023-19 / pg. 252

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 52702/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 13811/2024 (11625671) e a Exposição de Motivos nº 493/2024 (11625678)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 11298/2024 (11436047), encaminho a Portaria nº **13811/2024 (11625671) e a Exposição de Motivos nº 493/2024 (11625678)** para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 23/07/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11625692** código CRC **EA801375**

**Referência:** Processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11625692



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

Documento nº 53115.006448/2023-19 ppg2253

SEI53115006448202319 ppg2253



Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 30/07/2024 15:26:37  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 10486694  
**Data prevista de publicação:** 31/07/2024  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21843031	PORTARIA MCOM NA 13804.rtf	a29587989cd2a8eb427260ef7d00ad4e	9,00	R\$ 350,28
21843032	PORTARIA MCOM NA 13823.rtf	9a0f530d69c965803438a1ae2b60b77c	9,00	R\$ 350,28
21843033	PORTARIA MCOM NA 13809.rtf	4a5c7c81f7e608ae54a6e7772734d590	9,00	R\$ 350,28
21843034	PORTARIA MCOM NA 13811.rtf	7efdb110dbdb8725be2255fb595f107e	9,00	R\$ 350,28
21843035	PORTARIA MCOM NA 13813.rtf	0a9b1bb5035652c2aa85950302b3c4b0	9,00	R\$ 350,28
21843036	PORTARIA MCOM NA 13815.rtf	e0b44e5b5335eab6e756d34af251c10f	9,00	R\$ 350,28
21843037	PORTARIA MCOM NA 13817.rtf	3f44d7b12eef6fca b787f3aa50c1454b	21,00	R\$ 817,32
21843038	PORTARIA MCOM NA 13819.rtf	0e774314c2bf8a8235403cf8510b818c	10,00	R\$ 389,20
21843039	PORTARIA MCOM NA 13821.rtf	0bf431b70fb75b1b839d68a5145dabd0	9,00	R\$ 350,28
21843040	PORTARIA MCOM NA 13822.rtf	19bb04baf29b43e953d017b161365e3c	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			103,00	R\$ 4.008,76



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://www.gov.br/recibo.do?idof=10486694>

https://www.camara.gov.br/legislacao/oficio/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/2023/023-pg/254

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 31/07/2024 | Edição: 146 | Seção: 1 | Página: 11

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 13.811, DE 8 DE JULHO

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e, no âmbito de sua competência, com base no disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso I, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 37, de 23 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023, e no processo nº 53115.006448/2023-19, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à Associação Comunitária Criativa, inscrita no CNPJ sob nº 42.150.051/0001-40, cuja sede se situa na Avenida Coronel João Pessoa, nº 100, localidade de Uruaçu, estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão de Freqüência Modulada, por dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 100,1 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação em sessão ordinária, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço de radiodifusão de Freqüência Modulada, no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

BOM DIA  
Alicionete da Silva LuzSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD»» RADCOM»» Consultas»» Geral | internet | teia | menu | ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	GO	Distrito:	
Município:	Uruaçu	Sub Distrito:	
Canal:	200	Local Específico:	
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU-ACCU	CNPJ:	42.150.051/0001-40
Nome Fantasia:	ACCU	Bairro:	URUACU
Logradouro:	AVENIDA CORONEL GASPAR	Número:	11
Telefone:	(61) 91092640	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade com situao cadastral NO REGULAR na Receita Federal.		
Dados da Outorga			

## Dados da Entidade

CNPJ:	42150051000140	Pesquisar
Razão Social:	ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU-ACCU	
Tipo de Usuário:	Integral	

## Endereço Sede

País:	Brasil				
Número do CEP:	76400000	Logradouro:	AVENIDA CORONEL GASPAR		
Número:	11	Complemento:	SETOR CASEGO	Bairro:	URUACU
Município:	Uruaçu	Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	61 91092640				Fax:

## Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:		Fax:		E-mail:	

## Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	53115006448202319	Fistel:	50448807874
Caixa:		Sequência:	

## Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Protocolo Doc.	SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
		13811	Portaria	MC	08/07/2024	31/07/2024	Outorga	Jur.

[Tela Inicial](#)
[Imprimir](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infopet-autenticacao-assessoria-camara-legis/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/202351006448202319/pg.256>  
<https://sistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/Teia.asp>

01/08/2024

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 53463/2024/MCOM

Brasília, 02 de agosto de 2024

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11625678)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 11298/2024 (11599970), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 493/2024 (11625678), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Agente Administrativo**, em 02/08/2024, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11699603** código CRC **6842EEBE**

**Referência:** Processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11699603



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Brasília, 7 de Agosto de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.006448/2023-19, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU, inscrita no CNPJ sob nº 42.150.051/0001-40, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Uruaçu/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11298/2024/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 13.811, de 8 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 31/07/2024.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7/252064918/pg2599> / pg. 259

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 26550/2024/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.006448/2023**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 07/08/2024, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11768239** código CRC **D0DF0A66**

**Referência:** Processo nº 53115.006448/2023-19

Documento nº 11768239



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

Brasília, 7 de Agosto de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.006448/2023-19, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU, inscrita no CNPJ sob nº 42.150.051/0001-40, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Uruaçu/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11298/2024/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 13.811, de 8 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 31/07/2024.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,





*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16cdd



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS  
COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE  
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:  
(61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023 CONJUR- MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS  
COMUNICAÇÕES

ASSUNTOS: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000278/2023-67. ÓRGÃO  
DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SECOE/MCOM. DIREITO ADMINISTRATIVO.  
AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.  
ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA  
REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa – ON/AGU n.  
55, de 2014, e pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária  
(RadCom), com base na Lei nº 9.612 de 1998, no Decreto nº 2.615, de 1998, e na Portaria de  
Consolidação GM/MCOM nº 01, de 2023;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que  
envolvam a emissão de autorização para execução do serviço de RadCom, no âmbito deste  
Ministério das Comunicações, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na  
MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da  
Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno 38941 (11041530), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
(SECOE) deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica resposta com subsídios para avaliação sobre a emissão  
de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de autorização para  
execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do Despacho n.  
01029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11041521), solicitou informações à SECOE a respeito do quantitativo de  
processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão  
comunitária:

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE encaminha quantidade expressiva de  
Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal da  
emissão de autorização a entidades privadas (associações e fundações) que pretendem executar o



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://triliteg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7f24-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

<https://infrleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



2. Diante da similitude dos casos relacionados à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária por entidades privadas, que foram vencedoras em procedimentos seletivos realizados, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.
3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.
4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:  
(...)
5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos sobre a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da Nota Técnica 8407 (11041525), apresentou os seguintes esclarecimentos:

1. Trata-se de solicitação apresentada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações sobre o quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização e de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.  
ANÁLISE
2. Inicialmente, cumpre informar que o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RADCOM) foi criado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentado em seguida pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e teve os procedimentos e diretrizes para a emissão de autorização e de renovação de outorga estabelecidos através da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, que abrange a consolidação de normas ministeriais de radiodifusão.
3. Acerca da demanda mencionada no Despacho nº 1029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10913482) sobre o quantitativo de processos de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, informamos que temos em estoque aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo PNO de RADCOM no segundo semestre deste ano.  
(...)
5. Assim, considerando as informações prestadas acima, sugerimos o encaminhamento desta Nota Técnica à CONJUR do MCOM.  
CONCLUSÃO



6. Diante do exposto, opina-se pela restituição deste processo à d. Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações para análise da presente Nota Técnica e prosseguimento dos autos.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, excetuando os casos que se refiram à renovação do referido serviço.

5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

6. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando desempenho das suas atribuições institucionais.

7. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

8. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

9. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

10. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

11. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

12. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

13. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

14. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de processos administrativos - aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo Plano Nacional de Outorgas de RadCom, no segundo semestre deste ano (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL) - tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

15. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de emissão de autorização para execução do serviço de RadCom configuram, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

16. Nesse sentido, ressalve-se que o presente parecer não abrange eventuais recursos que, no trâmite da seleção de autorização para execução do serviço de RadCom, abordem teses jurídicas que extrapolem a mera análise documental, a exemplo de questionamentos sobre preclusão, isonomia e observância de garantias do contraditório e ampla defesa.

17. Registre-se, ainda, que a área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalte-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## II.2 - AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

### II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

20. A autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária é disciplinada pela Constituição Federal (art. 223, *caput* e parágrafos); pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária; pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária; e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

21. O serviço de radiodifusão comunitária é definido como o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço (art. 1º da Lei nº 9.612/1998; art. 1º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

22. Tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível (art. 3º da Lei nº 9.612/1998; art. 3º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

23. É outorgado pelo prazo de validade de dez anos, por meio de autorização do Ministro das Comunicações, e somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República (art. 223, *caput*, §3º e §5º, da CF; art. 6º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 9º, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

24. Em nível infralegal, a norma aplicável ao procedimento de seleção para execução do serviço de radiodifusão comunitária é a vigente à época da publicação do respectivo aviso de habilitação ou edital.

25. Atualmente, o ato normativo que rege o procedimento seletivo para a obtenção da autorização RadCom é a Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 06 de junho de 2023.

26. No caso dos avisos de habilitação/edital publicados sob a égide da anterior Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, seus dispositivos foram consolidados na atual Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023 (art. 539, inc. XXXII, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

27. Deste modo, a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser feita à luz do que dispõe a legislação supramencionada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://trf4p1leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



## II.2.2 - PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

28. Primeiramente, o Ministério das Comunicações publicará comunicado de habilitação para que as entidades interessadas em prestar o serviço de RadCom se inscrevam (art. 9º, §1º, da Lei nº 9.612/1998; art. 13 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

29. Após a publicação do edital de seleção pública para a execução do serviço de RadCom, caso haja apenas uma interessada, o Ministério deverá verificar os requisitos de habilitação (conforme item II.2.2.1 infra) e a documentação de instrução apresentada (conforme item II.2.2.3 infra). Estando regular, expedirá autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

30. Caso haja mais de uma entidade interessada, a análise dos requerimentos de autorização deve observar as seguintes fases: habilitação, seleção, instrução e procedimento para finalizar a outorga (art. 260, Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023).

31. Isso esclarecido, passa-se à análise dos requisitos documentais da fase de habilitação, de seleção e de instrução; após, à análise dos elementos que devem constar na portaria de autorização para execução do serviço de RADCOM.

### II.2.2.1. DA HABILITAÇÃO

32. No prazo de habilitação divulgado no Edital, as entidades interessadas deverão apresentar requerimento para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida.

33. Inicialmente, a Secretaria deve verificar a tempestividade do requerimento, conforme prazo previsto no Edital regente da seleção (art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

34. O requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos previstos no art. 274 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023: (i.) requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas; (ii.) estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023; (iii.) ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (iv.) ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (v.) comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes; (vi.) manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço; (vii.) Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.

35. Podem ser apresentados requerimentos em desconformidade com o modelo previsto no Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, desde que contenham todas as informações essenciais do respectivo formulário padrão (art. 257, §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, *caput* e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

37. A Secretaria deve verificar se a entidade tem sede na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço e, igualmente, seus dirigentes devem manter residência na área da comunidade atendida (art. 7º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998). Quanto à residência dos dirigentes, a SECOE deve observar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no acórdão transitado em julgado no REsp n. 1.955.888/SP<sup>[1]</sup>, com força executória atestada pelo Parecer de Força Executória nº



00044/2023/CORESPNS/PRU3R/PGU/AGU, no sentido de que “*basta que residam na comunidade atendida pela rádio comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora*”.

38. O estatuto social apresentado deve estar atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998 e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, *caput* e incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

39. O estatuto social não será considerado irregular se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão (Art. 291, parágrafo único, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

40. As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, *caput* e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

41. As manifestações em apoio de pessoa física devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, *caput* e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

42. A manifestação em apoio formulada por empresário individual (inclusive o qualificado como MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 ) poderá ser considerada válida como de pessoa jurídica, desde que apresentada na forma do Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhada de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Nesse caso, a Secretaria deverá verificar se o nome do signatário da manifestação em apoio integra o campo “*razão social*” constante no CNPJ correlato juntado. Caso não seja possível a verificação, a Secretaria poderá exigir, para tal finalidade, documento de identificação do signatário da manifestação em apoio (conforme entendimento do PARECER n. 00725/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU).

43. Não serão aceitas manifestações em apoio na forma de abaixo-assinado (art. 285, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

44. Embora o §2º do art. 285 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exija a apresentação das manifestações em apoio “*no original*”, poderão ser enviadas por meio eletrônico - conforme art. 11 e respectivos parágrafos<sup>[2]</sup> do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

45. No caso de ausência completa de qualquer um dos documentos habilitantes citados do art. 274 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade deverá ser inabilitada (art. 276, parágrafo único, e art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

46. No entanto, caso algum dos referidos documentos habilitantes seja enviado, mas em desacordo com as disposições da Portaria, a SECOE deverá conferir uma única oportunidade à entidade para regularização, no prazo improrrogável de sessenta dias, sob pena de inabilitação (art. 276 e 277, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

47. O art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação a *"execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da inexistência de execução clandestina de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.

48. O art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação *"quando algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo grau, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

49. Se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de condenação, a entidade deverá ser inabilitada por vício insanável (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

50. O art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 estabelece como hipótese de inabilitação *"o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculos, definidos como qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais (art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

51. A propósito, a Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, lista o seguinte rol não taxativo das hipóteses de vínculo: a) algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado: 1. exercer cargo ou função em órgão de direção de partido político a nível municipal, estadual, distrital ou federal; 2. exercer cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independente da denominação; exercer mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 4. for suplente de cargo eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 5. for dirigente de outra entidade detentora de outorga de serviços de radiodifusão; 6. exercer cargo de dignidade eclesiástica ou sacerdócio; ou 7. exercer cargo de administração ou gerência de entidade religiosa; b) mais da metade da diretoria da entidade for composta por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro; c) o estatuto social, a ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral, ou qualquer outro documento da entidade, apresente claramente disposições que explicitem ou possibilitem a caracterização da vinculação; d) a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou do seu estúdio coincida com o endereço de partido político ou outra emissora executante de serviços de radiodifusão (art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

52. Na fase de habilitação, se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de vínculo vedado, a entidade deverá ser inabilitada por vício insanável (art. 277, inc. III, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

53. O art. 10, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, bem como o art. 18, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998, impõem os seguintes limites à outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de



administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique se a entidade solicitante atende aos referidos limites do art. 10, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, repisados no art. 18, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998.

54. Ainda, de acordo com o art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade não pode estar "*impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta*" e deve elencar tal declaração no requerimento de outorga. Nesse sentido, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

55. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de habilitação:

REQUISITO	BASE NORMATIVA
1. Requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas.	Art. 9º, § 2º e inc. V, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, <i>caput</i> e inc. V, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2. Estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.  Obs. 1: A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).  Obs. 2: O estatuto social deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, <i>caput</i> e incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).	Art. 9º, § 2º, inc. I, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. I, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. II, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.





3.	Ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. III, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. IV, e §2º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes. Obs.: A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; carteira profissional; carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou passaporte. A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não será aceita para comprovar a nacionalidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não servirá para comprovar a maioridade ou a nacionalidade.	Art. 9º, § 2º, incs. III e IV, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, incs. III e IV, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. V e VI, §3º e §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.  Obs. 1: As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem acompanhadas de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).  Obs. 2: As manifestações em apoio de pessoa física devem ser acompanhadas de cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, <i>caput</i> e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 9º, § 2º, inc. VI, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. VI, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; Art. 274, inc. VII, e §5º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Art. 24 da Lei nº 9.612/1998; art. 7º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. VII, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



8.	Verificação da localização da sede da entidade e da residência dos dirigentes na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço.	Art. 7º, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, <i>caput</i> e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.	Art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
10.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
11.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, e art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
12.	Verificação de atendimento aos limites de outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.	Art. 10, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 18, <i>caput</i> e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
13.	Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - ( <a href="https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis">https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis</a> ) - com o objetivo de verificar a inexistência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para transacionar com a Administração Pública.	Art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

56. Em havendo uma única entidade interessada e essa restar habilitada, o Ministério analisará documentação de instrução (conforme item II.2.2.3 infra) e, estando regular, expedirá a autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

57. Por sua vez, caso tenha havido requerimentos de mais de uma entidade interessada, a Pasta deverá comunicá-las do resultado prévio da habilitação e, após - finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, deverá comunicá-las do resultado definitivo da habilitação (arts. 278 e 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



58. Se no resultado definitivo da habilitação configurar-se a concorrência entre as entidades habilitadas, o Ministério seguirá para a fase de seleção (item II.2.2.2 infra).

59. Deste modo, tem-se que a fase de habilitação deve observar as regras existentes nos arts. 273 a 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

#### II.2.2.2 - DA SELEÇÃO

60. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência (art. 280, parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

61. Concorrência é *"a relação que se estabelece entre entidades concorrentes, tidas como todas as interessadas cujos processos possam influir ou ser influenciados mutuamente em razão da proximidade entre os sistemas irradiantes"*. Será direta, *"quando os sistemas irradiantes distem menos de 4 (quatro) quilômetros"*; indireta, *"quando entidades que não concorram diretamente tenham pelo menos uma concorrente direta em comum"* (art. 258, inc. IV, alíneas "a" e "b", da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

62. As entidades habilitadas poderão mudar as coordenadas propostas para instalação do sistema irradiante, inclusive durante a fase de instrução, desde que haja viabilidade técnica e que o novo local escolhido esteja dentro da área pretendida para prestação do serviço. Se a mudança fizer com que a entidade requerente tenha outras concorrentes, estas não serão prejudicadas e a entidade que propôs a mudança perderá, em relação a essas novas concorrentes, a pontuação obtida com manifestações em apoio (art. 281, *caput* e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

63. Na fase de seleção, inicialmente, o Ministério deverá verificar junto às entidades se têm interesse em fazer acordo para a prestação do serviço em conjunto (art 9º, §4º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; e art. 282 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

64. As entidades terão trinta dias para se manifestarem sobre a proposta de acordo (art. 282, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

65. A ausência de manifestação das entidades interessadas deverá ser considerada como recusa à prestação conjunta do Serviço (art. 282, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

66. Caso aceitem prestar conjuntamente o serviço, deverão apresentar requerimento assinado pelos representantes legais das entidades habilitadas, com firma reconhecida, conforme o modelo do Anexo XLVI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Nesse caso, as manifestações em apoio apresentadas pelas entidades participantes serão consideradas em conjunto (art. 282, §1º e §3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

67. Caso não se alcance o acordo ou o acordo não abranja todas as concorrentes, o Ministério deverá aferir a classificação das entidades no certame, conforme a representatividade de cada uma (art. 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 283 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

68. Para tanto, a SECOE deverá, em relação à cada entidade, proceder à contagem da pontuação obtida com as manifestações em apoio válidas juntadas de pessoas jurídicas ou de pessoas físicas que tenham domicílio na área pretendida para a prestação do serviço (art 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 280 e art. 284, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

69. Deverão ser contabilizadas, primeiramente, as manifestações em apoio válidas de pessoas jurídicas. Em caso de empate, deverão ser contabilizadas as manifestações em apoio válidas de pessoas físicas. Persistindo o empate, a escolha deverá ser efetuada por sorteio público, a ser realizado na sede do Ministério das Comunicações, em data previamente comunicada às entidades, acompanhado por pelo menos três servidores (art. 9º, §6º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16, parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 284, §2º e §3, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



70. Para serem consideradas na contagem, cada modalidade de manifestação em apoio deve ser encaminhada nos moldes do exposto nos itens 40 a 44 supra.

71. O Ministério deverá informar o resultado prévio da seleção e, após - finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, comunicará as entidades interessadas do resultado definitivo da fase de seleção, do qual constará a classificação final das concorrentes de acordo com a representatividade de cada uma e a convocação da entidade selecionada para apresentar, no prazo de trinta dias, os documentos da fase de instrução, previstos no art. 290 da Portaria (arts. 286, 287 e 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

72. Deste modo, tem-se que a fase de seleção deve observar as regras existentes nos arts. 280 a 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

### II.2.2.3 - DA INSTRUÇÃO

73. Nessa fase, o Ministério deve verificar os documentos de instrução, previstos no art. 290 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, sob pena de indeferimento do pedido: (i.) Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023); (ii.) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); (iii.) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (iv.) Certidão que comprove a regularidade da entidade com Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (v.) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; (vi.) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

74. O próprio Ministério instruirá o processo com os citados documentos: comprovante de inscrição no CNPJ; certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o FGTS; certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho. Na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet, poderá solicitar que a entidade os apresente (art. 289, §2º e §3º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

75. As certidões de regularidade apresentadas pela entidade serão consideradas válidas, se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme os termos do art. 186 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

76. Nessa fase, ainda é possível à entidade retificar eventuais vícios sanáveis (art. 289 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

77. Deverá ser indeferido o pedido da entidade que descumprir a solicitação para instrução processual (art. 294, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

78. Também, deverá ser indeferido o pedido da entidade que não promover a quitação dos débitos junto à Anatel, até o término da fase de instrução; bem como da entidade que não promover o saneamento de eventuais irregularidades fiscais e trabalhistas (art. 294, incs. IV e V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

79. O art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento se "*após a publicação do edital, a entidade tenha executado Serviço de Radiodifusão sem a outorga da autoridade concedente*". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da inexistência de execução clandestina após a publicação do edital.

80. O art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento a "*substituição imediata de membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, quando, após a*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://trf4.jus.br/leg-autenticidade-assinatura/camara-1-leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



fase de habilitação, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo grau, acerca da inexistência da referida condenação, após a fase de habilitação. Caso a entidade não substitua, imediatamente, eventual dirigente que tenha sofrido a mencionada condenação, o pedido da entidade deve ser indeferido (art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

81. O art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento "o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza de vínculos de qualquer natureza". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo.

82. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de instrução:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs.: deve vir acompanhado por Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devendo ambos os documentos serem apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto de técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART. Ainda, o formulário deve obedecer às características especificadas no Título IV e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo XLIV.	Art. 290, inc. I, §1º e 808, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)	Art. 290, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
3.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	Art. 290, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Art. 290, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal	Art. 290, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Art. 290, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina após a publicação do edital.	Art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



8.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

83. Se o pedido for indeferido - e eventual recurso contra o indeferimento não for provido -, serão convocadas para a fase de instrução as entidades remanescentes, observada a ordem de classificação (art. 296 e §1º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

84. Após a regular instrução do processo, havendo uma entidade vencedora e concluída a análise de recursos eventualmente interpostos, o Ministério das Comunicações deverá proclamar a vencedora e declarar encerrada a Seleção Pública, comunicando às entidades interessadas (art. 295 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

85. Deste modo, tem-se que a fase de instrução deve observar as regras existentes nos arts. 289 a 296 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

#### II.2.2.4 - MINUTA DE PORTARIA PARA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

86. A portaria do Ministro das Comunicações que autorizar a execução do serviço de Radcom deve conter as seguintes informações: (i) a denominação da entidade; (ii) número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da entidade; (iii) serviço objeto da outorga; (iv) município e unidade da federação de execução do serviço; (v) prazo de outorga; (vi) frequência e canal de operação, (vii) prazo para início da execução do serviço (art. 19 do Decreto nº 2.615, de 1998, e art. 321, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

87. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia (art. 20 do Decreto nº 2.615, de 1998).

88. É necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

89. É recomendável que a SECOE utilize minuta de portaria para autorização do serviço de Radcom, com o seguinte conteúdo:

#### MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à [denominação do outorgado], inscrita no CNPJ sob xxx/xxxx-xx, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de [município e unidade da



federação de execução do serviço]; pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal xxx, cuja frequência é de xxx MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

90. O cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, na data de assinatura da portaria de autorização, deve-se i.) verificar se estão dentro do prazo de validade as certidões que demonstram a manutenção da situação de regularidade da entidade; (ii.) atualizar a pesquisa no Sistema de Fiscalização em operação, caso a última tenha sido realizada há mais de 60 (sessenta) dias, em analogia ao prazo estabelecido no art. 186 do Decreto nº 52.795/1963<sup>[3]</sup>.

91. A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998. (art. 321, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

92. Transcorrido o prazo previsto no art. 64, §2º e §4º da Constituição Federal, sem apreciação do Congresso Nacional, o Ministério das Comunicações expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a publicação do Decreto Legislativo expedido pelo Congresso Nacional (art. 323 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

93. Após a deliberação pelo Congresso Nacional e a expedição de Decreto Legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá a licença para funcionamento de estação, com prazo de vigência de dez anos (art. 324 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

94. O prazo para o início efetivo da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária é de seis meses a contar da data de autorização para operação em caráter provisório ou do licenciamento para funcionamento da estação, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. (art. 326 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

95. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 05 de junho de 2023), na apreciação dos processos administrativos relacionados à emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha constatado a existência de óbice para o deferimento da autorização.

96. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://trf1e1g-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

97. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (Radcom), em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, recomenda-se a juntada cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria que outorgue autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; v) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 89 deste PARECER REERENCIAL).

98. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa, o que ocorrer primeiro.

99. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. [00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565); ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

100. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração.

Brasília, 09 de outubro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO  
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [00738000278202367](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565) e da chave de acesso ebb26469

Notas

- <sup>1</sup> *ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. RÁDIO COMUNITÁRIA. LIMITAÇÃO À RESIDÊNCIA DOS DIRIGENTES DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA MESMA ÁREA DE ALCANCE DA ANTENA TRANSMISSORA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.1. O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a União com o objetivo de ver afastadas certas restrições ao funcionamento das rádios comunitárias previstas em atos normativos infralegais, a saber: (i) área de execução do serviço limitada ao raio de 1.000 (mil) metros da antena transmissora; e (ii) exigência de comprovação de residência de seus dirigentes dentro dessa mesma área.2. O Tribunal Regional Regional da 3ª Região manteve a sentença de improcedência dos pedidos; inconformado, o MPF recorre quanto ao segundo tema com o objetivo de afastar a restrição de ordem métrica quanto à residência dos dirigentes das rádios comunitárias.3. Com razão*





o Parquet federal, pois, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612/1998, "[o]s dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida", ou seja, basta que residam na comunidade atendida pela rádio comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora.4. Recurso especial provido.(REsp n. 1.955.888/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/3/2022, DJe 25/3/2022, g.n.).

2. <sup>^</sup> Art. 11. O interessado poderá enviar eletronicamente documentos digitais para juntada aos autos. § 1º O teor e a integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes. § 2º Os documentos digitalizados enviados pelo interessado terão valor de cópia simples. § 3º A apresentação do original do documento digitalizado será necessária quando a lei expressamente o exigir ou nas hipóteses previstas nos art. 13 e art. 14.
3. <sup>^</sup> Art. 186. As certidões exigidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1242409565 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:05. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS  
COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE  
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:  
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01999/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

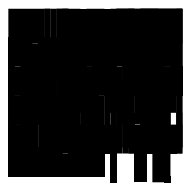
1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União, que trata de aplicação de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
2. A referida MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.
3. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 27 de setembro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
JOÃO PAULO SANTOS BORBA  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1292751054 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:52. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946293-1292751054>

<https://infrapleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS  
COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:  
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02092/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ASSUNTOS: Parecer referencial. Rádio comunitária. Autorização.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos critérios para a outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA  
FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência autenticidade do documento está disponível com o código 1306089757 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 15:24. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.







## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### NOTA TÉCNICA Nº 11298/2024/SEI-MCOM

Processo nº: **53115.006448/2023-19.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA .**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Uruaçu/GO**, em atendimento ao Edital nº 208/2022, publicado no Diário Oficial da União de 12/01/2023.

### ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 13/03/2023, através da Plataforma de Serviços GOV.BR, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Sérgio Henrique da Costa Aguiar
Diretor Administrativo: Antônio Alves Neto
Diretor de Operações: Eduardo Cristiano de Sá
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Avenida Coronel Gaspar, 11 - Setor CASEGO
Coordenadas geográficas: 14°30'48"S de latitude e 49°08'52"W de longitude



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Nota Técnica 11298 (14559970)

SEI 53115.006448/2023-19 / pg. 1

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Avenida Coronel Gaspar, 11 - Setor CASEGO

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 12/05/2023.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023), verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 01 a 03 ( 11059582)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação GM-MCom nº 1, de 2023.	Fls. 01 a 09 ( 11398907)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 01 a 02 ( 10780925)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 01 e 02 ( 11595614)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 01 (10780917) Fls. 01 (10780919) Fls. 01 (10780921)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 01 a 109 ( 10780938)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 01 (10780928)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Nota Técnica 11298 (14599970)

SEI 33119-000448/2023-19 / pg. 2

Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

8.	Projeto técnico conforme art. 290 da Portaria de Consolidação GM-MCom nº 1, de 2023.	fls. 01 a 06 (11398917) e fls. 01 e 02 (11398911); Despacho FL.01 (11549573)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	Fl. 01 (11599886)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Fls. 01 e 02 ( 11332791)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Fl. 01 (11599888)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	Fl. 01 (11547922)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Fl. 01 (11547925)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	Fls. 01 a 08 ( 11144934); Despacho Fl. 01 (11144939)
15.	Despacho - Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) - CGU.	Fls. 01 a 04 ( 11599955) e (11599957)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 258, inciso IV da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho COESA\_MCOM\_ENG (11549573), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 275 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023, conforme Relação de Processos Vizinhos (11549570).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Uruaçu/GO, e do Tribunal de Justiça de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados atos de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oa46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

Nóda Técnica 11258 (14599970)

SEI 33115.000448/2023-19 / pg. 3

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

8. A presente nota técnica de revisão final é elaborada atendendo todas as disposições constantes do Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/2023, constante do processo NUP nº 00738.000278/2023-67, que está anexado a este processo de Outorga (11599952), dispensando-se assim, a análise individualizada pela Consultoria Jurídica prevista no art. 301, Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.

9. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme **checklist** constante do item 4 desta Nota Técnica e, dispensado o prévio envio à Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), deve o processo seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Martins Rocha** **Nota Técnica de Nível Superior** em 26/06/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga** **Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal** em 26/06/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros** **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal** em 27/06/2024, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer** **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal** em 27/06/2024, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11599970** código CRC **F18AD604**

## Minutas:

- Minuta DE PORTARIA (11600061);
- Minuta DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (11600126)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 19 de agosto de 2024

AOS PROTOCOLOS DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se da Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU, inscrita no CNPJ sob nº 42.150.051/0001-40, explore pelo prazo de dez anos o espectro de Radiodifusão Comunitária na localidade de Uruaçu/GO.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 599 2024 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por Carlos Henrique Teixeira Botelho em 19/08/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de maio de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6013238 e o código de verificação [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acao=6013238](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acao=6013238).

Referência: Processo nº 53115.006448/2023-19

SEI nº 6013238

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Subsecretaria de Gestão Interna da Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Brasília, 22 de agosto de 2024

Referência: Exposição de Motivos nº 599/2024 - MCOM.

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista a necessidade de registro na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as Unidades competentes pelas em análises de mérito e juízo nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

CAMILA MACHADO PIRES  
Assessora Técnica SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Camila Machado Pires**, Assessoria Técnica SSGI/SE/CC/PR, em 22/08/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de maio de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6025746 e o código de verificação [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acao=6025746](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acao=6025746).

Referência: Processo nº 53115.006448/2023-19

SEI nº 6025746

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 835/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/C

PROCESSO SEI Nº 53115.006448/2023-19.

INTERESSADO(A)/CC/PR.

REFERÊNCIA Exposição de Motivos nº 00599/2024 MCOM, de 7 de Agosto de 2024, do Ministério das Com

ASSUNTO Outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária no município de Uruaçu/GO.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Mo vos nº 00599/2024 MCOM (601322) da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.006448/2023-19, [acompanhada do Edital nº 13.811 de 2024](#), que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, em Uruaçu, Goiás, sem direito à exclusividade, para a Associação Comunitária Cria va de Uruaçu - ACCU, inscrita no CNPJ nº 16.012.936/0001-40, de acordo com disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
2. Conforme disposto no inciso II do art. 9º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, o Ministério das Comunicações expedir ato de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, que a permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas, conforme destacado na portaria de outorga.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico Referencial nº 00005/2023/MCOM/MCOM (6013230), que informa a análise individualizada dos pedidos de outorga de autorização dos serviços de radiodifusão, sendo que é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de modo que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação jurídica referencial (MJR).
  - Nota Técnica nº 11298/2024/SEI-MCOM, de 06/07/2024 (6013234), da Secretaria de Comunicação (SECOE/MCOM), que (i) atesta, de forma expressa, que o caso em tela dispensa a análise técnica, mencionando o parecer jurídico referencial; e (ii) se posiciona pela viabilidade do deferimento da autorização, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, e dos arts. 19 e 20 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
4. Observa-se, ainda, que os registros administrativos da empresa devem ser mantidos no [Sistema de Controle de Radiodifusão - SRA](#) da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que dispõe no art. 160 da Lei nº 9.248/2006 (Lei nº 9.248/2006).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível verificar a existência dos [Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 42.150.051/0001-40  
NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO COMUNITARIA CRIATIVA DE URUACU - ACCU  
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: SERGIO HENRIQUE DA COSTA AGUIAR  
Qualificação: 16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 11/09/2024 às 13:03 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM, a outorga de autorização; (ii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade da assinatura do respectivo contrato de autorização de serviço de radiodifusão comunitária; (iii) que a atualização dos registros administrativos e a responsabilidade do MCOM não impedem a continuidade do processo desta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) e o prosseguimento do feito conforme com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão [3].

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [artigo 3º Federal, 3º parágrafo](#) do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência, a manifestação final quanto à legalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, no [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, \_\_\_\_ data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, \_\_\_\_ data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para cabíveis.

Brasília, \_\_\_\_ data da assinatura.

BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)

[1] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).

[2] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SCRD\)](#) para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços que permanecem ininterruptos pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).







Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho Assessor(a)** em 09/10/2024, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samuel Cavallho Duarte Secretário(a) Adjunto(a)** em 09/10/2024, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samuel Moreira Secretário(a) Especial** em 09/10/2024, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6078269 e o código [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1).

Referência Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.006448/2023-19

SEI nº 6078269

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. -- Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.006448/2023

Nota SAJ - Radiodifusão nº 814 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU
Assunto:	Serviço de Radiodifusão Outorga de radio comunitária (RadCom). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição)
Processo nº:	53115.006448/2023-19

Senhora Secretária Especial Adjunta,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.006448/2023-19, autorga expedida por meio da Portaria MCOM nº 13.811/2024 para exploração do serviço de radiodifusão comunitária pelo prazo de dez anos, cujo interessado é a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRIATIVA DE URUAÇU - ACCU nº 42.150.051/0001-40, na modalidade de radiodifusão comunitária.
- Pela Lei nº 9.612/1998, denominada radiodifusão sonora, em Freqüência Modulada (FM), operada em baixa potência [1] e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere a concessão, o disposto na Lei nº 9.612/1998 e no Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação do Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para autorizar a outorga formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de validade da outorga, a emissora e o prazo de início da execução do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida pelo Poder Executivo produz efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente Exposição de Motivos submetida à análise da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos da Lei nº 9.612/1998, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional para ser expedida pelo Presidente da República.
- É o relatório.

## II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos a outorga em sede interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom) pelo prazo de dez anos, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612/1998.



Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, compete ao Poder Executivo autorizar o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

instuídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

10. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.612/1998, para outorga da autorização para execução do serviço Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir pedido ao Poder Concedente, indicando o serviço. Após a verificação da viabilidade técnica da prestação do serviço, a autoridade concederá a habilitação, promovendo ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

11. No prazo fixado para a habilitação, as entidades deverão apresentar os documentos mencionados na Lei, quais sejam: estatuto da entidade, devidamente registrada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; comprovação de maioria dos diretores; declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se a cumprir as normas estabelecidas para o serviço; e manifestação em apoio à iniciativa, formulada por pessoas físicas e jurídicas sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

12. É oportuno mencionar que, caso apenas uma entidade se habilite para a prestação do serviço, a regularidade da documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade. No caso de mais de uma entidade, o Poder Concedente promoverá concurso entre as interessadas, buscando que estas se associem. Por fim, caso não haja possibilidade de associação, a autorização será outorgada nos termos do § 5º do mesmo dispositivo legal e decidida mediante sorteio.

13. De acordo com os autos do processo nº 53115.006448/2023-10, o Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de outorga do serviço ao interessado. A Consultoria Jurídica do MCOM manifestou a viabilidade jurídica da outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise.

14. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação da compatibilidade com a legislação pertinente, o Ministro de Estado da Comunicação outorga.

15. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação, a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 223 da Constituição. A outorga produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Presidente da República de Radiodifusão - RS, em 12 de maio de 2023, enviou a portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio da Presidência da República, para deliberação.

16. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, a administração complexa à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 1º, da Constituição. O fato de a administração complexa resultar da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou coletivos, para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de administração pública distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo.

17. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta Magna.

18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos necessários para a outorga ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga pelo próprio Ministério, antes da assinatura do ato, não produzirão efeitos na prestação do serviço de radiodifusão sonora. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação de capacidade técnica na fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerando a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

19. Aponta-se ainda que eventuais complementações e atualizações das informações existentes no processo de outorga, quanto à documentação apresentada, poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até a conclusão do processo de outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

### III - CONCLUSÃO

20. Do exposto, relacionando o processo nº 53115.006448/2023-10, que não é objeto de recurso, conclui-se que a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição de 1988, é cabível.

**GABRIELA FERREIRA GOMES**

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**  
Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA**  
Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República  
(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a 100 W ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612/1998, entende-se por cobertura restrita a aquela destinada a uma determinada comunidade de um determinado município. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou artificiais) na propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RO D R I GUES JUN I O R, *O planejamento nacional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*, Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006. No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Pereira Gonçalves**, Estagiário(a), em 08/10/2024, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Neto**, Assessor, em 09/10/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques**, Subchefe Adjunto de Infraestrutura, em 09/10/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula**, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a), em 09/10/2024, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6111905 e o código de verificação [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao=aca](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao=aca).





MENSAGEM Nº 1.259

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 13.811, de 8 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2024, que outorga autorização à Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Uruaçu, Estado de Goiás.

Brasília, 10 de outubro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>



0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 11 de outubro de 2024

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6152707) para arquivamento do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BRENO BAJO DUTRA  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais  
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por Breno Bajo Dutra, em 11/10/2024, às 09:13, conforme horário de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6152712 e o código [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acao=6152712](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acao=6152712).

Referência: Processo nº 53115.006448/2023-19

SEI nº 6152712

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 13.811, de 8 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2024, que outorga autorização à Associação Comunitária Criativa de Uruaçu - ACCU, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Uruaçu, Estado de Goiás.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Secretário Especial Adjunto

Brasília, \_\_\_\_ data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe  
Casa Civil da Presidência da República  
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.259, de 10 de outubro de 2024, ao Congresso Nacional, sobre a Portaria nº 13.811, de 8 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2024, que cria a Associação Comunitária Criação de Uruaçu - ACCU, para executar, pelo prazo de dez anos, sem fins lucrativos, a radiodifusão comunitária, no Município de Uruaçu, Estado de Goiás.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta de 11/10/2024.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO**  
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 11/10/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de maio de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, Secretário Especial, em 11/10/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de maio de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6154647 e o código de verificação [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao=aca](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao=aca).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1377/2024/CC/PR

Brasília, 11 de outubro de 2024. *data da assinatura digital.*

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submetido ao Conselho Nacional o ato constante da Portaria nº 13.811, de 8 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 2024, que outorga autorização à Associação Comunitária Criação de Uruaçu - ACCU, por 10 anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Uruaçu, no Estado de Goiás.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por Rui Costa, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, em 11/10/2024, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 8º da Lei nº 11.343, de 23 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6156657 e o código de verificação [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao=aca](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao=aca).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.006448/2023-19 SEI nº 6156657

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121  
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7>

0a46f7e0-7424-4070-8885-d2874aa16ad7